U.PORTO

UNIVERSIDADE DO PORTO

2.º CICLO

FAUP
2013

M 2013

U.PORTO

A expansão e a cidade portuguesa

ANA PAULA ALMEIDA ALBUQUERQUE

U.PORTO

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

A EXPANSÃO E A CIDADE PORTUGUESA

ANA PAULA ALMEIDA ALBUQUERQUE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
À FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM
ARQUITECTURA

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | Ana Paula Almeida Albuquerque

Docente Orientador: Manuel Correia Teixeira

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | 2013



Ao professor Manuel C. Teixeira, pela inspiração, apoio e sempre disponibilidade,
À minha família e amigos, meu porto de felicidade,
Ao Zé, sempre,

Obrigada.

ao meu Pai,
minha Mãe.

RESUMO

Parte este ensaio da convicção que a *cultura urbana* é o elemento que distingue o gesto do arquitecto que na acção que lhe compete sempre faz *cidade*.

Reconhecer a expressão dessa cultura urbana, nas formas, nos processos e nos modelos que a um tempo preciso e profícuo da sua história foram necessários depurar e sintetizar para a outras escalas e geografias aportarem é o desígnio do presente trabalho. E pois é esta cultura urbana, *portuguesa*. E este tempo, a *expansão*, se na condição pessoal se tenta esta aproximação.

Apela-se à *história*, consciente, do sentido aberto que propõe e da vitalidade que declara. Enquanto facto incindível da *cidade*, que se crê como a plena afirmação da colectividade e que na *história da cidade portuguesa,* se revela de dimensão universal.

Situa-se o *tempo* nos séculos XV e XVI, dirige-se o olhar para os *contextos* das Ilhas Atlânticas, Brasil e Índia, cruza-se a cidade portuguesa, a este tempo da Metrópole, e indaga-se a expressão da *cidade* num *projecto* expectado marítimo, que se fez urbano, no abalo do moderno e na diligência da acção. Articulam-se os agentes e as políticas, faz-se a transição dos *modelos* da experiência medieval à influência moderna, interceptam-se reminiscências significativas na síntese mediterrânica e romana da *cultura* urbana portuguesa e lêem-se na relação da cidade com o território indícios da sua *especificidade*.

Radica o interesse na génese de um fenómeno, expressão do pleno valor da invenção urbana, que lido transversalmente nas diversas escalas de acção, resgata o sentido de uma cultura urbana que se intui *muito portuguesa*.

ABSTRACT

This essay's starting point is the conviction that urban culture is the element that distinguishes the architect's gesture that, through action, always makes *the city*.

The goal of this present work is to recognize the expression of this urban culture, in the shapes, processes and models that, in a precise and rich time of its history, were necessary to cleanse and synthesize so to arrive to other scales and geographies. It is this urban culture, the *portuguese*, and this time, the *expansion,* that is approached.

We call out to *history*, conscious of the open meaning it proposes and the vitality it declares, as a fact inseparable from the *city*, which is seen as the complete affirmation of the collectivity and that, in the *history of the Portuguese city*, reveals itself of an universal dimension.

The *time* is situated in the XV and XVI centuries, looking at the *context* of the Atlantic Islands, Brazil and India, intertwined with the Portuguese city, in this period of the Metropolis, and the *expression* of the *city* is thought in a project expected to be maritime, that became urban, in the onset of the modern and the diligence of action. Agents and policies are articulated and the transition between the *models* of the medieval experience and the modern influence is made. Significant reminiscences of the mediterranean and roman synthesis in the portuguese urban *culture* are intercepted and the relationship of the city with the territory points to its *specificity*.

The interest is born in the beginning of a phenomenon, the expression of the absolute value of urban invention, that reads across the different scales of action, rescues the meaning of an urban culture that is perceived as *very portuguese*.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 13

I CONSIDERAÇÕES DE PARTIDA 17

1.1 DA HISTÓRIA 19
Da legitimidade ao contributo

1.2 DA CIDADE 25
Da segurança e felicidade

1.3 DA *HISTÓRIA* DA CIDADE PORTUGUESA 31
Da letargia ao despertar

II O PROJECTO 49

2.1 AS EXPECTATIVAS 51
Do transitório ao permanente

2.2 A POLÍTICA E OS AGENTES 55
Da centralização à multiplicação

2.3 OS CONTEXTOS 61
Das Ilhas Atlânticas, à Índia e ao Brasil

III A CIDADE 81

3.1 OS MODELOS 83
Da experiência medieval à influência moderna

3.2 A CULTURA 105
Da síntese mediterrânica e romana

3.3 A ESPECIFICIDADE 111
Da litoralidade, à bipolaridade, à criteriosa implantação do edifício singular, à referenciação topográfica do traçado

CONCLUSÃO 149

BIBLIOGRAFIA 157

LISTA DE FIGURAS 163

ANEXOS [8 CIDADES] 167



001

001 | Pormenor do *Mappa Da Comarca Do Serro-Frio*, 1778

“Terá vitórias, terras e cidades,
Nas quais hão-de viver muitas idades.”

Camões

INTRODUÇÃO

A presente reflexão propõe uma leitura das formas urbanas portuguesas, orientada no sentido da compreensão dos contextos e evolução do urbanismo português, a partir dos modelos ensaiados no período da expansão. O fenómeno urbano reportado ao episódio da expansão serve de mote para investigar, simultaneamente, a cidade, suas formas e significados, e a cultura urbana portuguesa, identificando as premissas que garantem uma leitura de continuidade em contextos tão diversos, como os do Atlântico, da América do Sul, do Oriente ou de Portugal. Pretende-se, fundamentalmente, compreender o *modo de fazer*, mais do que situações pontuais, numa leitura simultânea de conteúdos teóricos próprios da disciplina urbana portuguesa e casos práticos que os representem, seleccionados pelo grau de interferência nas questões abordadas.

O propósito é dar conta da diversidade de opções, escalas e áreas geográficas, ainda que para uma adequação mais realista às hipóteses de trabalho, se opte por restringir o lapso cronológico à fase inicial da expansão, sensivelmente balizado entre os séculos XV e meados do XVI, dada a superior condição identitária que apresenta face aos períodos posteriores, em que a difusão de textos teóricos e os contactos permanentes entre as diversas culturas urbanas, aproximaram a construção do espaço, tornando-se, de certa forma, menos perceptível o código genético que estruturou a construção urbana portuguesa nos diversos territórios. Não são, porém, rejeitadas projecções comparativas com as épocas precedentes, basilares para a contextualização e fundamentação dos modelos adoptados, ou, e em menor grau, subsequentes, para a efectiva compreensão e avaliação dos mesmos. Dada a dilatada extensão geográfica do processo em causa, o foco é colocado nos territórios referentes às Ilhas Atlânticas, Brasil e Índia, as áreas que no período temporal seleccionado apresentam a maior produção e com nítida intenção urbanizadora, ainda que a outros contextos seja, pontualmente, necessário recorrer para a verificação mais exacta e sustentada de determinadas questões.

É certo, que só por comodidade de apresentação de ideias será lícito agrupar tantas realizações, métodos e discursos, contudo à abordagem está subjacente um sentido de síntese, uma certa permeabilidade e contaminação de ideias e conceitos, que na sua aparente dispersão revelem os fragmentos que fundam e justificam a expressão de uma identidade. Como metodologia de trabalho, partilho, a observação de Françoise Choy "Para me situar, recuarei no tempo em busca de origens, mas não de uma história; Farei uso de figuras e de referências concretas, mas sem preocupação de inventário."[1] Exactamente, porque pretende-se que esta análise seja constitutiva de um quadro pleno de significados a partir dos quais se possam estabelecer correspondências, rupturas e continuidades no modo de pensar e

[1] Françoise Choay, *Alegoria do Património*, Coimbra: Edições 70, 2008, p.17

fazer a cidade portuguesa, mas sem a pretensão de narrar o passado segundo os filigranas dos historiadores. Nesse sentido será um olhar mais curioso do que rigoroso, dar ao que é familiar outra dimensão e alguma espessura científica.

A cidade, enforma o campo disciplinar, talvez mais plural, nas abordagens, nas dissonâncias, nas sensibilidades. E o léxico que dispõe como disciplina é, hoje, muito vasto, contando com novas relações, novos dados que introduzem uma complexidade dificilmente apreendida. A diversidade de hipóteses e interpretações de um território que se apresenta tão adaptável e global, numa generalizada dispersão urbana, coloca em discussão questões tão pertinentes e, à partida, tão consolidadas como sejam os conceitos de rua, quarteirão, lote ou praça. Perante este contexto urbanístico, que equaciona a validade dos postulados que durante séculos permearam a disciplina, julgo ser pertinente recuar no tempo, procurando alguns argumentos para as concepções que hoje assume.

Paralelamente, antevi neste episódio, a oportunidade de avaliar o valor da invenção urbana. Qualquer intervenção, com maior ou menor imediatismo na transformação urbana é depositária deste valor, embora acredite que "Uma coisa é criar um prédio no Canal Grande, outra coisa é criar o canal Grande e uma cidade como Veneza (...)."[2] Detectar o primeiro gesto, na ambição colectiva, desde a sua leitura da natureza, à forma como foi feita a sua apropriação e integração, até ao reflexo de uma identidade. A forma como, então, se realizou a construção do espaço, físico e social, nomeando, limitando e organizando, num período em que "a geografia do território se tornou num recurso valioso ligado à acumulação de riqueza, prestígio e poder"[3]. A diversidade de opções, modelos, situações geográficas, que enquadra este processo, é um campo de investigação tão fértil quanto estimulante, para o estudo e análise do fenómeno urbano.

Por outro lado, sob as mais diversas perspectivas, discute-se, hoje, a produção de sentido da *portugalidade*, resgatando do imaginário construído sobre as presenças físicas e imateriais, o referencial comum, capaz de intuir uma específica condição de ser e estar. Facto extensível a todas as demais culturas e que deriva do paradoxal fenómeno da globalização. A imperativa necessidade de defesa e exacerbar do individual dentro do global. Daí que, intuí a necessidade de reflectir sobre o mesmo, enfocando o fenómeno que, julgo ser de maior espessura colectiva, a cidade.

Pressentia, no entanto, que o interesse por uma época tão excessivamente citada e tão, insustentavelmente, depositária de todas as glórias e saudosismos, poderia, imbuída no

[2] Leonardo Benevolo, *A Cidade e o Arquitecto*, Lisboa: Edições 70, 1998, p.16

[3] "A forma como se realizou então uma síntese do espaço, não apenas físico mas também social, dando nomes e indicando os limites estabelecidos como conceitos universalmente mensuráveis, está, sem dúvida, relacionada com o projecto colonial, como ficou claro quando a geografia do território se tornou um recurso valioso ligado à acumulação de riqueza, prestígio e poder." Pedro Brandão, *O Sentido da Cidade: Ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitectura*, Lisboa:Livros Horizonte, 2011, p.84

mesmo espírito, incorrer no erro de repetir lugares comuns ou, até mesmo, me desvincular do objectivo proposto, dada a vulgarização a que está votado o tema. A *expansão* portuguesa, é uma matéria, que por educação e cultura, nos habituámos a imaginar e a ensaiar, embora talvez, sempre, segundo redundantes perspectivas, *Portugal deu novos mundos ao mundo*, e por isso relegado do âmbito académico em causa.

Mas se a ele se aporta, não será na perspectiva que Eduardo Lourenço colocava o problema, "Ainda hoje, depois sobretudo da saída de África, os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar esses ossos do Império e com a ideia de que através disso se refazem um pouco."[4] É sobretudo na curiosidade despertada por aquilo que Miguel Esteves Cardoso escreveu "Porque é que nunca dizemos só que uma coisa é portuguesa? Dizemos sempre *muito português*, como se estivéssemos em campanha de promoção. Mesmo quando dizemos que uma coisa é *pouco portuguesa*, fica a ideia que, apesar de tudo, é um bocadinho portuguesa."[5] Reconduz-se o olhar para estes contextos acreditando o seu valor segundo Nuno Portas, "As cidades de fundação ou de colonização interna ou externa são em geral excelentes casos laboratoriais para perceber os *códigos genéticos* mais profundos ou estruturais – e por isso mais perenes – distinguindo-as dos mais epocais ou singulares"[6] e questiona-se, a nossa cidade também é *muito portuguesa*? Foi este o repto.

É segundo uma estrutura tripartida que a reflexão se organiza, numa tentativa de clarificação do objecto de estudo, enquadramento e análise.

Reserva-se no ponto primeiro, o esclarecimento, essencialmente não exaustivo, das noções *de história, cidade* e *história da cidade portuguesa*, revelando o interesse operativo do projecto e circunscrevendo o meu posicionamento face a estes domínios que permeiam, se não presidem, a toda a leitura proposta. Da *história*, decorre a legitimidade do seu contributo e o reconhecimento dos perigos do anacronismo. Da *cidade*, demorada no tempo e expandida no espaço, indaga-se a sua expressão plural e controversa identificando correspondências, rupturas e continuidades no presente e passado. Da *história da cidade portuguesa*, observa-se o finalmente despertar da letargia a que tem estado votada e a orientação diversa e até contraditória do discurso teórico como pressuposto para a consideração do urbanismo português como o *urbanismo de controvérsia*.

No segundo momento, procurar-se-á enquadrar o problema do projecto da expansão português no âmbito geográfico e temporal definido, revelando as *expectativas, as políticas e os agentes, e os contextos* envolvidos no processo. Parte-se da convicção de que as formas não são construídas sobre um vácuo, respondem a diferentes níveis de *expectativa* e de ordem diversa, cuja identificação se revela indispensável para uma

[4] Eduardo Lourenço, *Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império* in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009, pp. 36-48, p.41
[5] Miguel Esteves Cardoso, *Não estou a ser português de mais para si, pois não?* in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009, p.25
[6] Nuno Portas, *A propósito da irregularidade das cidades portuguesas* in Manuel C. Teixeira, (coord.) *A Construção da Cidade Brasileira*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.21

correcta interpretação, sobretudo, no episódio da expansão urbana tão transversal nos contextos, políticas e agentes.

No último ponto da leitura propõe-se a construção de uma matriz de factos capaz de revelar as invariáveis urbanas nas cidades portuguesas, numa primeira análise identificando os modelos de origem erudita que permearam os seus traçados, desde a *experiência medieval à influência moderna*, seguindo com o reconhecimento da cultura urbana de base, entendida como o princípio distintivo para a aplicação daqueles e que deriva do cruzamento das *influências romana e mediterrânica* e, por fim, reconhecendo na íntima relação da cidade com o território a sua especificidade, observada na litoralidade, na bipolaridade, na consideração do edifício singular como elemento nuclear e na referenciação topográfica do traçado.

Do ponto de vista metodológico, são detectados, nesta proposta, vários riscos: o mais preocupante revela a privação da observação local, por ética, o arquivo mais valioso e fiel. Por outro, o perigo de sucumbir à redundância e à repetição de temas, sem efectivar qualquer progresso no desenvolvimento da disciplina. Espero, no entanto, não pelo levantamento de fontes inéditas ou pelos métodos que não são novos, mas pela divulgação do conhecimento poder dar um pequeno contributo para a consolidação de uma historiografia urbana portuguesa.

As fontes primárias, (cartografia e iconografia, os relatos e textos da época, regimentos, cartas régias,..), a par da bibliografia secundária produzida, constituem assim as fontes disponíveis para subsidiar o estudo proposto. Quanto à cartografia, principal fonte, já, parcialmente, reunida e disponibilizada, lembra Luís Silveira que "A maior parte da documentação portuguesa (assim como a espanhola) é constituída por desenhos feitos quase sempre perante os objectos reais, e tem a importância dos documentos dignos de fé." ainda que, alerte para a distorção na objectividade de algumas peças, "que a curiosidade mal informada do artista permitia e o ambiente provocava ou aceitava como boas."[7] As referências e os casos, são aqueles que mais documentados e criticados, permitem com segurança estabelecer o estudo.

Talvez, estas fontes e casos, se afigurem insuficientes, para a comprovação mais exacta e adequada de determinadas questões. Terei contudo, o cuidado de seleccionar fontes credíveis e seguras, usando todos os recursos para o tornar explícito.

E se *levar a bom porto,* é uma expressão que neste domínio da expansão tão bem assenta, a mesma se espera assente neste percurso.

[7] Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, 1956, p.15

I CONSIDERAÇÕES DE PARTIDA

1.1 | **DA HISTÓRIA**

Da legitimidade ao contributo

> "Trata-se da introdução do tempo, da consciência do tempo. Nós hoje somos obrigados a trabalhar em muitas histórias e geografias, em muitos tempos e espaços simultaneamente e se os queremos realmente compreender temos que os estudar historicamente."[8]

A recorrência da *história* como complemento introdutório, quase sob a condição de obrigatoriedade para a legitimação das então, posteriores e efectivas considerações, é o sinal, talvez, mais inequívoco, da exigência da sua compreensão para toda a reflexão/acção. Ainda que lacónica, esparsa ou tendenciosa é por ela que o *quê?*, o *como?* e o *porquê?* se podem formular. Não por se acreditar no determinismo, "Nada nos diz que uma coisa deverá acontecer por outra ter acontecido."[9], antes, por se considerar que "O hoje constrói-se sobre o ontem, assim como o ontem se construi sobre o anteontem"[10].

E a história nunca se repete. A real e a que se conta. Não é nunca o que foi. É a verdade da sua condição relativa, a um tempo, a uma sociedade, a uma consciência do espaço. A sua legitimidade só se declara no *à priori* consentimento dos equívocos - necessários - do sujeito como tributário do seu tempo. Na esfera da história, a leitura não é nunca isenta de perspectivas privilegiadas. E ainda que a ciência histórica numa articulação entre os vários campos sociais, económicos, políticos e culturais, tenha a pretensão de uma mais precisa, minuciosa e exacta narrativa, existem sempre domínios de subjectividade. Dos que actuaram e dos que interpretam, dificilmente irrompidos. O seu valor reside, no princípio da abertura às contradições, errando – compondo -, conceitos e valores.

E se no desvelamento da história se propuser – inglório[11] -, a atitude impassível, registando-a sem o menor comentário, desliga-se a corrente do *devir*. Porque "A história antiquária só sabe como *conservar* a vida, não como criá-la."[12] O olhar firmado só pela história fica dormente, degrada-se como *Zora*:

---

[8]Fernando Távora, *Unidade 3,* Porto: Faup, Junho 1992, p.103

[9]Ludwig Wittgenstein, *cit. in* Pedro Brandão, *O Sentido da Cidade: Ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitectura*, Lisboa:Livros Horizonte, 2011, p.222

[10]Adolf Loos, *cit. in* Adolf Opel e Josep Quetglas (coord.), *Adolf Loos: escritos,* Madrid: El Croquis, 1993. p.75

[11]"Para descrever ou analisar a forma física de uma cidade ou mesmo de um edifício, pressupõe-se já a existência de um instrumento de leitura que hierarquize a importância dos diferentes elementos da forma. Assim, os fios de electricidade de uma rua não têm a mesma importância na descrição do espaço físico dessa rua como a altura dos edifícios, etc. Portanto, a leitura, mesmo querendo-a objectiva, passa já por uma operação da cultura que selecciona os elementos, os hierarquiza e lhes atribui valores." Cesari Maurizio, *cit. in* José M. Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000, p.37

[12]Friedrich Nietzsche, *cit. in* Pedro Brandão, *O Sentido da Cidade: Ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitectura*, Lisboa:Livros Horizonte, 2011, p.222



002



003

002 | *Nowel Amsterdam en Lamerique*,1672
003 | *Olissippo Quae Nunc Lisboa...*, séc. XVI

"Mas foi inutilmente que parti em viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e igual a si própria para melhor ser recordada, Zora estagnou, desfez-se e desapareceu. A Terra esqueceu-a."[13]

Sobretudo se fixado na premissa que "Qualquer tempo passado foi melhor."[14] O elogio da história não pode ser consequência da incompreensão do presente. Isso contradiz o seu interesse. Um retorno a paradigmas que a segurança da distância, a desconsideração ou desvalorização das condições técnicas originárias, ingenuamente valida, é dos perigos maiores que o anacronismo emana. Os desejos não podem ser transformados em recordações. Porque a possibilidade de reflexão que a história encerra resvala se a nostalgias e saudosismos cede. Por falta de assento nas necessidades práticas do presente. Daí o *problema da casa portuguesa*.[15]

Nem por oposição, desacreditar a história na premissa que *a um tempo novo, tudo novo*. Daí a falência do *modernismo*. Tão só, porque no domínio da cidade, a sua história, ela *não conta*, *contém-na*. É *esponja* como *Zaira*:

"É desta onda que reflui das recordações que a cidade se embebe como uma esponja e se dilata. Uma descrição de Zaira tal como é hoje deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes."[16]

Mas ao invés da cidade que nos *arranhões, riscos, cortes e entalhes* dos seus estratos guarda a metamorfose e só a acção efectiva, e por isso e sempre o primeiro referencial[17], a cartografia, a iconografia, a documentação escrita sob as mais distintas formas, que auxiliam a narrativa histórica, está sujeita a obliterações, a distorções ou, no limite, à deturpação explícita da informação que mascarou Lisboa de Nova Amesterdão e que "a estrela da teoria do urbanismo pós-moderno"[18] não detectou.[19]

---

[13]Italo Calvino, *As Cidades Invisivéis*, Lisboa: Editorial Teorema, 1990, p.20

[14]Jorge Manrique, *cit. in* José Ortega Y Gasset, *Rebelião das Massas*, p.25

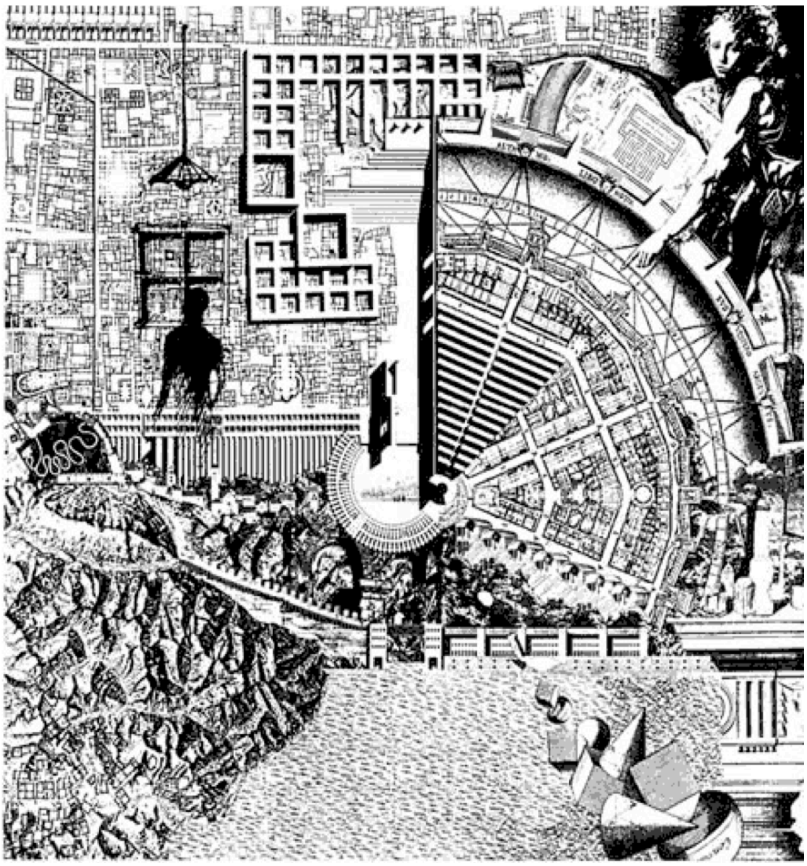
[15]"As casas de hoje terão de nascer de nós, isto é, terão de representar as nossas necessidades, resultar das nossas condições e de toda a série de circunstâncias dentro das quais vivemos, no espaço e no tempo." Fernando Távora, *O Problema da Casa Portuguesa* in AAVV, *Teoria e Crítica da Arquitectura do Século XX, (*coord.) José Manuel Rodrigues, Lisboa: Ordem dos Arquitectos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, pp 327-328, p.327

[16]Italo Calvino, *As Cidades Invisivéis*, Lisboa: Editorial Teorema, 1990, p.15

[17]"Um primeiro grau de leitura da cidade é eminentemente físico-espacil e morfológico, portanto espefícico da arquitectura, e o único que permite evidenciar a diferença entre este e outro espaço, entre esta e aquela forma, e explicar as características de cada parte da cidade. A este se juntam outros níveis de leitura que revelam diferentes conteúdos (históricos, económicos, sociais e outros). Mas esse conjunto de leituras só é possível porque a cidade existe como facto físico e material." José M. Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000, p.31

[18]"Além da anedota (a estrela da teoria do urbanismo pós-moderno não reconhece a história e a forma de uma das capitais coloniais da Europa), nós podemos ver neste *facto confundido* uma outra alegoria: a falsificação do discurso nas representações da cidade." Pedro Brandão, *O Sentido da Cidade: Ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitectura*, Lisboa:Livros Horizonte, 2011, p.83

[19]Em 1978, Rem Koolhaas, encetava *o Delirious New York*, com a análise de uma planta de Nova Yorque, então Nova Amsterdão, datada de 1672, da autoria do francês Gérard Jollain. Reconhecendo a falsidade daquela representação, "It´s completely false; none of the information It communicates is based on reality_ Yet It is a depiction - perhaps accidental - of the *project* Manhattan: an urban science fiction. " (Rem Koolhaas, *Delirous New York,* New York: The Monacelli Press, 1994, p.15) Rem Koolhaas procurou justificá-la na tendência do artista em aproximar a cidade à imagem da suposta terra-mãe, Amesterdão. "At the center of the image appears a distinctly European walled City, whose reason for being, like that of the original Amsterdam, seems to be a linear port along the length of the city that allows direct access." (Idem) Porém, não era Nova Amesterdão. Era Lisboa antes do terramoto. Mas a Sé era a *Maison de Ville*, o Terreiro do Paço o *Almirantado*, o Tejo o *Mar do Norte*, o Castelo de S. Jorge o *Chateau de Nassau* e por aí em diante. Sobre um falso discurso um novo se formulou.



004

004 | *La Città Analoga*, 1976, Aldo Rossi

É que "A história é aquilo de que nos recordamos, mas, se não formos suficientemente cuidadosos na escolha das fontes, acabamos por apenas nos recordarmos daquilo que a partir do passado, nos é dito para recordarmos."[20]

Assim, e para que se possa *airosamente e produtivamente*[21] valer-se da história é exigida a capacidade de olhar o presente sem que este o soterre no inédito e olhar o passado sem que este o paralise no irreversível. Em ambos se impõe a clarificação *circunstanciada* dos problemas. Para que então se compreenda o *processo*[22], que introduz no olhar e no fazer a sensibilidade do entendimento dos discursos constitutivos do presente. Sem este olhar corremos o risco de tornar a acção asséptica.

A cidade, como sobreposição, substituição ou composição constante de quotidianos, explícita ou implícita, será tanto mais coerente no seu discurso quanto mais compreendida historicamente, embora, se observe que tenhamos que recorrer a outros argumentos, para lá da história, para uma resposta efectiva. Mas compreender, à partida, esta relação é permitirmo-nos a hipótese de uma intervenção mais inteligente.

Porque a história da cidade é um movimento composto que compreendido nas suas múltiplas dimensões desmonta a unidade[23] e declara a sua enorme *vitalidade,* que dirije o mais importante dos reptos, "É preciso, por outro lado, insuflar a convicção que hoje em dia também é possível realizar coisas belas e boas, é preciso ter fé nelas e deixar-se impregnar pelo entusiasmo."[24]

E neste entusiasmo, reconhecer que a cidade sustenta-se e orienta-se segundo vectores testados e acreditados pelo tempo, que se identificados nos amparam na difícil e sedutora tarefa que é fazer a cidade.

No fim, a história só faz sentido fazendo-a. Em aberto.

---

[20] Manuel C. Teixeira, *A história urbana em Portugal. desenvolvimentos recentes*. Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 28, nº XXVIII (121), 1993, pp. 371-390, p.386

[21] "O passado é uma prisão de que poucos sabem livrar-se airosamente e produtivamente; vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio mas em função de nós próprios." Távora, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa* in AAVV, *Teoria e Crítica da Arquitectura do Século XX, (*coord.) José Manuel Rodrigues, Lisboa: Ordem dos Arquitectos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, pp 327-328, p.327

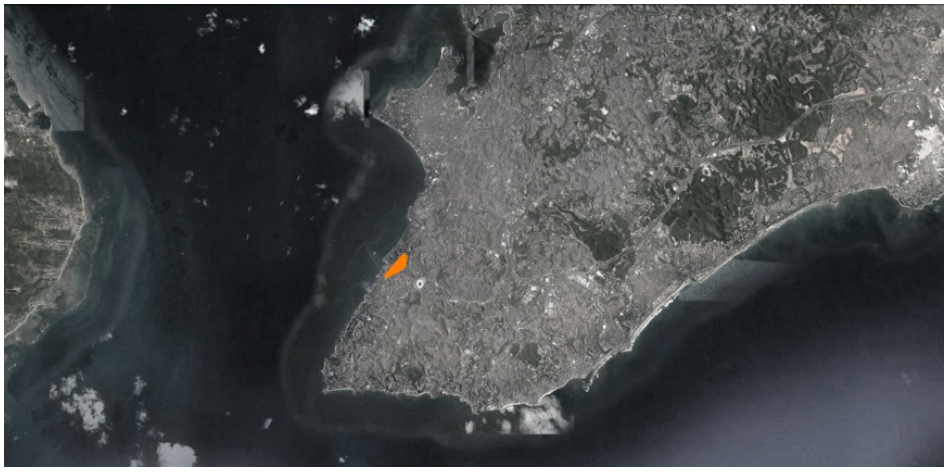
[22] Por convicção reconhece-se segundo a tese de Ernest Rogers, "Considerando a história como processo, poder-se-ia afirmar que se trata sempre de continuidade ou de crise, conforme se queiram acentuar as permanências ou as emergências." Ernesto Nathan Rogers, *Continuidade ou Crise in* AAVV, *Teoria e Crítica da Arquitectura do Século XX,* (coord.) José Manuel Rodrigues, Lisboa: Ordem dos Arquitectos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, pp.385-388, p.385

[23] "Apresentando as experiências antigas em todos os seus pormenores, dentro das situações sociais e culturais de origem, a história pode facilmente destruir a premissa de que certas formas ou regras arquitectónicas são universais. Os *arquétipos*, as *leis eternas da arquitectura*, as formas *naturais* dos aglomerados urbanos não aguentam uma análise histórica séria." Leonardo Benevolo, *A cidade e o Arquitecto*, Lisboa: Edições 70, 1998, p.119

[24] Camillo Sitte, *A Lição da História, in* AAVV, *Teoria e Crítica da Arquitectura do Século XX, (*coord.) José Manuel Rodrigues, Lisboa: Ordem dos Arquitectos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, pp.15-23, p.15



005



006

005 | Vista de Salvador em 1631
006 | Ortofotomapa com o apontamento da implantação inicial de Salvador

1.2 | **DA CIDADE**

Da felicidade e segurança

Dizia o *jovem veneziano* Marco Polo, "Ninguém sabe melhor do que tu, sábio Kublai, que nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve."[25] Tais as omissões que se forjam, os factos que se amalgam, as arestas que se limam, para ousar tornar verbo aquilo que a tudo deu verbo. Confissão da vida, a cidade, é, pois, o mais meândrico e o mais próximo universo disciplinar, de que todos padecem e a todos confere o sentimento de propriedade e a legitimidade da opinião. De apontar o dedo. Assim, as cidades sobre as quais ainda não se escreveu, bem ou mal, é porque ainda estão para nascer.

Aristóteles propunha a *segurança* e a *felicidade* dos Homens como o último desígnio da cidade.[26] Acredita-se. E, confirma-se a inglória tarefa de cruzar todas as vontades que para tal convergem. Políticas, sociais, económicas, geográficas, espacias, enfim, a maior sapiência pereceria se lograsse tal tarefa cumprir, na íntegra.[27] É que na eminente *utopia* daqueles predicados, radica a contínua renovação e as inevitáveis contradições, que a cidade sempre experimenta, no passado e no presente. Cidade, que no período que nos ocupa, era confundida com o *acto de cercar*, como limitar hoje? Respondia, por fim, o *jovem veneziano*, "A mentira não está no discurso, está nas coisas." [28]

Para o arquitecto que desenha a cidade - toda, uma parte ou uma porta[29] -, não há um modelo, um desenho fixo, repetível e universal, que dite a verdade da *felicidade*. Logo, porque a *felicidade* tem implicado o valor do belo ou da harmonia, uma intencionalidade estética e como tal ambígua. E como a mais vigorosa expressão da colectividade, a cidade não é, nem nunca será, a prescrição resoluta de um só Homem[30].

---

[25] Italo Calvino, *As Cidades Invisivéis*, Lisboa: Editorial Teorema, 1990, p.63

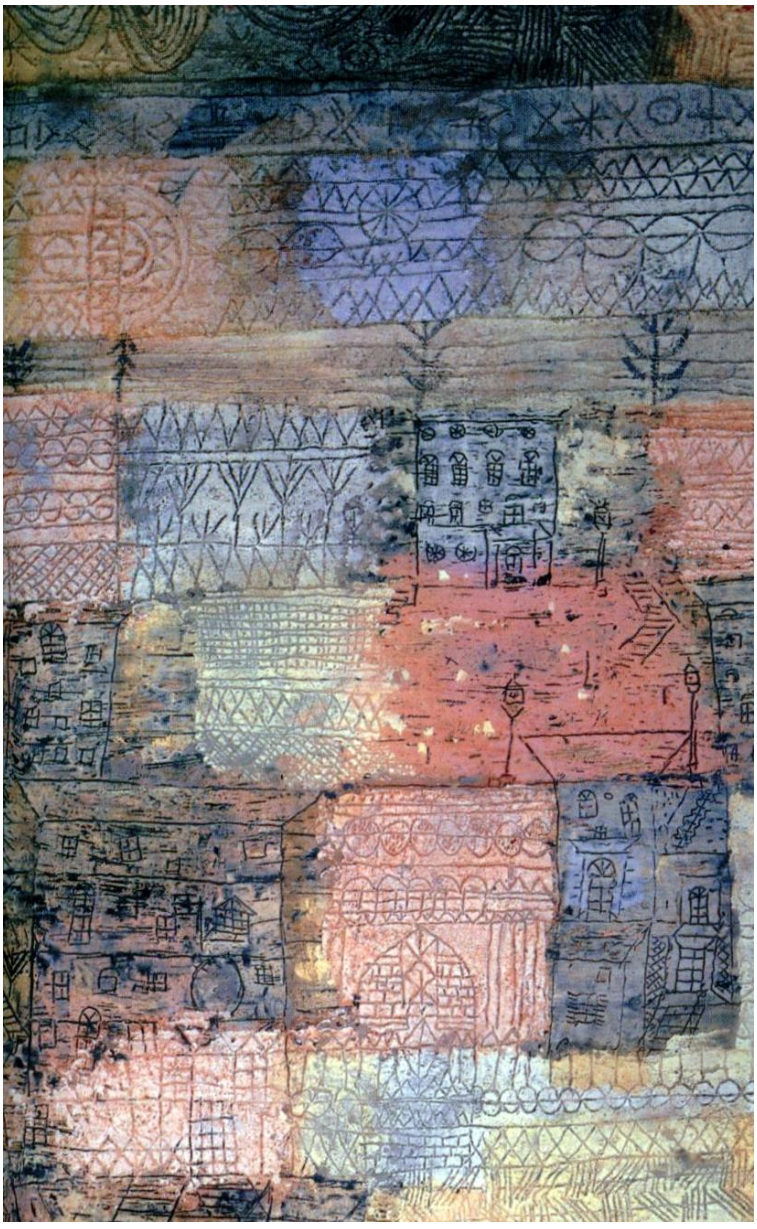
[26] "Aristóteles resumiu todos os princípios da construção das cidades: uma cidade deve ser construída de forma a dar aos homens segurança e felicidade." Camillo Sitte, *A Lição da História,* in AAVV, *Teoria e Crítica da Arquitectura do Século XX, (*coord.) José Manuel Rodrigues, Lisboa: Ordem dos Arquitectos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, pp.15-23, p.15

[27] "Pode-se estudar a cidade sob um número de ângulos infinito: o da história: *a história universal é história de cidades*, disse Spengler; o da geografia: *a Natureza prepara o local e o Homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos*, afirma Vidal de la Blanche; o da economia: *em nenhuma civilização a vida das cidades se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria*(Pirenne); o da política: a cidade, segundo Aristóteles, é um certo número de cidadãos; o da sociologia: *a cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada*(Munford); o da arte e arquitectura: *a grandeza da arquitectutra está ligada à da cidade, e a solidez das instituições costuma avaliar-se pela dos muros que as protegem*(Alberti). E não são estas as únicas perspectivas possiveis, porque a cidade, a mais compreensível das obras do Homem, como disse Walt Whitman, engloba tudo, e nada do que se refere ao Homem lhe é estranho." Fernando Chueca Goitia, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa: Presença, 1992, p.7

[28] Italo Calvino, *As Cidades Invisivéis*, Lisboa: Editorial Teorema, 1990, p.64

[29] "A maior parte dos projectos que realizei encontra-se no interior de cidades, acrescentando-lhes algo (por pequeno que seja). Ocupar um espaço significa transformar a cidade. Pode não ser mais do que uma célula de um tecido uniforme; ou pode ser obra pública, ou algo que interesse a um grande número de cidadãos com capacidade de realização. Conforme o caso, o caracter de uma arquitectura será ou não dominante. O protagonismo inerente à sua condição o deve determinar. Será, de qualquer modo, testemunho de urbanidade. Quando um projecto de arquitectura preenche espaço, muito ou pouco significativo que seja, propondo variedade ou prudente continuidade, assume inevitavelmente, num ou noutro caso, como fragmento de plano, pouco ou muito transformador." Álvaro Siza Vieira, *01 Textos*, Porto: Civilização Ed., 2009, p.341-342; "Se a cidade, como disseram os filósofos, é uma grande casa e a casa não é nada mais que uma pequena cidade, por que não dizer que também as pequenas partes de uma casa são as mesmas coisas que as pequenas partes de uma cidade? Deste modo, também o átrio, o jardim ou a sala de jantar ou a entrada são também partes menores de uma cidade?" Leon Baptista Alberti *cit. in* Filipe de Andrade Abreu e Lima, *A Génese da Idéia de Urbanística do Quattrocento,* VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências - vol. 3, n.1 - janeiro a junho de 2010, p.15

[30] " Coloquemo-nos numa montanha e olhemos em redor, sobrevoemos uma cidade, percorramos uma rua, sentemo-nos numa praça, (...) os nossos olhos encontram sempre espaço organizado, organizado por homens e organizado tão solidariamente que não é fácil distinguir o que cabe(...) exactamente a cada homem. É assim o espaço organizado, tão contínuo nas suas dimensões físicas como no processo da sua organização." Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*, Porto: FAUP Publicações, 1996, p.20



007

007 | *Villas Florentinas*, Paul Klee, 1926

O plano pode ou tem autor, a cidade é pelo e do colectivo. E pode ou não ter plano, nascer de uma *graça real*[31] ou de *fermentos da vida urbana,* como os *ofícios mecânicos e o convívio*[32]. E a sua diferença é tão só de ordem processual, sempre com a mesma força criativa e transformadora, porque determinada socialmente.

Recordou Françoise Choay, a cidade árabe, que "nunca pôde dispor de um único texto especializado para estruturar os seus espaços urbanos, cuja complexidade maravilha, actualmente, os arquitectos e urbanistas ocidentais."[33] E, também, no *De re aedificatoria*, o "primeiro e mais magistral"[34] discurso sobre a cidade, afinal, não constam desenhos. Prudente e consciente das variáveis que neste campo se sucedem, legou antes princípios. E muito raro ocorre, a correspondência directa entre o plano e o efectivo. É que a antevisão do plano, carece sempre de escala. E só no tempo longo a sua expressão é tangível com as distorções/novos problemas que a vida propõe.

A cidade do presente é então, talvez, o estado último, o mais difuso e incompreensivo. Mas não serve dizer que a cidade está corrompida e desgatada, mania (ou tradição?) de tantos prólogos. É, à partida, o bloqueio à compreensão e acção.

Depois, há Viseu e o Dubai. Ou Mazagão e Olinda. E *havia* o campo e a cidade. No século V, o poeta gaulês Rutilius Numatianus esclarecia " aquilo que há pouco era o mundo, fizeste dele uma cidade"[35]. De muitos rostos. E em tempo algum, tal consciência da diversidade morfológica, social e cultural da cidade houve. A sua condição híbrida e dominante é hoje mais ampliada que nunca. E, agora, ironicamente, teme-se a aplanação. A homogeneição da cidade, que a Trude de Italo Calvino, enfaticamente, revelava:

"Porquê vir a Trude?, interrogava-me. E já queria partir. - Podes apanhar o avião quando quiseres - disseram-me, - mas vais chegar a outra Trude, igual ponto por ponto, o mundo está coberto por uma única Trude que não começa nem acaba, só muda o nome no aeroporto."[36]

[31] "E que dizer de um cruzamento de caminhos onde qualquer cidadão de visão empresarial instala uma estalagem ou uma muda de bestas? Como em Ponto de Lima onde a dignidade da muralha posterior e graça real a apertar um amontoado de casinhas que encontravam a sua razão, agora perdida, no desenho das vias implantadas, como deve ser, de acordo com a topografia." Alves Costa, *Portugal, Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp. 7-23, p.14

[32] "A cidade pode nascer, assim, insensivelmente, de uma aglomeração rural, onde se desenvolveram a par os ofícios mecânicos e o convívio, fermentos da vida urbana, ou resultar de uma acto de vontade e de um propósito de organização do espaço a que ela serve de centro" Orlando Ribeiro, *1968 Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p.177

[33] Françoise Choay, *A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p.14

[34] Idem, p.15

[35] André Corboz in AAVV, *Teoria e Crítica da Arquitectura do Século XX,* (coord.) José Manuel Rodrigues, Lisboa: Ordem dos Arquitectos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, O Território como Palimpsesto, pp.841-852, p.842

[36] Italo Calvino, *As Cidades Invisivéis*, Lisboa: Editorial Teorema, 1990, p.131



008

008 | Praça do Toural, Guimarães

É um processo antiguíssimo. Tanto ou mais acentuado quanto a escala da comunicação vigente. Mas, amenize-se, "a rapidez de um toque no *Google* é uma outra coisa que nada tem de comparável a *uma boa formação teórica* ou que substitua um *ciclo de estudos em Itália*."[37] E depois há o locus, como lembrava Rossi, no limite o elemento diferenciador, "(...) a segurança com que os romanos, ao construirem novas cidades, repetiam elementos idênticos, confiando precisamente ao locus o *valor* da transfiguração"[38]

Porém, é tal a inquitude que a cidade é elevada a Património. Como todo - e não apenas partes, edifícios ou espaços considerados excepcionais - reconhecendo-se a cidade como uma forma composta – a *plena* afirmação da arquitectura - de múltiplas formas individuais, reciprocamente dependentes e só inteligíveis nas relações estabelecidas. Ou que sentido faz a catedral se eliminado o bairro sobre o qual exerce a sua condição excepcional?

Mas não é só por imposição de *decretos protectores* (tantas vezes *inquisidores*) que a cidade resiste no tempo. Pode aquele apagar a expressão de inúmeros elementos, o *casario* e as funções são, aliás, muito permeáveis às dinâmicas históricas, mas a matriz fundacional, os riscos que se traçaram no chão, persistem em orientar a cidade.

É que o pacto firmado pela primeira manifestação de urbanidade é quase sempre indelével. Sobretudo porque se torna com o tempo expressão de um modo de vida, de uma cultura urbana. Aquela específica expressão, que sem necessidade de comprovação científica, nos permite a sua associação quase imediata a uma determinada cultura. Um modo particular de pensar e fazer a cidade, maturado pela prática e vincado pela vida que nela se cumpre. Reflecte-se no processo de planeamento e de construção, na estrutura, nas hierarquias, na arquitectura, nos métodos construtivos e na apropriação.

E resgatar o seu sentido e o novo sentido que ganha e dá quando dilata ou contrai é o domínio mais apaixonante deste universo disciplinar.

[37] "Domingos Tavares conta-nos que Pedro de Mascarenhas, fidalgo português que viveu entre os séculos XV e XVI, se impressionou de tal modo em Roma com as capelas/mausoléus que então começavam a estar em voga entre os senhores das grandes famílias e de que as novas capelas de Brunelleschi e de Michelangelo Buonarroti em San Lorenzo eram os exemplos mais perfeitos e acabados, que mandou construir em Alcácer do Sal um panteão próprio, anexo ao Convento de Santo António, encarregando para tal António Rodrigues, um jovem fidalgo, *sem experiência sólida no ofício de construtor mas de boa formação teórica, acabado de chegar de um ciclo de estudos em Itália, [já que lhe reconhecia] a dedicação e competência necessárias para conduzir um projecto de obra nova com rigor científico e compreensão dos valores nascentes no quadro da cultura europeia*. António Rodrigues fez erguer, então, em Alcácer do Sal, em 1554, com este propósito, ao *mais alto nível artístico da vanguarda classicizante*, a Capela das Onze Mil Virgens, considerada uma obra-prima do renascimento português. Os processos de internacionalização da arquitectura são já muito antigos e a rapidez de um toque no *Google* é uma outra coisa que nada tem de comparável a *uma boa formação teórica* ou que substitua um *ciclo de estudos em Itália*." Manuel Graça Dias, *Por Involuntário Começo*, in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009, pp.4-5, p.5

[38] Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Cosmos, 2001, p.141-142

1.3 | **DA *HISTÓRIA* DA CIDADE PORTUGUESA**

Da letargia ao despertar

> "Os estudiosos da urbanística, obcecados por algumas características sociológicas da cidade industrial, descuidaram uma série de factos de extrema importância e que enriquecerão a ciência urbana com um contributo tão original quanto necessário. Refiro-me aos implantes e às cidades de colonização iniciadas pela Europa sobretudo após a descoberta da América. Sobre este assunto pouco existe; (...) Apercebi-me de que este tipo de estudo pode trazer um contributo fundamental ao conhecimento das utopias urbanas e da constituição da cidade, mas o material que possuímos é ainda demasiado fragmentário."[39]

Foi, inadvertidamente, na leitura de *Arquitectura da Cidade*, de Aldo Rossi, que a dimensão universal e contributo disciplinar da história da cidade portuguesa se revelou, numa primeira leitura. E antecipava já o incompreensível défice de atenção, comparativamente, às historiografias europeias ou americanas, que os prólogos das leituras seguintes confirmavam[40]. Face às demais, lamentava-se e provocava-se a quase heresia que a historiografia votou na cidade portuguesa, descartando o assunto, ignorando ou priviligiando somente alguns aspectos mais peculiares, resultando, assim, dispersa, fragmentada e raras vezes cruzada nas suas múltiplas dimensões.

Aos historiadores locais, sem rigor, sistematização, método, sem referenciação, mas subsidiados pelos arquivos municipais, aos sociólogos, historiadores, economistas mas, especialmente, aos geógrafos, cujo enfoque disciplinar se sustenta na relação sociedade - território, se tributou a reverência do desbloqueio.

E não eram (são!) de somenos as razões invocadas para despertar a letargia a que estava votada, face: ao seu valor enquanto princípio fundamental da cultura portuguesa - não

---

[39] Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Cosmos, 2001, p.37

[40] "Os tipos de explicação correntes pareciam insuficientes para o esclarecimento da diversidade de comportamentos dos vários colonizadores europeus na América e nas suas pátrias, ou noutros continentes." Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil : 1500-1720*, São Paulo: Ed. Universidade, 1968, p.16; "A história urbana continua a ser um campo de estudo pouco desenvolvido. Apesar de um número crescente de trabalhos publicados em anos recentes, a história da cidade portuguesa, nas suas várias vertentes, tem ainda inúmeras descontinuidades, quer do ponto de vista das diferentes abordagens disciplinares, quer dos períodos históricos analisados." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p. 14; "As monografias das cidades do ultramar estudam, geralmente, só a história militar da cidade, e uma ou outra face mais da vida delas. Para o Brasil estão, modernamente, aparecendo alguns ensaios que analisam a evolução desta ou daquela cidade, mas, de modo geral, pode dizer-se que a bibliografia dos estudos acerca das cidades portuguesas é desigual, dispersa e dolorosamente pobre em relação à importância do assunto." Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, 1956, p.10; "Sobre o assunto, para além de um ou outro ensaio específico, apenas estavam disponíveis sínteses que, no essencial para a disciplina, resultam de intuições e de extrapolações do que sobre a globalidade da cidade portuguesa se sabe… e é tão pouco." Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa : CNCDP., 1997, p.10; "Essa não é tarefa fácil. O estudante sequioso de conhecimento profundo da origem e evolução das vilas e cidades brasileiras verificaria que a sua investigação estaria terminada antes de começar, já que historiadores, arquitectos e geógrafos, indistintamente, têm tendido a descartar sumariamente o assunto." Roberta Marx Delson, *Novas Vilas para o Brasil-Colónia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*, Brasília: Alva Ciord, 1997, p.1;"Continua a faltar uma monografia científica sobre as cidades coloniais portuguesas, acerca das quais existem inúmeras notícias dispersas, alguns estudos particulares e tentativas do estabelecimento de traços comuns para a sua caracterização" Ílidio do Amaral, *Cidades Colniais Portuguesas: Notas Preliminares para uma Geografia Histórica*, in Revista Povos e Culturas, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 193-214, p.193

são a *língua* e a *cidade* os elementos de maior espessura identitária de uma cultura?[41] Uma *calçada* com denominação portuguesa não chega. São as estruturas urbanas que de forma ímpar perpetuam parte da especificidade de ser e de estar colectivas, se acreditada a condição de perenidade superior face a outros âmbitos da história das sociedades[42]. É no entanto, fora das fronteiras políticas de Portugal, que se manifesta uma parte essencial do seu desenvolvimento e por isso fundamental para a sua compreensão. Porque "Ser português é ter, então, esta origem necessariamente misturada (neolítico-castrense, romana, sueva, visigótica, moura, peninsular, francesa, índia, crioula, inglesa, africana), (...)"[43]; como território de intervenção, ou como sustentar as opções de projecto que todos os dias são tomadas sobre essa enorme matriz portuguesa?[44] Será a intuição ou a presunção do ser pelo conhecer, suficiente para projectar, planear, desenhar? Não deverá o arquitecto "(...) conhecê-la tão intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem..." [45]? Não basta uma pomposa classificação *Património Mundial da UNESCO*. Ou então como mantê-la *viva?;* e como contributo capital na constituição do fenómeno urbano - não fora Portugal protagonista num dos períodos mais prolíferos na construção urbana? Em *plena modernidade[46]?* "Desta grande aventura multisecular, o Renascimento, qual foi acontecimento essencial? Certamente as grandes descobertas"[47]? É, precisamente, no período de que nos ocupamos, que se opera a distinção entre a concepção intelectual e a prática na disciplina urbana, como explica Françoise Choy:

[41] "Parafraseando Fernando Pessoa que disse, a minha pátria é a minha língua, eu penso que poderemos com propriedade dizer que a nossa pátria também é a nossa arquitectura e as nossas cidades. Daí o dever de as conhecermos e de as defendermos em comum." Alves Costa, *Portugal, Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p. 23

[42] "(...) o cenário físico de uma sociedade é mais duradouro do que a própria sociedade e pode ainda encontrar-se – reduzido a ruínas ou em pleno funcionamento – quando a sociedade que o produziu já há muito despareceu.", Leonardo Benevolo, *A Cidade e o Arquitecto*, Lisboa: Edições 70, 1998, p.15

[43] Manuel Graça Dias, *Por Involuntário Começo*, in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos: Editorial JA, Out./Dez., 2009, pp 4-5, p.5

[44]"Que eu tenha conseguido apurar, em qualquer dos ciclos do ensino de Arquitectura, apenas nos mestrados integrados em Aquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa existem unidades curriculares optativas dedicadas: no primeiro caso a mais específica História da Cidade Portuguesa do 5º ano, no segundo Arquitectura e Urbanismo da Ezpansão Portuguesa do 3º ano. Não identifiquei nenhuma outra noutras formações de base de quem acaba por se afirmar como urbanista (geógrafos, engenheiros civis, etc.) Também no contexto universitário das Ciências Humanas e /ou Sociais, a essa valência não foi ainda dada forma espec´fica, abordando-se a história do urbanismo português no âmbito de unidades curriculares gerais ou como história urbana. As excepções são os mestrados em História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – com as unidades curriculares obrigatórias Urbanismo da Expansão Portuguesa e Urbanismo Colonial Português, sendo que a docente é a mesma – e a Licenciatura em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra através da unidade curricular obrigatória do 3º anos Cidade Portuguesa, que também é optativa para qualquer outro curso daquela faculdade." Walter Rossa, *Relatório da unidade curricular desconstrução da cidade portuguesa urbanização e conceito*, Universidade de Coimbra, Fevereiro de 2012, p.11

[45] "Projectar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la tão intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem..." Fernando Távora, *Da organização do espaço,* Porto: FAUP, 1996, p.74

[46]Renata Malcher de Araújo, *As Cidades da Amazónia no Século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*, Porto: Faup, 1998, p.25

[47] George Lefebvre *cit. in* Joaquim Barradas de Carvalho, *O Renascimento Português (em busca da sua especificidade)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980, p.12

"Porque foi só a partir da segunda metade do século XIX que o discurso fundador do espaço enunciou as sua pretensões científicas e designou o seu campo de aplicação sob o termo do urbanismo: este termo foi efectivamente criado assim como a vocação da [nova ciência urbanizadora] definida em 1867, por L. Cerdá.(...) Não se tratou, no entanto, de um verdadeiro começo.(...) não fazem mais que consagrar rupturas já operadas e organizar domínios já definidos no Quattrocento. (...) O acto de nascimento desta nova relação é datado precisamente do primeiro e mais magistral de todos eles, o De re aedificatoria, que Leão Batista Alberti apresentou ao papa Nicolau V em 1452..." [48]

E Portugal, como plataforma giratória que foi a este tempo, influiu de maneira decisiva na definição da disciplina, partilhando uma base de conhecimento ímpar e construindo cidades numa vasta área[49]. Afinal, "Apesar de algo periférico, o território de origem – o que hoje é Portugal – viveu com intensidade os processos que constituíram a consubstanciação do fenómeno urbano do Ocidente."[50]

Estas advertências – evidências -, lograram, ao impulso dado pelo Ciclo Comemorativo dos Descobrimentos[51], que despertou, cruzou, reuniu, expôs, debateu e publicou a produção que sobre a cidade portuguesa havia sido feita, à necessidade de desenvolver mecanismo de preservação e ao, finalmente, crescente interesse pelo o urbanismo, despertado pela consciência do valor do Património e Ambiente, afinal, "Uma apreciação positiva do passado da história urbana motiva investimentos crescentes na competitividade do centro das cidades"[52], uma inversão na atenção, visível no proliferar de estudos e abordagens e até na revelação de novas fontes.

"O urbanismo emergiu, nos últimos vinte anos, como área de interesse voraz – uma indústria em crescimento – entre historiadores, tanto portugueses como brasileiros"[53]

Porém, foi a sua história construída sob valores contraditórios. Não se refere àqueles, que antes são *forças de complemento* da cidade portuguesa, no norte e no sul, no interior e no litoral, decorrentes das condições geográficas e das diferentes tradições urbanas e *tempos* em que se afirmaram e que já havia D. Dinis em 1299, num codicilo do seu testamento, pressentido "refere-se expressamente às grandes divisões territoriais do reino, limitadas pelos principais rios"[54]. E que Alves Costa vê apaziguados nos territórios da expansão, reafirmando o valor da *síntese* destes contextos:

---

[48] Françoise Choay, *A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p.14

[49] "Descobrimentos e colonização constituiram um período particularmente fértil da história humana na fundação de assentamentos urbanos. Provavelmente só comparável, em número, à que acompanhou o estabelecimento do império romano." Nuno Portas, *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas*, Porto, 1985, [s.p.]

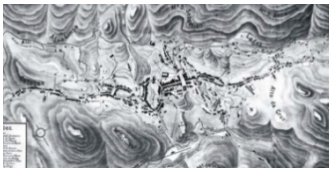
[50] Walter Rossa, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português* Coimbra : Almedina, 2002, p.9

[51] "O ciclo comemorativo dos descobrimentos, para além de proporcionar o desenvolvimento e acessibilidade de estudos específicos e afins, apoiou e precipitou a convivência disciplinar entre especialistas de vários pontos do globo. A própria Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses acolheu e promoveu um projecto nesse sentido – a Cidade como Civilização: o Universo Urbanístico Português 1415-1822 -, no seio do qual se realizaram algumas reuniões científicas e ese estabeleceu um pequeno plano editorial, agora em conclusão" Walter Rossa, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português* Coimbra : Almedina, 2002, p.20

[52] Pedro Brandão, *O Sentido da Cidade: Ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitectura*, Lisboa:Livros Horizonte, 2011, p.52

[53] Russel-Wood, A.J., *cit. in Robert C. Smith 1912-1975 – a investigação na História de Arte* [catálogo da exposição], Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p.53

[54] José A. Santos, *Regionalização. Processo histórico*, Lisboa: Horizonte, 1985, p.25-26



a



009



a



010



a



011



012



013



a



014



015



a

Cidades de Origem Portuguesa Património Mundial da UNESCO
009 | Centro Histórico de Ouro Preto [1]
010 | Centro Histórico de Olinda [2]
011 | Centro Histórico de Angra do Heroísmo [3]
012 | Localização das cidades
013 | Centro Histórico de Salvador da Baía [4]
014 | Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Minas Gerais [5]
015 | Igrejas e Conventos de Goa [6]



a



016



a



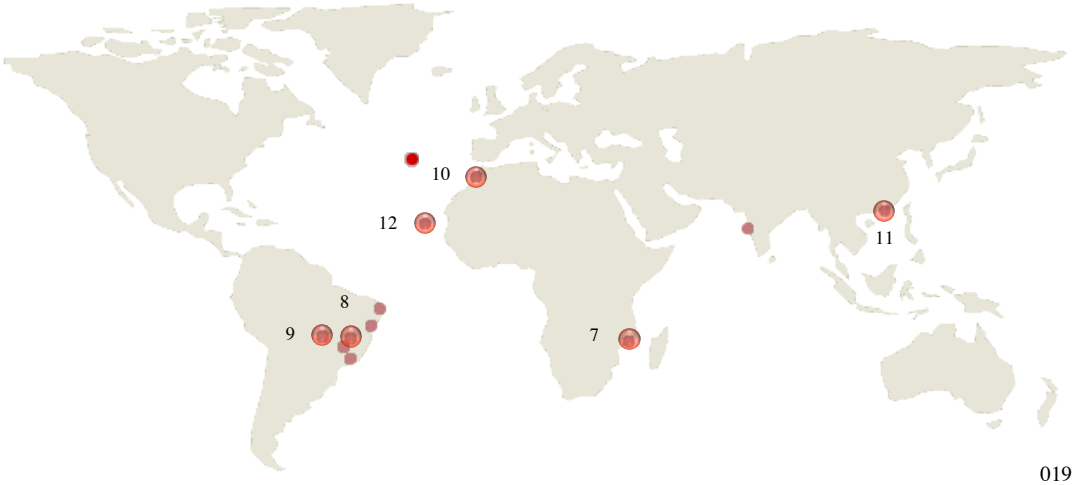
017



a



018



019



020



a



021



a



022



a

Cidades de Origem Portuguesa Património Mundial da UNESCO
016 | Ilha de Moçambique [7]
017 | Centro Histórico de Diamantina [8]
018 | Centro Histórico de Goiás [9]
019 | Localização das cidades
020 | Cidade Portuguesa de Mazagão (El Jadida) [10]
021 | Centro Histórico de Macau [11]
022 | Cidade Velha (Ribeira Grande, Cabo Verde) [12]

"Por isso, tenho defendido a hipótese de que a arquitectura portuguesa, contraditória e eclética, nos sobressaltos de uma história cheia de vicissitudes e num país dividido por valores culturais dificilmente unificáveis, encontrou nos territórios coloniais uma imagem clara que não só sintetiza, como aprofunda, as suas tendências estruturais, constitutivas de uma hipotética especificidade."[55]

Refere-se antes à volubilidade que desde os primeiros ensaios ao presente estado do conhecimento marca a narrativa da história da cidade portuguesa da expansão, desde então, apelidada de *desleixada, informal, espontânea, pragmática, inventiva, regulada, integrada*, numa dispersão de argumentos, fontes e valores, que de forma evidente, denuncia a especificidade da sua expressão mas, e fundamentalmente, a permanente evolução a que a compreensão da cidade está sujeita.

"Não é produto mental (...) Nenhum rigor, nenhum método (...) desleixo" [56].

"antiurbanismo" "(...) tão sem cuidado."[57]

Era, pois, neste termos, que se definia a imagem da cidade portuguesa em meados do século XX, quando ressoaram as primeiras observações ao urbanismo português na expansão. Oriundos da américa latina, estes primeiros ensaios, naturalmente, centrados na sua realidade individual, escusaram outras abordagens que não fosse a perspectiva comparativa com o urbanismo espanhol.

Então, comprometida com a doutrina modernista, a produção histórica, exímia na racionalidade, ensaiou um cortejo de qualidades ao urbanismo espanhol, tanto mais dilatado quanto colocado em paralelo com as cidades portuguesas no Brasil, unanimamente, consideradas sob o signo da arbitrariedade. A cidade portuguesa que "nada inventou ou criou no planejamento das vilas nas novas terras da América" [58] figurava no uníssono elogio à geometrizada cidade espanhola, apenas como apêndice útil à evidência do mau e do bom urbanismo. O segundo planeado e o primeiro casuístico. Numa retórica pouco interessada no exame histórico da realidade portuguesa, às "ruas admiravelmente traçadas em cruz e das peças centrais em quadrado"[59] do urbanismo espanhol e cujo "esforço determinado de vencer e rectificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato

[55] Alves Costa, *Portugal, Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p.12

[56] "(…)a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre esse abandono característico, que se exprime bem na palavra «desleixo» - a palavra que o escritor Aubrey Bele considerou tão tipicamente portuguesa como «saudade» e que, na sua opinião, não exprime tanto falta de energia, como a convicção de que «não vale a pena»…" Sérgio Buarque de Holanda, *As Raízes do Brasil*, São Paulo : Companhia das Letras, 26ª ed., 1995, p.110

[57] "nada inventou ou criou no planejamento das vilas nas novas terras da América (...) E o faziam tão sem cuidado que quase todas as nossas vilas inauguradas nos séculos XVI e XVII foram postas pelos seus fundadores em sítios inadequados; por isso vemos que a maioria delas teve de se trasladar para novos locais" Nelson Omegna, *A Cidade Colonial*, Brasília: Ebrasa, 1971, p.10

[58] idem, p.10

[59] "Tornou-se quase axiomático falar entusiasticamente das ruas admiravelmente traçadas em cruz e das peças centrais em quadrado que caracterizavam as aglomerações urbanas da América Espanhola, chamando-se a atenção do estudante para a legislação de planeamento bem elaborada que acompanhava a criação dessas comunidades. Entretanto, esses mesmos historiadores tendem a infamar as vilas e cidades construídas pelos portugueses no Brasil. Segundo as opiniões geralmente aceites, as cidades brasileiras originaram-se de povoações espontâneas não planificadas, em vez de obedecer a normas de planeamento metropolitano." Roberta Marx Delson, *Novas Vilas para o Brasil-Colónia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*, Brasília: Alva Ciord, 1997, p.1

definido da vontade humana"[60], contrapunham-se as ruas portuguesas "tortas e cheias de altos e baixos, as suas praças de ordinário irregulares…"[61], cuja forma "não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem"[62].

Engastando na desordem e concepção espontânea o urbanismo português, a historiografia recusava a autoria portuguesa a qualquer solução na qual fosse possível descurtinar uma pré-concepção, precipitando-se, aliás, a atribuir, infundadamente, cidades de origem portuguesa a outras nações, como acontecera com S. Luís de Maranhão, identificado como obra francesa[63]. A regularidade que, eventualmente, lhes era outorgada, era tão só o corolário da união das Coroas Portuguesa e Espanhola, entre 1580 e 1640. A variedade de modelos da cidade portuguesa, redundava numa pitoresca manifestação de espontaneidade, "As formações que resultaram são todas diferentes, desordenadas e extremamente pitorescas". Ou considerada uma proposição retrógrada no seu tempo, que num *improviso*[64] expressava o medievo deixado em Portugal, como explicava Robert Smith, "Os portugueses estabeleceram no Brasil, quase intacto, o mundo que haviam criado na Europa. (...) Desta sorte, em 1763, quando deixou de ser a capital do Brasil, era a Bahia uma cidade tão medieval quanto Lisboa na véspera das grandes reformas de Pombal."[65]

Repetindo estes argumentos, do vulgo ao erudito, a cidade portuguesa fixara tão só a *saudade* e o *desleixo* da *arte sem arte* do *semeador*[66], farpas lançadas com autoridade por Sérgio Buarque de Holanda, em 1936 e, que afortunadamente – pela reacção póstuma-, instigou o orgulho de alguns[67] e de muitos o entusiasmo pelo tema.

---

[60] Sérgio Buarque de Holanda, *As Raízes do Brasil*, São Paulo : Companhia das Letras, 26ª ed., 1995, p.96

[61] Robert Smith, cit. *in* Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.41

[62] Sérgio Buarque de Holanda, *As Raízes do Brasil*, São Paulo : Companhia das Letras, 26ª ed., 1995, p.110

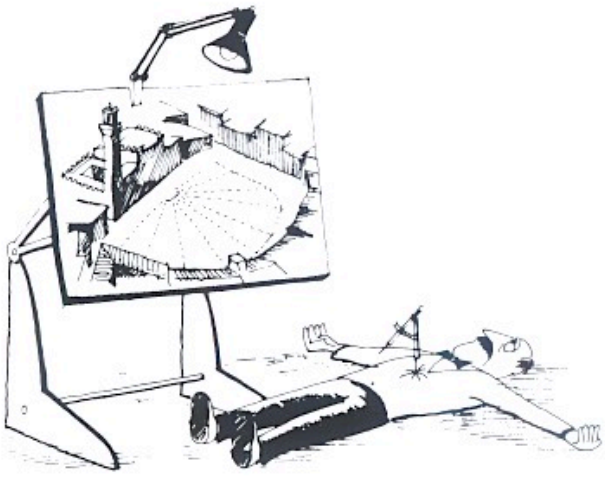
[63] Nuno Portas, *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas*, Porto, 1985, [s.p.]

[64] "Improvisava-se um tecido de aspiração urbana, como improvisava-se a própria conquista de um território quase inútil, imensamente extenso e desarticulado aos olhos lusitanos" Paulo César Garcez Marins, *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, Séculos XVII a XX*, São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2001, p.45

[65] "Os portugueses estabeleceram no Brasil, quase intacto, o mundo que haviam criado na Europa… A ordem era ignorada pelos portugueses, como assinalavam deleitados os viajantes. Suas ruas, ironicamente chamadas *direitas*, eram tortas e cheias de altos e baixos, as suas praças de ordinário irregulares… Desta sorte, em 1763, quando deixou de ser a capital do Brasil, era a Bahia uma cidade tão medieval quanto Lisboa na véspera das grandes reformas de Pombal. Nada inventaram os portugueses no planeamento de cidades em países novos." Robert Smith *cit. in* Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.41

[66] Sérgio Buarque de Holanda aproveitou a metáfora do semear como arte sem arte presente no *Sermão da Sexagésima* do Padre António Vieira: "Compara Cristo o pregar ao semear: Exijt, qui seminat, porque o semear é uma arte que tem mais natureza do que de arte. Nas outras artes tudo é arte; na música tudo se faz por compasso, na arquitectura tudo se faz por regra, na aritmética tudo se faz por conta, na geometria tudo se faz por medida. O semeador não é assim. É uma arte sem arte; caia onde cair." Curiosamente na mesma linha, Le Corbusier fala-nos na cidade das mulas e na cidade dos homens: "O homem caminha em linha recta porque tem um objectivo; sabe aonde vai. Decidiu ir a algum lugar e caminha em linha recta. A mula ziguezagueia, vagueia um pouco, cabeça oca e distraída, ziguezagueia para evitar os grandes pedregulhos, para se esquivar dos barrancos, para buscar a sombra; empenha-se o menos possível. (...) A mula não pensa em nada, senão em ser inteiramente despreocupada. A mula traçou todas as cidades do continente, Paris também, infelizmente." Le Corbusier. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 5-6.

[67] "Mais recentemente, na ocasião do *honoris causa*, pela Universidade do Porto, concedido ao anterior Presidente da República do Brasil, este declarava que o caos urbanístico de S. Paulo era, ainda, um efeito longínquo da colonização. A universidade baixou os olhos envergonhada e só mesmo eu tive vontade de o insultar, irritado como estava com as leituras recentes de Sérgio de Holanda." Alves Costa, *Portugal, Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p.14



023

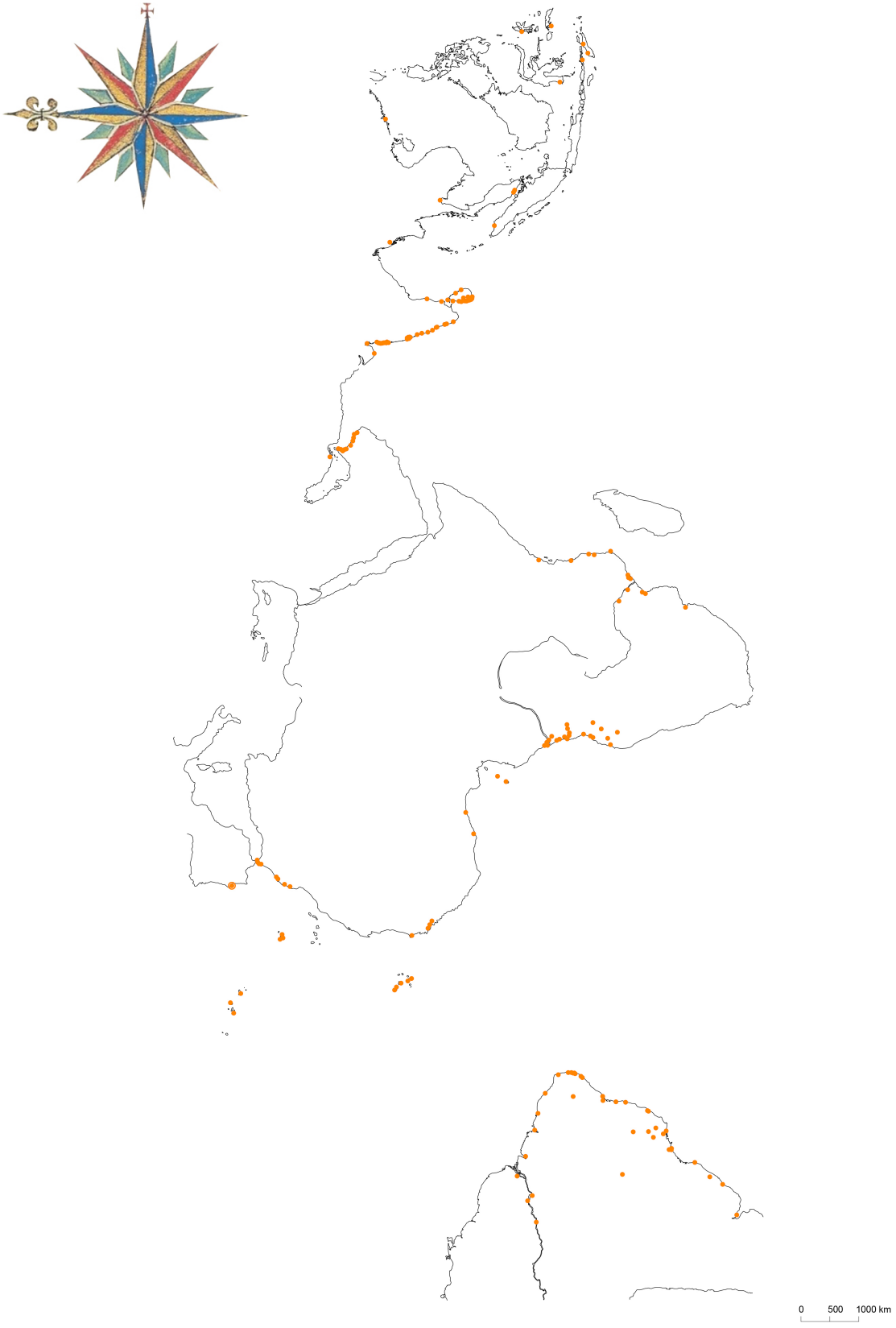
023 | Desenhos de Zevi em *II Linguaggio Moderno dell Architettura*

Para se clarificar o *problema* destas primeiras leituras ao urbanismo português, ter-se-à de antemão, que esclarecer uma capital questão de base. Este tipo de apreciação timbrou por ignorar que a racionalidade e criatividade humana não podem ser, exclusivamente, resumidas ao traçado em grelha. Seria imprudente e redutor não observar noutros aspectos do urbanismo sinais de uma coerência formal. Porque a cidade enquanto entidade física organizada responde sempre a uma intenção deliberada de ordenamento.[68] Seja aquela que compreende um plano prévio à sua fundação e que portanto resulta da vontade de um agente com o poder, os meios e os recursos suficientes para a constituir, seja aquela que decorre de um processo de construção colectiva no tempo, sem traçados pré-concebidos. A primeira, resultando de uma decisão ponderada sobre a sua localização, função e estrutura tende, naturalmente, a ser mais regular do ponto de vista do traçado que a segunda. É contudo rejeitada, liminarmente, a acepção de uma suposta *superioridade* da primeira face à segunda. Cada acréscimo ou supressão resulta sempre de uma tensão e ideia de cidade, mesmo que inconsciente dela. Não é a cidade em oposição ao nomadismo, uma intenção determinada de vida em comunidade, espacialmente configurada e localizada? Portanto, ainda que os traçados urbanos portugueses da expansão, se apartem da ortogonalidade, a expressão priviligiada da regularidade, não pode ser legado o argumento para que na historiografia, dada a excessiva generalização do plano prévio como condição *sine qua non* da regularidade, sejam imediatamente inscritos na equivocada concepção espontânea[69]. Aliás, a adopção de modelos geométricos está, em maior ou menor grau, vinculada a questões de natureza prática, como sejam a eficaz e económica divisão do solo, a optimização da circulação de pessoas e bens, a facilidade de controle sobre a cidade e a rápida e simples execução, podendo assim afirmar-se que são condições sociopolíticas, mais que culturais que explicam a adopção de traçados geométricos[70].

[68] "Todas as cidades são planeadas. Todo o acto de construir – seja uma cidade, um bairro, ou uma casa – é o resultado de acções racionais, pensadas e planeadas por alguém ou por um conjunto de pessoas: toda a construção se faz para cumprir um determinado objectivo, sobre um determinado território sujeito a regras e a regimes de propriedade específicas, e fazendo uso de um determinado conjunto de recursos materiais. O que varia é a escala destas acções, os diferentes actores envolvidos e os diferentes equilíbrios de interesses e objectivos em presença que têm de ser tidos em conta" Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.13

[69] "Para nós não existe um urbanismo *espontâneo* e outro *dirigido*. Qualquer uma das formas é determinada socialmente, sendo sempre configurações espaciais, da estruturação das relações sociais. As formas do urbanismo são produtos das acções de agentes sociais. São determinadas portanto pela vida social e, por sua vez, determinam as condições de apropriação, produção, uso e transformação do espaço. Qualquer uma das formas reproduz as condições de estruturação da própria sociedade. Ambas, *espontâneas* ou *dirigidas*, confirmam ou negam os projectos dos grupos sociais hegemónicos. A diferença entre essas formas reside no grau de elaboração técnica e teórica e no grau de consciência e coerência dos actores envolvidos, dependendo dos objectivos fixados nos programas, em planos e projectos. Para nós o urbanismo não pode ser apenas descrito em suas formas, mas deve ser explicado nos seus fundamentos sociais, isto é, políticos, económicos e culturais, em situações históricas concretas." Nestor Goulart Reis Filho, *Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte:Período Colonial*, *in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.485

[70] "A ordem é expressão e veículo do poder, e o poder afirma sempre através de intervenções planeadas. Mas é difícil de distinguir o que é dominante nesta dualidade: se é a ordem formal, e racional, expressão privilegiada e veículo do poder, e portanto adoptado no planeamento das cidades, ou se é o planeamento, implícito nas intervenções do poder, mais fácil de concretizar através de formas ordenadas, que por essa razão são adoptadas. De uma forma ou de outra o poder afirma-se sempre através de formas planeadas, nuns períodos mais consistentemente, noutros não." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.13



024 | Esquema de localização das cidades de origem portuguesa no mundo, segundo Luís Silveira

Posto isto, três formas de condicionamento implícitas naquelas primeiras leituras se identificam. A desconsideração da totalidade da realidade urbana portuguesa, que não é tão só o Brasil, e que, em boa parte, o *Ensaio da Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar* de Luís Silveira, em 1956, ousou recordar.[71] O território brasileiro é, efectivamente, o palco mais expressivo do projecto urbano português, aliás, onde boa parte do seu desenvolvimento se operou.[72] Porém só compreensível se aditado aos demais contextos geográficos, cuja análise em paralelo coloca em evidência um quadro socio-político mais complexo e implicante nas opções urbanas, do que aquele que se havia traçado. A segunda decorre do risco eminente da apreciação dicotómica, sempre simplista, de dois fenómenos, com géneses e pressupostos muito diversos, embora a dupla adjacência de territórios e partilha de soberania durante 60 anos a validem com pertinência. Acrescido, por fim, de um desequilíbrio notável do conhecimento que de cada um estava formulado, com evidente dianteira disciplinar no caso espanhol. A leitura paralela que do urbanismo ibérico se faz, certamente, de conteúdo muito mais complexo do que aquele que aqui se pretende explicitar, importa avaliar, procedendo, essencialmente, daquilo que Nuno Portas lembrou na ocasião das suas *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas:*

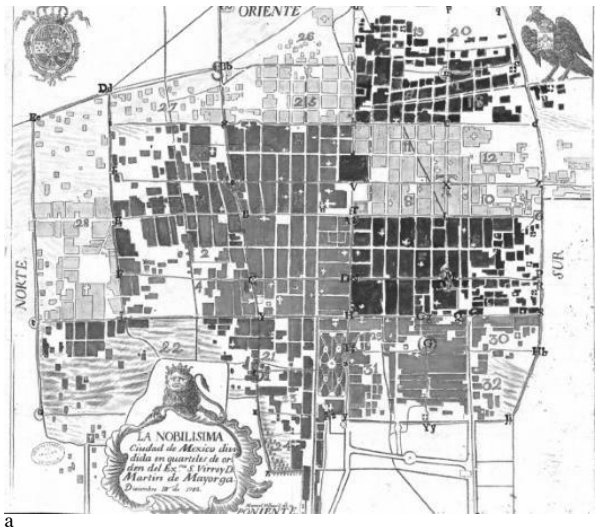
"Porquê esta diferença de prestígio nos meios internacionais dos dois urbanismos coloniais – o luso e o castelhano, se é que são *dois*-, e, problema muito mais interessante, porquê as duas culturas ibéricas, sempre a par na aventura dos descobrimentos, se afastam tão profundamente na aventura colonizadora?"[73]

A primeira questão decorre da vénia que o *damero,* invariavelmente, suscita na disciplina mas, e fundamentalmente, da inevitável acreditação que um corpo normativo, da complexidade das *Leis das Índias* coage. Rigoroso nos critérios de implantação da cidade e de cada um dos seus elementos, preciso nas dimensões das ruas, praças e lotes, ponderado segundo o futuro crescimento e expansão da cidade, numa descrição divida em 148 artigos, a sua existência é *per si* um atestado de validade, pela vontade teórica e racionalizadora inscrita. E, em paralelo, uma fonte de investigação mais acessível e compilada do que aquela que discorre da pesquisa *in loco* das cidades. Portanto, mais expedita mas também mais vulnerável se não confrontada com as segundas. Pois, afinal,

[71] "Um volver de olhos pela documentação reunida neste ensaio – que se refere somente a povoações de que reuni iconografia – bastará para mostrar que o número, importância, permanência e vitalidade das cidades portuguesas do ultramar são notavelmente grandes e que ao título de precursores podemos juntar o de sermos dos mais fecundos construtores e organizadores de cidades ultramarinas." Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, 1956, vol.1, p. 9

[72] "Foi perante o enorme desafio da Terra de Vera Cruz que se consumou a gestação do corpus de teoria e praxis que hoje designamos *Escola Portuguesa de Urbanismo*." Walter Rossa, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p.407; "A história urbana portuguesa e a história urbana brasileira não são, pois, independentes; elas são antes duas componentes da mesma história que será necessário acompanhar nas suas múltiplas ligações e influências mútuas, sendo necessário o seu estudo conjunto para a sua compreensão. Neste processo, não é a penas o Brasil que recebe e é influenciado pela cultura urbana portuguesa, é a própria cultura urbana portuguesa que tem grande parte da sua história fora do teritório europeu. Grande parte dos desenvolvimentos urbanísticos portugueses ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII têm lugar no Brasil." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.13

[73] Nuno Portas, *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas*, Porto, 1985, [s.p.]



a



b

025



a



b

026

"Poucos historiadores terão deixado de observar que a mais eminente diferença urbanística entre os dois processos de colonização está na diferença dos *modelos* - que logo se revela na não menos evidente diferença das formas, dos produtos, que lhes corresponderam: México e Lima versus Salvador e Rio, para não citar senão as primeiras capitais de império…"
PORTAS, Nuno, *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas*, Porto: [s.n.], 1985, p. 2.

025 | As primeiras capitais do império castelhano na América do Sul
a) México [*Plano de la Ciudad de México di quarteles*, 1782] b) Lima, [*Plano Scenographico de la Ciudad de los Reyes o Lima*…, 1748]
026 | As primeiras capitais do império português na América do Sul
a) Rio de Janeiro, [*Carta Topographica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeyro*…, 1750] b) Salvador da Baía, [*Pranta, Da Çídade D. Salvador Na Bahia De Todos Os Santos*,1616]

as *Leis das Índias*, mais eram a síntese de uma prática do que o modelo a por em prática, e a última, é mais diversa que apenas os *dameros* das *Leis das Índias*. [74]

Neste contexto, Portugal, dispersando a sua legislação por Regimentos, Forais e Cartas de Vila avulso mas, essencialmente, depositando-a na consideração dos seus técnicos e mestres de obras, que dispunham de mais princípios do que normas[75], como propôs Horta Correia, tem, naturalmente, implícita uma maior adaptabilidade e variabilidade dos modelos. E, concomitantemente, a sua compreensão mais árdua e difusa. Em particular para os dois séculos iniciais ou, como dizia, ironicamente, Alves Costa "até ao descanso das nossas consciências que foi o Marquês de Pombal."[76] (não foi, porém, o plano de Pombal, um rasgo iluminado que do nada apareceu!) O problema, como já notou Nuno Grande[77], foi o facto de o urbanismo português não se enquadrar nos cânones daquilo que se foi tornando natural considerar como cidade à medida que a urbanística como disciplina foi ganhando consistência, colocando-o à margem da investigação.

A segunda questão, *muito mais interessante*, decorre da diferente tradição urbana que nos dois reinos da Península Ibérica se havia afirmado. Com o processo da Islamização e Reconquista, a comum tradição urbana que permeava a península ibérica apartou-se, acentuando no lado espanhol a interioridade e centralidade e do lado português a vocação litoral e marítima[78]. Note-se, porque muito expressivo, o episódio que conta a intenção de Filipe II transferir, no período da união das duas Coroas, a capital de Madrid para Lisboa. Em visita à última, para avaliar a sua decisão, conta a história que Filipe II ficou desgostado com a condição desprestigiante que o porto imprimia à cidade e com a perificidade de Lisboa face ao território que capitalizava. Madrid manteve-se capital. E Lisboa é ainda hoje a capital portuguesa. Quando não foi, foi o Rio de Janeiro.

E dos contextos revelados no lado Pacífico e Atlântico da América descoberta, e que de forma inaugural, enfatizou Nestor Goulart Reis Filho, em 1964, numa argumentação fundada na análise conjunta da questão económica, política de colonização e urbanização.

---

[74] Cabe lembrar que o corpo legislativo codificado por Filipe II data de 1573, e que Lima (1535), La Plata (1538), Bogotá (1538), Tunja (1538), Huamanga (1549), Santiado do Chile (1562), Santiago Léon Caracas (1567) têm a sua fundação em data anterior.

[75] "(...) é que ao radicar-se, entre nós, o predomínio do princípio sobre a norma, pode estar-se não só a abrir caminho à diversificação, como a empurrar a prática urbanística para situações de *brecha*, por onde se podem instalar processos menos ortodoxamente cartesianos ou mais libertoriamente organiscistas, visualistas ou teatrais, e por onde uma sociedade de mentalidade barroca poderá introduzir alguns dos seus valores espaciais mais queridos. " José Eduardo Horta Correia, *Urbanismo*, in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Lisboa: Edições Presença, 1989, pp. 507-513, p. 508

[76] "O que mais conseguiram os nossos esforçados e patriotas historiadores foi reconhecer a existência de uma malha urbana tendencialmente regular, até ao descanso das nossas consciências que foi o Marquês de Pombal." Alves Costa, *Portugal, Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p.13

[77] Nuno Grande, *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra: Ed. Darq, 2002, p.25

78 "Os caminhos diversos seguidos pelos dois países, sobretudo a partir das descobertas marítimas, do incremento do comércio ultramarino e dos processos de colonização, levaram à diferenciação e consolidação de duas realidades." Jorge Gaspar, *Do Urbanismo em Espanha e Portugal*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, *Anales de Geograifa de la Universidad Complutense*, n.015, pp. 351-360, p.352



027



028

"Viajo de Buenos Aires a Lisboa, sob a impressão do enorme e compacto tecido, malha 144 x 144 metros pousada na planície, entre o mar e o Rio da Prata. Não consigo imaginar fim ou periferia; os limites serão os da necessidade de crescimento.(...) O avião faz escala no Rio de Janeiro. Sobrevoa a cidade o suficiente para que eu diga: ao diabo os compromissos, é melhor parar. Vi do céu."

Álvaro Siza Vieira, *Através de desenhos urbanos*, *in Povos e Culturas*, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 559-561, p. 559

027 | Vista aérea da cidade do Rio de Janeiro
028 | Vista aérea da cidade de Buenos Aires

Do lado Pacífico, se observadas as cidades de Tenochtitlán, capital do império Asteca, sobre a qual se fundou a cidade do México ou a cidade de Cuzco, capital Inca, sobre a qual se fundou a cidade que lhe tomou o nome, é manifesto o elevado nível civilizacional com o qual se defrontaram os castelhanos. Se aditada a descoberta do ouro no México e da prata no Perú, desde os princípios do século XVI, é imediatamente, deduzida a determinação do processo colonial espanhol neste territórios, e a estratégia urbana precisa e expedita que estava implicada. Praticamente virgem, sem qualquer valor económico de maior, e em segundo plano no projecto português, o território brasileiro ficou apartado da vontade política indispensável à formação de uma rede urbana sólida, pelo menos, até à fundação de Salvador.

Estes factos que então, começaram por clarificar os dois urbanismos, aqueles que, afinal, ao papa haviam ousado metade do mundo, são hoje indeléveis e causais da sequente pesquisa que supera as primeiras perspectivas. Se num primeiro momento, porque muito sob a condição de *resposta*[79], se operou uma leitura tendencialmente focada nos indícios de regularidade da cidade portuguesa e, portanto condicionada aos exemplos onde tal fosse possível identificar, factos e argumentos outros foram entretanto ocorrendo, sendo que no presente, está estabelecido um quadro processual e sistémico mais profundo sobre o urbanismo português, que invalida a anterior casualidade e que sobretudo o identifica e reconhece nas suas especificidades.

Esta nova aproximação balizada por documentação, cartografia, análise in loco e segundo uma leitura transversal dos vários contextos geográficos, restaurou – ou formou - ironica e diametralmente de uma forma oposta, a imagem da cidade portuguesa como expressão de uma "planificação mais integrada"[80].

Esta alteração na perspectiva, se discorre do conhecimento, entretanto, consolidado, não é, porém, menos ingénua e instigada pela circunstância urbana actual, que após a falência da racionalidade espectada pelo modernismo, tem vindo a sedimentar, a convicção de que o caos que se suponha ausente na ordem geométrica do plano, erguer-

[79] " É que naquela aparente desordem, que leva a admitir como o fez o eminente historiador patrício, a inexistência de um traçado prévio ou de uma ideia directriz, existem uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuidade. Genuidade como expressão sincera de todo um sistema de vida, (…)"Paulo F. Santos, *Formação de cidades no Brasil Colonial,* Coimbra : Universidade, 1968, p.6; "A relutância do urbanismo ultramarino português em adoptar estes sistemas geométricos regulares não me parece, porém, ao contrário do que escreve Robert Smith em *Portugal and Brasil – Barroque Architecture* (Oxford, 1953), simples arcaísmo, mas o resultado de longa e metódica experiência de criação *natural* das cidades, e isto de acordo, porventura, também com a circunstância de as nossas metrópoles, quer da Europa, quer dos trópicos, até quando ricas de alguns edifícios de grande porte, se furtarem ao ar de *monumentalidade* que caracteriza as grandes cidades espanholas, as do norte da Europa e da América, e as congéneres coloniais delas." Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa: s.d, vol.1, p.12

[80] "Esta flexibilidade frente às condições locais, se, por um lado, conduziu a uma menor regularidade e homogeneidade dos traçados portugueses, demonstra, por um lado, uma planificação mais integrada e independente com respeito a um modelo virtual preconizado pela Metrópole. É esta postura flexível e pragmática que, ao nosso ver, caracteriza o urbanismo português, como de resto todo o processo colonizador." Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.65

se desmedido na cidade real e desponta controlado na aparente desordem *desta* cidade portuguesa, graças à sua capacidade de adaptar-se ao lugar e às necessidades práticas.

Assim, ironicamente, se corrobora, agora, em sentido oposto, a última parte da célebre citação de Holanda, *a sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem*.

Sem querer mais avançar esta leitura que antecipa já as linhas de análise que se seguem, pois também eu sou feita deste tempo, e muito longe da eminência de todos os aqui citados, não será, talvez avisado, em jeito de conclusão, o soneto de Camões?

"Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança:

Todo o mundo é composto de mudança,

Tomando sempre novas qualidades."

II O PROJECTO

2.1 | **AS EXPECTATIVAS**

Do transitório ao permanente

> "(…) não deixa agora de ser importante questionar qual a semântica da palavra *território* quando usada no âmbito da Expansão. De forma simples e directa: será que tem aqui o mesmo significado que quando é usada para as novas conquistas dos Romanos para o seu Império ou para as descobertas/conquistas dos Espanhóis na América Latina? É óbvio que não. [81]

Não muito raro ocorre, na história que ao episódio da expansão portuguesa se dedica, a distinção, Império *Marítimo* Português. Tão natural quanto justa. Se ao ímpeto primeiro da expansão alude, tal como o presente estudo. Contradiz-se, porém, a mesma história que engasta no espírito de cruzada contra os muçulmanos e a expansão da fé cristã a legitimação da expansão portuguesa. Não seria a bordo que tais se cumpririam. Ou, que sentido fariam em territórios virgens ou praticamente, como as Ilhas Atlânticas e o Brasil? "Vão-se cristianizar terras sem gente?"[82] Tão só se resgatado o argumento de Medeiros " (...), ao alargar-se a nação, alarga-se também, implicitamente, a fé."[83] Ou estará antes em causa a idiossincrasia portuguesa notada por Godinho, que admite que "Portugal está constantemente a realizar-se fora de si próprio." [84]?

Apartadas as narrativas esparsas, retome-se antes à justa distinção Império *Marítimo* Português, em tudo significativa na política urbana portuguesa. Lapidarmente, era o controlo do mar, tão generoso e oportuno no *finisterra* português, e não o controlo do território, que movia a construção do império. O comércio que por via marítima se cumpria era a proposição dominante da expansão portuguesa. Primeiro, o comércio do ouro produzido nas regiões a Sul do Sara e o comércio dos escravos, depois o comércio das lucrativas especiarias, que a descoberta do caminho marítimo para a Índia encetou. Perante o Papa, a autoridade suprema que àquele tempo tudo ajuizava, a Coroa Portuguesa, tão só, prosseguia ao serviço da Evangelização Cristã, como já havia feito na conquista daquilo que se sabe hoje Portugal. Era a necessária legitimação[85] para o

---

[81] Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa : CNCDP., 1997, p.16

[82] Carlos Alberto Medeiros, *Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico*, in revista *Finisterra*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol.IV, nº 7, pp.95-125, p.96

[83] idem, p.96

[84] Vitorino Magalhães Godinho, *Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História*, in Maria Emília Cordeiro Ferreira (coord), *Reflexões sobre História e Cultura Portuguesa*, Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985, pp. 271-286, p.285

[85] "Três bulas papais, de 1452, 1455, 1456, confirmaram sucessivamente o domínio de Portugal sobre as terras descobertas e legitimaram aquele monopólio. Através da bula de 13 de Março de 1456 é concedida à Ordem de Cristo, de que o Infante Dom Henrique era Administrador, a jurisdição espiritual sobre todas as terras descobertas e conquistadas pelos portugueses." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.47



029

029 | Carta náutica de Pedro Reinel, 1504

projecto comercial que se lograva construir. Mas também o necessário financiamento. A Ordem de Cristo, cujo governador foi o grande empreendedor da expansão marítima, Infante D. Henrique, concedeu os recursos materiais e humanos para executar as primeiras experiências náuticas.

Este específico perfil do projecto português, afasta-o, imediatamente, da capital referência que no quadro colonial se impõe, o império romano. Invoca-se aqui o império romano, para que pela diferença de interesses e objectivos, e por corolário de resultados, daquilo que é arquivado pelo mesmo nome, se aclare uma, no mínimo mais expressiva, leitura do processo urbano português. A declarada vocação urbana do império romano radica no modelo de efectiva ocupação, defesa e organização dos territórios conquistados, entendidos como natural prolongamento territorial da pátria Roma. Este pressuposto implica a convergência de todos os esforços no plano urbano, "Traduz o Império e a forte organização político-social, capaz de colonizar o mundo." [86] É a face de um poder e responde a critérios bem definidos da imagem que esse poder quer passar.

Ora, a proposta comercial que norteava a expansão portuguesa, requeria tão só a instalação, naqueles que eram os melhores portos, de pequenas estruturas, que com o consentimento dos governantes locais, permitissem o armazenamento e escoamento dos produtos, o aprovisionamento das armadas ou a protecção das rotas marítimas. Renata Malcher do Araújo, apelou à expressão *ancoradouros*[87] para os descrever. Eram, pois, feitorias comerciais ou fortes, dispersos pelo litoral, que num sistema de rede permitiam o monopólio marítimo. Portugal estaria, então, mais próximo do modelo grego, como notou Oliveira Marques, "À maneira dos Fenícios e dos Gregos da Antiguidade, interessava-lhes mais tecer uma vasta rede de colónias urbanas, espalhadas ao longo da costa, do que conquistar impérios territoriais."[88]

E isso é sintomático nas cidades que haviam, que inevitavelmente, nascer. Ainda que não fosse desígnio prévio, rápido, pela escala que o império tomou, pela concorrência que outras potências forçaram, porque não tardaram outros, franceses, ingleses, holandeses, a entrar na equação, pela realidade inesperada em tantos contextos encontrada, houve a percepção que o Império só se cumpriria pelo estabelecimento de bases estáveis e defensáveis: cidades.[89] O único garante da soberania portuguesa.

[86] José M. Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000, p.146
[87] "A expressão é lícita pois de ancoradouros, de facto, se tratava para um império que se situava mais no mar que na terra." Renata Malcher de Araújo, *As Cidades da Amazónia no Século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*, Porto: Faup, 1998, p.25
[88] A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 1992. Lisboa: Palas Editores, 1978, pp. 341-342
[89] "os colonos não podiam fazer nada sem as cidades. As exigências da colonização demandavam evidentes funções urbanas", Robert J. Ross Gerard J. Telkamp, *Introduction*, in Robert J. Ross, Gerard J. Telkamp (eds.). *Colonial Cities,* Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1985, pp.1-6, p.2

Esta revisão[90] dos objectivos iniciais, que com D. João III se opera em pleno[91], ditou uma lenta e gradual aproximação à construção urbana, que não estruturada como unidade antes como necessidade, fixou, ou antes reforçou, o pragmatismo, que *tão caro* tem sido ao urbanismo português. E talvez seja este um dos motivos, para a descrição que Gilberto Freire fazia a propósito do português colonizador:

"O Português foi por toda a parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi tanto a de guerreiro imperial que conquistasse e sobjugasse bárbaros para os dominar e explorar do alto. Foi principalmente a de procriador europeu nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor" [92]

Afinal, não partimos para dominar e subjugar. Isso havia de ser depois. É neste reformular de estratégia, que não foi imediato nem na íntegra, que radica parte da originalidade do projecto urbano português, a singularidade dos seus procedimentos e a variabilidade dos seus modelos.

[90] " Guiados por alguns objectivos claros progrediu-se na montagem de um sistema que, durante muito tempo, foi simultaneamente projecto em elaboração e obra em reformulação: o Império." Walter Rossa, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p. 405

[91] "Será necessário esperar por D. João III para que se ponham de lado as veleidades de conquista de Jerusalém e do mundo muçulmano, se dê ao Brasil importância comparável à Índia, se desista de Marrocos e dos ideiais medievais da Cruzada para pensar sobretudo em pimenta, e se comece a cuidar de soberania mais que suserania." Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa: Difel, 1994, p.167

[92] Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas,* Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p.43

2.2 | **AS POLÍTICAS E OS AGENTES**

Da centralização à dispersão

> "os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças num tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África (...) Uma mobilidade espantosa. O domínio Imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo, então conhecido como um formidável jogo de quatro cantos." [93]

Na analogia do *tabuleiro de gamão*, Gilberto Freire joga os dados mais expressivos para a compreensão do modelo de administração urbana português: a dispersão da área de actuação, senão repare-se, D. Manuel I foi o primeiro soberano no mundo a ter oficiais actuando em seu nome em 4 continentes; o desconhecimento das geografias envolvidas, afinal, o Mapa de Cantino que pela primeira vez representa uma geografia completa do mundo havia de surgir só em 1502; o valor do funcionário público e a sua multiplicação hierárquia; a míngua demográfica que resvala na inevitável mobilidade daqueles e na acção de outros por compensação; e, por fim, a sempre inerente dimensão *imperial* do projecto. Na articulação destes elementos, a constituição de um só modelo de acção vislumbra-se, de imediato, impossível. Ou, se, teoricamente, possível - a dimensão imperial assim o demandava -, na prática - por razões inerentes à sua própria condição e contradições criadas -, inexequível.[94] Como Rafael Moreira havia escrito, era "uma estratégia a repensar do nada." [95]

A centralização política e económica marca Portugal no período que precede a expansão[96] e nela se amplifica. O termo é exacto e significativo. Amplifica, porque a estrutura hierarquizada e burocratizada do reino, transferiu-se, praticamente, sem mutação, para as colónias, ao invés de se estabelecer um programa unitário, concreto e preciso, aplicável aos novos domínios geográficos.

---

[93] Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983, p.9

[94] "Tensão entre as boas intenções abstractas que nos trouxeram, do tudo certinho para agradar el-rey, e o salve-se quem puder das práticas possíveis."Carlos Nelson F. Dos Santos, *A Cidade como um Jogo de Cartas*, São Paulo: Projecto Editores, 1988, p.40

[95] Os impérios holandês, francês e inglês, que é fácil elogiar, seriam impensáveis sem esse primeiro estágio de erros (e horrores)); de iniciação na prática de fórmulas de domínio elaboradas em teoria, de poder centralizado. Se Portugal criou o mais antigo império marítimo de escala mundial (de que os Estados Unidos herdariam tantos traços), ele foi também o primeiro conjunto geograficamente descontínuo de povos e senhorios, o que tornava indispensável uma estratégia a repensar do nada: a definção de um tipo novo de poder, materializado na cidade colonial." Rafael Moreira, *in* Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África, Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto: Faup, 2008, p.16

[96] "No período que antecede a expansão marítima, Portugal viveu uma grande crise económica, consequência da guerra de D. Fernando com Castela, da depreciação da moeda, da desorganização da população rural, dos reflexos da depressão económica norte-europeia associada à Guerra dos Cem Anos, e da concorrência dos mercadores italianos, que dispunham de mais capital e acesso aos mercados europeus. Para fazer frente a este quadro, a Coroa opta pela centralização, tanto política, quanto económica, encapando empresas e administrando seus lucros." Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.50



030

030 | Mapa de Cantino, [1502]

São posturas, forais, regimentos, cartas régias, ordenações e tantos outros documentos que constam da regulação urbanística portuguesa.[97]

Porque elegeu, antes, a Coroa, o funcionário público[98], como o instrumento priviligiado para exercer o seu poder, reconhecendo-se na sua competência, que a flexibilidade[99] em detrimento da restrição ou imposição das disposições dos inúmeros documentos reguladores confirmam. A suprema soberania da Coroa, sobre todos os domínios, estava tão só salvaguardada no título que o rei para si reservara *senhor do comércio, da navegação e da conquista*.

É neste contexto, de valorização do funcionário público, que surge a figura paradigmática do urbanismo português, o *engenheiro militar*. A natureza profissional destes técnicos, especializados em teorias da fortificação está, naturalmente, vinculada ao valor da fortaleza como mecanismo de defesa e controlo que o exercício do poder demanda. A sua actuação, no entanto, estendeu-se aos vários domínios do urbanismo, sendo responsáveis para além do desenho das fortificações, dos levantamentos de cidades e regiões que serviram para o reconhecimento do território e demarcação de fronteiras, traçados de rua, dos projectos de arquitectura dos edifícios de natureza singular e do próprio planeamento da cidade. Porém, se só em 1647, o corpo destes engenheiros se viria a institucionalizar com a fundação da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar de Lisboa, por outro no início da expansão estes eram de número escasso, um *corpo de elite*, e a sua presença estava circunscrita aos territórios que no quadro político se assumiam como prioritários.

Nos demais, era a cargo dos primeiros colonos, que o exercício urbano se começava por cumprir. Muitas vezes suportados pelos "homens que soubessem do rumo da agulha e partissem as terras"[100], com conhecimentos matemáticos e geométricos capazes de fazer o arruamento com outro refinamento, normalmente agrimensores ou pilotos de navios.

---

[97] Sobre estes documentos e ainda que para o contexto brasileiro, Manuel C. Teixeira explicita o seu valor: "As Ordenações eram complementadas por outros diplomas legais – em que se incluíam os Regimentos, as Cartas Régias e os Forais – que, embora subordinados às disposições das Ordenações reais, continham algumas especificidades. É através deste tipo de legislação, que se destinava a complementar e a esclarecer alguns pontos omissos ou menos claros das Ordenações, que nos podemos aperceber de alguns aspectos particulares do processo de urbanização e das morfologias urbanas brasileiras. Os Regimentos eram uma sistematização de determinações, contidas nas Ordenações, relativas a uma determinada actividade ou circunscrição territorial. As Cartas Régias eram determinações reais dirigidas a autoridades incumbidas de tarefas específicas. Particularmente importantes para a compreensão da vida urbana brasileira são as Cartas Régias dirigidas aos governadores, capitães-generais e ouvidores ordenando a fundação de vilas e de cidades, onde por vezes são descritas as características urbanísticas e arquitectónicas a que deviam obedecer estas novas fundações. Os Forais, à imagem da legislação do reino, estabeleciam os direitos públicos dos concelhos, bem como os foros e os tributos devidos." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.220

[98] "A Coroa espanhola forneceu às suas colónias um regulamento para a formação de cidades. A Coroa portuguesa forneceu às suas funcionários que as fizessem. Funcionários do urbanismo, como os havia da fazenda, da justiça ou da religião." Renata Malcher de Araújo, *As Cidades da Amazónia no Século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*, Porto: Faup, 1998, p.28

[99] "Saliente-se, no entanto, a excepcional flexibilidade da coroa manuelina e depois joanina, que enviando determinadas ordens, indicava quase sempre para se discutir esse assunto com os *práticos*. Assim aconteceu no Funchal, (...) o rei manda que se reúnam com o capitão, com o provedor da fazenda *e com alguns pedreiros e pessoas que muito bem o entendam*." Rui Carita, *As Cidades Insulares no Universo Urbanístico Português*, in Revista Arquipélago - História, Universidade dos Açores, 2ª série, vol. III, 1999, pp 45-54, p.51

[100] Nuno Portas, *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas*, Porto, 1985, [s.p.]

Ou era o capitão-donatário, o homem polivalente da expansão portuguesa. De forma a suprir a míngua demográfica, garantir a concentração dos esforços no plano comercial e assegurar o domínio sobre os inúmeros territórios conquistados, a Coroa adoptou o Sistema de Capitanias Hereditárias[101], modelo pelo qual se "povoaram as ilhas atlânticas, se iniciou a colonização brasileira e se administraram algumas praças em Marrocos." [102] Este modelo concedia a administração da justiça, a tributação, o controlo económico e o exercício urbano, a figuras da alta nobreza - os *donatários* -, que por sua vez os delegavam aos *capitães-donatários*[103] , com efectiva presença nos territórios que os primeiros, muitas vezes, dispensavam. Estes particulares, e ainda que, aparentemente, os documentos de concessão lhes conferissem importantes prerrogativas de poder, eram em última análise agentes institucionais.

Neste processo, a Igreja e, em particular, as Ordens Religiosas constituem, pelo papel catalizador das suas funções na sociedade de então, e até pelo próprio método da aculturação como instrumento de dominação, um influente eixo da acção urbana. O ímpeto para a fundação de um novo núcleo esteve muitas vezes associado à presença de uma capela ou ermida. E a sua acção comporta, inclusive, funções de planeamento e construção de aldeias e vilas no seu sentido mais amplo (recordem-se as Reduções, aldeias fundadas pelos Jesuítas no Brasil, nas quais se *reduziam* os índios ao cristianismo). O contributo dos Jesuítas destaca-se dos demais, pelo investimento na formação dos engenheiros militares portugueses, que os seus colégios subsidiavam leccionando geometria, matemática, arquitectura e engenharia militar. A acção destes agentes, à semelhança de todos os outros, respondia à Coroa.

Inicativas de carácter privado, em paralelo à acção da *Coroa*, não foram porém evitadas, sobretudo em áreas afastadas dos territórios definidos como centros de acção.

Desta exposição que de forma genérica traçou os modelos administrativos e os agentes envolvidos no facto urbano da expansão, impõe-se duas leituras. A "*presença tutelar do Estado"*[104] em todas os domínios do projecto, na premissa do urbanismo enquanto serviço público abre o precedente para a ambiguidade e volubilidade do método. O princípio da estrutura centralizada esbarra na ausência do modelo uniforme.

---

[101] "Segundo Magalhães Godinho e Verlinden este sistema *(...) filia-se na organização do império colonial das repúblicas italianas no Mediterrâneo Oriental, nascido com as Cruzadas. (...) O primeiro ensaio atlântico aparece nas Canárias, quando o rei de Castela concedeu o seu senhorio a João de Bettencourt, com o direito a um quinto das suas mercadorias (1402)"* José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia : evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII,* Porto : Faup Publicações, 1996, p.70

[102] Maria Emília Cordeiro Ferreira, *Capitão-donatário*, in Dicionário de História de Portugal , dirigido por Joel Serrão, volume I, A-D, 1963, p.472.

[103] "Há que precisar um pouco mais a distinção e complementaridade entre donatária e capitania: pelo primeiro sistema, "o rei concedia a simples particulares largos domínios, privilégios e proventos, neles delegando igualmente atributos...) José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia : evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII,* Porto : Faup Publicações, 1996, p.70

[104] Renata Malcher de Araújo, *As Cidades da Amazónia no Século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*, Porto: Faup, 1998, p.25

E fragmenta-se em variáveis excessivas, desde os agentes às diposições legais até aos modelos de administração. Uma estrutura piramidal que dificilmente se irrompe.

Mas também o modelo que permite a flexibilidade bastante para que a cidade portuguesa a todos se tenha estendido com o cunho inequívoco da sua tradição urbana. Porque se à partida parece este método ser o bloqueio à coerência e uniformidade do modelo, acredita-se no contrário, porque se mais aberto à imaginação, mais permissivo à consideração, mais adaptativo às circunstâncias, mais dependente da experiência do que do modelo abstracto, mais próximo será da cultura urbana de base que todos transportavam. O reflexo de um modo de fazer torna-se assim, mais evidente.



031

031 | Vista de Ceuta [1572]

2.3 | **OS CONTEXTOS**

Das Ilhas, à Índia e ao Brasil

> " Com a viagem de Gil Eanes, em 1434, a Cristandade venceu o medo face ao desconhecido, passo indispensável para um rasgar do horizonte, mas, depois, com as viagens de Bartolomeu Dias, em 1487-88, de Vasco da Gama, em 1497-99, e de Pedro Álvares Cabral em 1500-1501, a que se acrescenta a viagem de Colombo, desde 1487, as fronteiras do mundo passaram a ter uma proporção desmedida para a época."[105]

Mas primeiro foi Ceuta. Em 1415, no *resvalo* que o mar a Sul transpôs o movimento da reconquista. Não era um cenário de todo estranho, afinal, eramos há pouco tempo uma realidade semelhante.[106] Era porém, um palco custoso, e desta sorte os "(...) portugueses ocuparam, de 1415 a 1513, nove *praças em África*, no litoral atlântico de Marrocos, quase todas abandonadas em meados do século XVI por se tornar insustentável a sua conservação, mantendo-se a última - Mazagão, até 1769."[107]

No final de seiscentos dos *Andes ao Rio das Pérolas*, se estendia a presença portuguesa. A cidade, porém, nem a todos chegou. Neste tempo ou mesmo nunca. Pois não era sequer esse o objectivo, como de resto já demos conta. Chegou a este tempo e com *corpo* aos territórios das Ilhas Atlânticas, da Índia e do Brasil.[108]

---

[105] João Paulo Oliveira e Costa e Teresa Lacerda, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII),* Colecção Portugal Intercultural n. 1, Lisboa: ACIDI, 2007, p.30

[106] " Quando Ceuta, no Norte de África, foi conquistada em 1415, os Portugueses não se confrontaram com uma realidade que lhes fosse completamente estranha. Pelo contrário, encontraram uma realidade que lhes era bastante familiar, no que se refere ao clima, ao povo, à cultura e aos espaços urbanos. A presença portuguesa muçulmana em Portugal durante mais de cinco séculos havia deixado marcas profundas nos espaços das cidades do sul que, ainda no século XV, algumas vezes não seriam muito diferentes de cidades marroquinas" Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.215

[107] Orlando Ribeiro, *Opúsculos Geográficos*, vol.V - Temas Urbanos, Lisboa, 1994, p. 492

[108] "No Magrebe não se pode dizer que tenha existido uma política urbanizadora. (...) No que diz respeito à Rota da Índia, o extenso bordo afro-asiático, que vai do Sahara até Diu, só muito mais tarde houve interesse e meios para a sua colonização parcial. (...) No Extremo Oriente era o comérco a única motivação e, por isso, além dos estabelecimentos de iniciativa eclesiástica ou privada, foram também feitorias, quase sempre fortificadas, os núcleos iniciais depois urbanizados.(...) Face a tudo isto, no domínio do urbanismo da fase da expansão, o interesse reside essencialmente nas Ilhas Atlânticas, na Índia e no Brasil." Walter Rossa, *O Urbanismo Regulado e as primeiras cidades coloniais Portuguesas*, *in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, pp. 516 - 517



a



b



c



d



e



f

032

032 | Cidades das Ilhas Atlânticas

a) Funchal b) Horta c) Vila da Praia d) Angra do Heroísmo e) Vila Franca f) Ponta Delgada

Ilhas Atlânticas – bases para a expedição marítima

> "(...) o laboratório experimental do império português na Ásia e na América funcionou nas ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, mais tarde acrescidas dos arquipélagos da Cabo Verde e São Tomé. Apesar do seu diminuto tamanho e sua escassa população, o estudo dos métodos e das formas de povoamento que os portugueses seguiram nessas ilhas tem de merecer o nosso maior cuidado. Foram, em boa verdade, uma espécie de microorganismos em relação às grandes áreas continentais da Índia e do Brasil." [109]

Referência capital nas rotas do Atlântico, o descobrimento das Ilhas dos Açores e da Madeira, ou antes redescobrimento, porque desde a primeira metade de trezentos figuravam, ainda que erroneamente, nos portulanos[110], fixou um marco decisivo no projecto urbano da expansão, operando como Oliveira Marques designou de *laboratório experimental*. São-no em dupla medida. Se nestes exíguos territórios foram testados os modelos e os métodos que haviam de ser repercutidos para o Brasil, para a Índia e até para Portugal são, por outro, estruturas que cristalizaram no tempo[111], permitindo uma leitura *in loco* muito precisa dos fundamentos que presidiram à estratégia inicial urbana portuguesa.

E face ao que até agora foi exposto, como justificar, então, as 18 vilas com foral, das quais 3 elevadas a cidades[112], fundadas nestas ilhas em meados do século XVI, se fixado o ano de 1425 para o início da sua ocupação?[113] Rápida consolidação urbana, que radica na proveitosa circunstância geográfica que representavam na expansão, como bases para as expedições marítimas[114], "isto quer se tivesse ou não, logo de início, a ideia, sequer aproximada,

---

[109] A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa:Palas Editores, 1975, vol. I, p.329

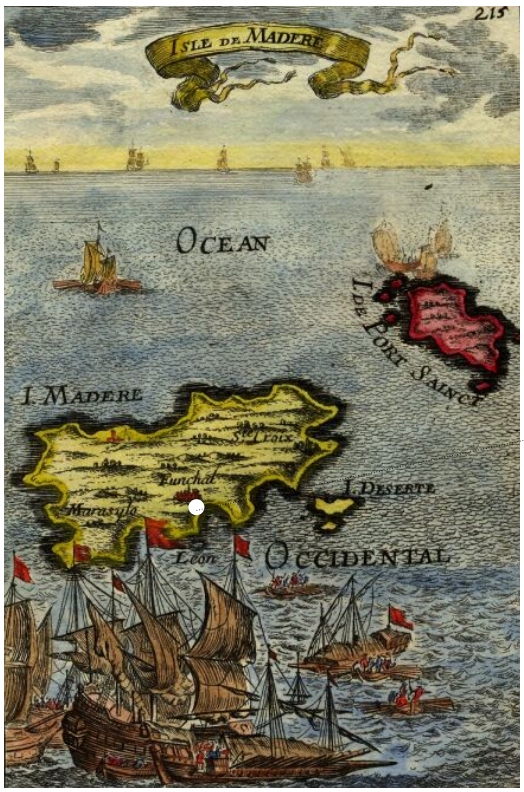
[110] "Redescobrimento dos Açores: é a expressão mais exacta, porquanto, achados por acaso na 1ª metade de Trezentos, jamais tinham sido regularmente visitados, e o seu registo cartográfico, falseado por um erro de posição de 200% e por graves enganos de disposição das ilhas, não facilitava de modo algum novas viagens para os reencontrar." Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 2008, p.224

[111] Sobre o Funchal: "Embora nos separem mais de 400 anos, a cidade na sua parte baixa não difere no traçado daquele que nos é apresentado em 1570, encontrando-se delineadas quase todas as ruas existentes hoje" Rui Carita, *A Planta do Funchal na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, in *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1562) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal: Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação, 1984, pp. 47 a 73, p.73

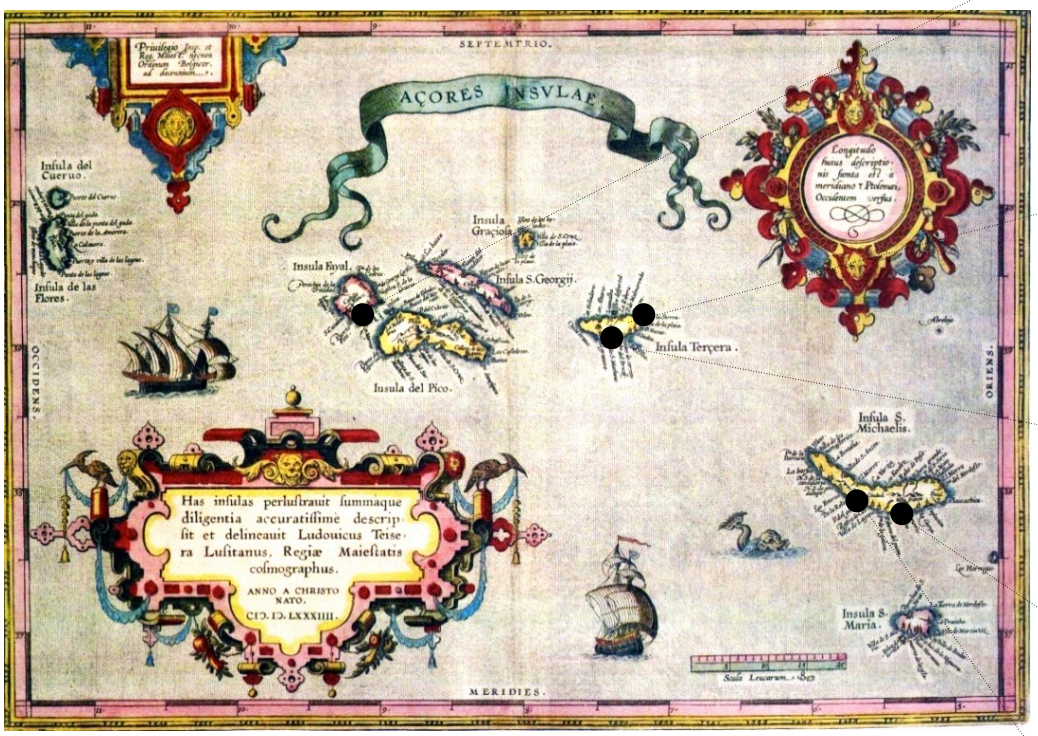
[112] "Assim, note-se as datas de foral de vila, ou de fundação de concelhos e de reconhecimento de cidade naqueles arquipélagos, bem como as suas localizações (exclusivamente no litoral ou no *cordão* próximo deste):a. Madeira, vilas nos séculos XV e XVI: Vila Baleira (única em Porto Santo); Machico e Funchal (ambas em 1451, sendo o Funchal elevado a cidade em 1508), Ponta do Sol (1501), Calheta (1502), Santa Cruz (1515) (todas litorais, excepto Santa Cruz, que se situa no *cordão* cerca da costa); b. Açores, vilas fundadas nos séculos XV e XVI: Vila Franca do Campo (1472, em São Miguel), Angra e Praia (1478 e 1480, na Terceira, sendo a primeira elevada a cidade em 1534), Topo, Calheta e Velas (em São Jorge, sendo a última em 1490), Horta (no Faial, 1498), Lajes do Pico (1501); uma segunda série de vilas corresponde ao desenvolvimento da ilha maior, São Miguel: Ponta Delgada (1499, cidade em 1546), Ribeira Grande (1507), Água de Pau (1515), Lagoa (1522)." José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia : evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII,* Porto : Faup Publicações, 1996, p.87

[113] "Da leitura de Saudades da Terra , de Gaspar Frutuoso, fonte incontornável por constituir a primeira e mais completa crónica sobre as ilhas açoreanas (escrita na década de 1580), infere-se que a maioria das povoações e dos lugares hoje conhecidos já existiam em finais do século XVI" AAVV, *Arquitectura popular dos Açores*, Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2000, p.18

[114] " (...) todas têm o [papel] de escala ou ponto de referência das rotas do Atlântico: Madeira e Porto Santo, as ilhas de Cabo Verde e em particular Santiago, na rota dos alísios do Nordeste; (...) Açores, especialmente a Terceira, nas rotas de regresso. T~em sobretudo o papel de base e, se for caso disso, de ponto de regresso na colonização dos continentes: a Madeira para Mazagão; as ilhas de Cabo Verde: ponto de paragem no avanço para a África e o Brasil, mas também base de penetração para os rios da Guiné." José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia : evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII,* Porto : Faup Publicações, 1996, p.154



033



034

033 | Arquipélago da Madeira [*Isle de Madere*, 1683]
034 | Arquipélago dos Açores [*Açores Insulae*, 1584]
035 | Cidades das Ilhas Atlânticas

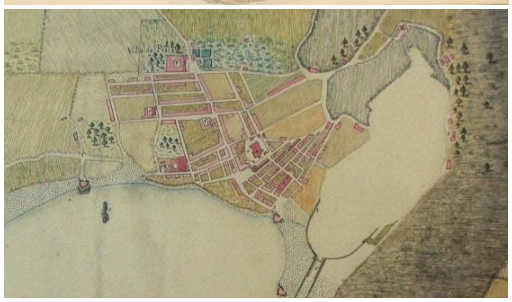
a) Funchal [*Funchal Bay*, 1843] b) Horta [*Planta das Fortificaçoens, e Bahias da Ilha do Fayal...*, 1804] c) Vila da Praia [*Planta da Bahia da Villa da Praia...*, 1805] d) Angra do Heroísmo [*De Cust van Barbaryen van out Manora tot Capo Blanco...*, 1666] e) Vila Franca [*Chart of the Island of St. Michael*, 1808] f) Ponta Delgada [*San Miguel*, 1850]



a



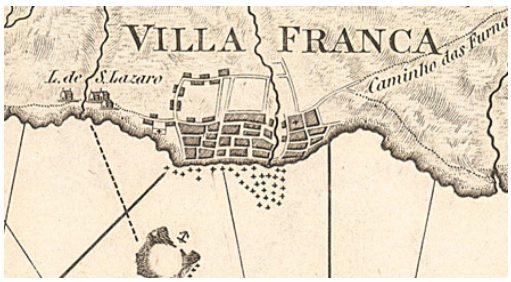
b



c



d



e



f 035

de toda a amplitude que ela poderia tomar."[115] É a sua importância estratégica como plataforma de apoio à navegação, que fundamenta a pronta decisão de colonizar estes territórios. É, enfim, o único contexto que nesta fase é, desde o princípio, considerado segundo o padrão colonizador. E, curiosamente, o único que continua a ser *Portugal*.

O seu povoamento, iniciado em 1425 na Madeira, e a partir de 1439[116] nos Açores, operou-se, seguindo Manuel Fernandes, segundo a proximidade ao continente e a sua dimensão: "(...) pelas ilhas mais próximas do continente (e portanto mais depressa descobertas e visistadas), e, dentro de cada arquipélago, pelas mais pequenas e mais facilmente desbraváveis(...)"[117] Esta tendência é afirmada primeiro nas datas de fundação e segue com as elevações a cidades, sendo que o Funchal e Angra do Heroísmo, *universal escala do mar poente*, como Frutuoso designou, rapidamente se assumem como as cidades capitais destes conjuntos.

Quando é instituído o Sistema de Capitanias, do donatário Infante D. Henrique, que firma o seu estatuto e fomenta o seu desenvolvimento, já, então, se haviam os primeiros colonos fixado[118], que num território virgem e despovoado, no decorrer do quatrocentos, adoptam, naturalmente, estratégias de implantação que os colocam em estreita relação com os traçados medievais portugueses.[119] Numa segunda fase, e contando já com o apoio dos técnicos, dada a crescente importância destes territórios, firmam-se importantes compromissos urbanos, que inauguram o moderno e aos quais não é alheio o facto de D. Manuel, ainda enquanto Duque de Beja ter sido donatário destas ilhas e que enquanto rei as toma como domínio da Coroa (embora as capitanias tenham sido mantidas em termos da administração local).

Porém, dali em diante pouco mais fruíram estas cidades, porque a partir do século XVII, o papel das ilhas como base para as expedições esmorece, acentuando-se o isolamento daqueles territórios face ao país.

---

[115] Carlos Alberto Medeiros, *Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico*, in revista *Finisterra*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol.IV, nº 7, pp.95-125, p.96

[116] "Nem as datas de povoamento nem a origem dos povoadores das ilhas açoreanas se conhecem com exactidão. Continua a ser uma referência fundamental a carta de D. Afonso V, de 1439, onde se refere que o Infante D. Henrique mandou lançar ovelhas nas sete ilhas dos Açores. Deste modo se confirma que as ilhas dos grupos Oriental e Central foram de descoberta tardia." AAVV, *Arquitectura popular dos Açores*, Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2000, p.18

[117] José Manuel Fernandes, cit in José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.87

[118] " (...), pois todas as doações são posteriores ao início da colonização e à distribuição das terras em sesmarias; os primeiros colonos tinham-se aí estabelecido entre 1419 e 1426; estas doações vieram antes dar à sociedade insipiente um estatuto, quando o seu desenvolvimento o justificou." Maria Emília Cordeiro Ferreira, *Donatarias Ultramarinas*, in Dicionário de História e Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol.1, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963, p. 850

[119] " Tal como essas cidades dos séculos XIII e XIV, por vezes planeadas e construídas há pouco mais de um século, também estas cidades insulares eram construídas com idênticos objectivos de povoar, colonizar e defender um novo território." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.49

> "Que, no entanto, fique desde já bem claro: relativamente à escala territorial e civilizacional do Hindustão, as cidades indo-portuguesas no seu conjunto nunca foram mais que picadas de insecto na pele do elefante. A partir do século XVIII igual não pode ser dito acerca de um território também chamado Goa."[120]

As ilhas, eram, porém, um meio, para atingir um fim maior. Aquele que era *A milhor cousa que Vossa Alteza tem nestas partes*, a Índia, o vórtice de todo o investimento que Portugal havia montado, afinal foi logo em 1505, consagrada como vice-reino e em 1510 constituída formalmente como o *Estado Português da Índia* (acrescentando o rei D. Manuel ao antigo título de *Rei de Portugal e Algarve* a expressão *e Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*) e o primeiro e único confronto directo com uma cultura de enraízada e vincada diferença, de nível só equiparado ao europeu e talvez por isso, a mais *distinta* nas situações urbanas.

Quando em 1498 a armada de Vasco da Gama chegou à Índia, a realidade que se suponha conhecer, se confirmava a fortuna e a prosperidade asseverada pelo tradicional *caminho da seda* - que ligava o Oriente aos portos do mar Negro ou, directamente, a Constantinopla - era, porém, do domínio quase absoluto dos árabes, que mantinham com os príncipes locais uma estreita ligação. Uma hostil e, suficientemente, organizada estrutura comercial para durante, praticamente, 10 anos confinar *a bordo*[121] os portugueses.

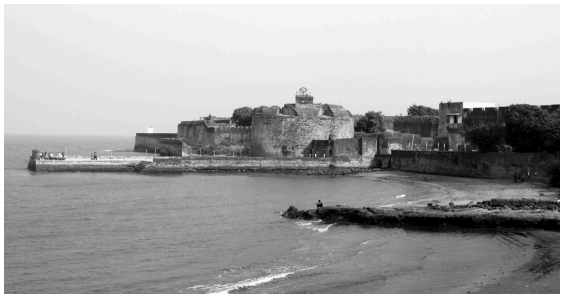
Mas pois não era senão outro o objectivo do primeiro vice-rei, Francisco de Almeida, que ao rei D. Manuel escrevia em carta, *Toda a nossa força seja no mar* e *por lá* isso cumpria, montando não mais que um sistema de entrepostos comerciais e já por si envolto num estafo, tal era o estado de guerra. É ao abrigo de uma aliança com um pequeno reino da costa do Malabar, "o primeiro a prestar bom acolhimento e a dar provas de amizade e interesse sinceros"[122], que se funda a primeira sede do Estado Português da Índia e o primeiro núcleo europeu na Ásia, Cochim, uma feitoria que em 1503 havia sido instalada por Pedro Álvares Cabral.

---

[120] Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa : CNCDP, 1997, p.30

[121] "Durante 10 anos (1500-1510) os portugueses viveram praticamente a bordo, mas logo compreenderam que só uma rede de fortificações, feitorias e cidades poderiam levar adiante o tráfico comercial. "." Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens*, *in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.53

[122] Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa : CNCDP, 1997, p. 35


a


b


c


d


e


f

036

036 | Cidades da Índia
a) Diu b) Damão c) Baçaim d) Chaul e) Goa f) Cochim

Mas a cidade portuguesa na Índia havia de esperar pelo segundo vice-rei, Afonso de Albuquerque, que para o mesmo rei escrevendo em 1510, *Não poderei reinar sobre um território tão extenso como a Índia colocando todo o vosso poder simplemente no mar*, domina Ormuz, porta do Golfo Pérsico, Maláca, entrada para os mares da China, e conquista Goa, excelente porto e ponto estratégico de entrada para o interior da Índia, e para onde em 1510 se transfere a capital do Estado da Índia Portuguesa. Com estas conquistas os portugueses garantem o domínio dos principais empórios marítimos e comerciais e a conjuntura para tornar o império, finalmente, territorial.

A necessidade de afirmação e protecção, num quadro comercial e social conflituoso, tomava, enfaticamente, a fortaleza como o traço primeiro dos estabelecimentos na Índia[123]. E se foi este o gatilho para a abertura do urbanismo português à tratadística renascentista - da adopção dos seus modelos de fortificação, dependia a permanência portuguesa naquele território -, foi também esta a razão[124] da estagnação da maioria dos estabelecimentos, que mais não passaram de feitorias fortificadas. " Se no Portugal da Baixa Idade Média, *fazer vila* era o acto de cercar (...), nas crónicas da Índia *fazer fortaleza* confunde-se com o acto de urbanizar."[125] E com a excepção da mudança de capital de Goa para Mormugão, e depois de lograda, para Pangim, foi a experiência urbana da Índia concretizada em pouco mais de um século e para a quase generalidade dos casos, pouco mais passou do mesmo para a entrega a outras potências, sobretudo a Holanda.

Assim, e num processo toldado por cercos, cedências, retaliações e por isso mais dependente das dinâmicas próprias daquele território do que daquelas que da metrópole saíam, as cidades que durante a expansão lograram consistência urbana, foram as que na costa do Malabar, sobretudo na Província do Norte, se instalaram: Cochim, Baçaim e Chaul, cidades que evoluíram a partir de feitorias junto a cidades preexistentes passando por um primeiro estado de fortificação, Goa e Diu, cidades ocupadas, reestruturadas e fortificadas e Damão, a última das conquistas e a única cidade fundada e fortificada de raíz.

[123] " Os pontos de fixação da estrutura do império comercial e a rede de fortalezas criada, durante os séculos XVI e XVII, são as bases de todos os núcleos que vieram a ser urbanizados. As fortificações e os seus técnicos fazem-se presentes desde os primeiros trabalhos da urbanização. "Renata Malcher de Araújo, *As Cidades da Amazónia no Século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*, Porto: Faup, 1998, p.26

[124] "No Oriente, apesar do enquadramento civilizacional diverso originar agudas necessidades de defesa, foi também esta a (não) evolução da maior parte dos estabelecimentos que erradamente ainda muitos consideram cidades e que efectivamente não passam de feitorias fortificadas ou mesmo de simples fortes." Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa : CNCDP, 1997, p.21

[125] Walter Rossa, *A cidade portuguesa*, in História da Arte Portuguesa, 3 vols., Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol.III, pp.233-323, p.278

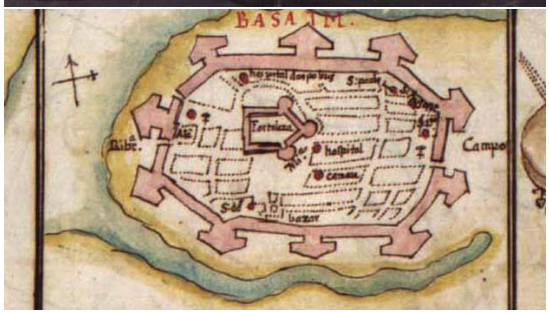


037

037 | Índia [*Taboas geraes de toda a navegação*..., 1630]
038 | Cidades da Índia
a) Diu [*Ville de Diu*, s.d.] b) Damão [*Damaõ*, 1635] c) Baçaim [*Basaim*, 1539] d) Chaul [*Chaul*, 1635]
e) Goa [*Plan de Goa*, s.d.] f) Cochim [*Plan de la Ville de Cochin*, 1761]


VILLE DE DIU
Porte de la Mer
Porte des Champs
Hospital
a


DAMAÕ
FORTE-SAM-IÇO
b


BASAIM.
Fortaleza
Hospital
Ribr.
Campo
c


CHAUL
d


e


f 038

E foram estas cidades, que no contexto da expansão funcionaram como as plataformas de ensaio dos novos sistemas de fortificação de feição moderna para um notável número de engenheiros militares que ali se concentrava e que a elas estenderam parte da geometria e regularidade da sua formação.

Destas cidades, Cochim havia de ser tomada pelos holandeses em 1663, Baçaim foi em 1739 retomada pelos Maratas e logo um ano depois retomam Chaul. Diu, Damão e Goa (a nova), perduraram até 1961, ainda que só em 1974 tenhamos aceite perde-las.

Face à Índia, território tão promissor na fortuna quanto árduo na formação, o *achamento* do Brasil, terra imensa coberta de vegetação densíssima, povoado por pessoas que "não faziam o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas"[126] e, aparentemente, sem qualquer proveito maior que não as madeiras e os animais exóticos, não granjeou honras nem euforias, pelo menos as que pudessem desviar a atenção da Índia.[127] No quadro colonial que se lograva construir, o Brasil fixava a incógnita, ou, no dizer de Nuno Portas uma "incerteza inicial"[128] , que em quatro actos se começa a revelar, e afinal, uma realidade, potencialmente, maior que aquela que, inicialmente, sugeria.

Pontos fortificados ou simples feitorias na costa com poucos habitantes, os suficientes para mobilizar os indígenas para o corte de madeiras e proteger as rotas da Índia, foram os únicos intentos nas primeiras décadas. A concorrência francesa impôs uma nova ordem, se o Brasil não se queria perder[129], e num segundo acto, em 1534, por D. João III, o território é dividido em quinze capitanias, economicamente alicerçadas no projecto da produção de cana do açucar, que o trabalho escravo suportava e que a instalação de população europeia de forma permanente fomentava. Vilas e cidades eram já um requisito. Porém, o proveito aquém do expectado, envolto na anarquia que a ausência de um poder central incita, sobretudo num território de dimensões nunca experimentado, reclama uma nova abordagem da Coroa, que em 1549, instituí o Governo Geral do Brasil, com a fundação na capitania da Baía de Todos os Santos, da cidade de Salvador da Baía. Estrategicamente localizada no centro da costa brasileira, como "que fosse como coração no meio do corpo"[130]. E neste acto o Brasil é, enfim, reconhecido. O quarto acto, e, porventura, o clímax da narrativa, mas que neste estudo excluso, só a partir da última década de seiscentos se contaria, quando, então, o ouro se descobre em Minas Gerais. Em 1822, com a independência, o *desenlace*.

[126] Pero Vaz de Caminha, *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Estudo Introdutório e Notas de Maria Paula Caetano e Neves Aguas, Mem Martins : Publicações Europa-América, 1987, p.65

[127] "O seu descobrimento não revelou, de imediato, nenhuma grande riqueza e os produtos exportados resumiam-se, durante o primeiro meio século, a madeiras e animais exóticos, como o pau-brasil, macacos e papagaios. O país servia sobretudo como ponto de apoio à rota da Índia." Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.53

[128] Portas, Nuno Portas, *Algumas (hipó)teses sobre o urbanismo português nos Brasis*, in TEIXEIRA, Manuel C., (coord.) *A Construção do Brasil Urbano*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 17- 21, p.17

[129]" O sistema de colonização privado mostrou-se desde cedo, pouco eficiente no Brasil e a Coroa percebeu que, sem o seu apoio, os Capitães donatários não seriam capazes de levar adiante a missão colonizadora, ao tempo que crescia a cobiça de outras nações, especialmente da França, pela colónia americana." Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.53

[130] Frei Vicente do Salvador, *cit. in* Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil : 1500-1720*, São Paulo : Ed. Universidade, 1968, p.114



a



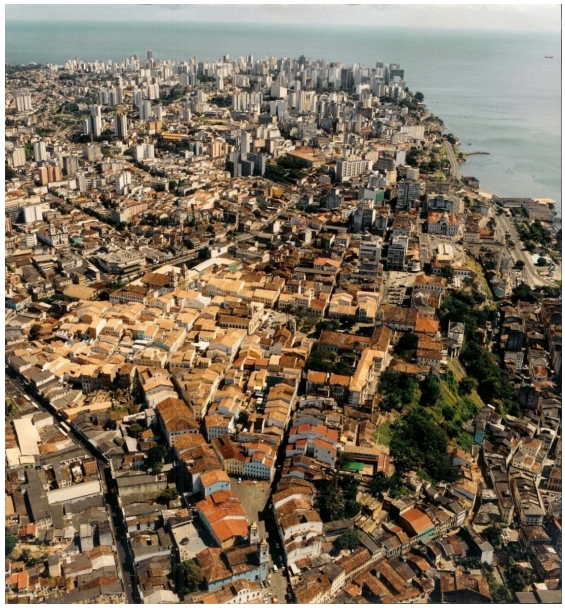
b



c



d



e



f

039

039 | Cidades do Brasil

a) Belém do Pará b) São Luís do Maranhão c) João Pessoa d) Olinda e) Salvador f) Rio de Janeiro

Naquela, sumariamente descrita, sequência de acções, o que é especialmente significativo são as distintas motivações e expectativas e os diferentes agentes e actores envolvidos no facto urbano. Do Brasil dos colonos e donatários, edificado "como uma imensa retaguarda rural para os mercados europeus"[131], que impedia a consolidação de centros urbanos enquanto prestadores de serviço, passa-se para o Brasil da Coroa com os predicados da organização europeia que a constituição de um Governo Geral pressupõe, e, sobretudo, contando com o suporte político, económico, material e intelectual, que, de resto, o crescente número de engenheiros militares naquele território é expressão.[132] Este processo é crucial e nele reside, em boa parte, a explicação para as diferenças entre os primeiros e precários assentamentos e os posteriores à intervenção da Coroa, ou entre, como Nestor Goulart Reis Filho designou, as *vilas dos donatários* e as *cidades do rei*. As primeiras, não são, porém, um caso isolado e findado com as segundas, elas vão permanecer na prática urbana do Brasil em paralelo com as cidades reais - mas agora com outro suporte e motivação -, uma vez que o Governo Geral, concentrado no controlo da costa, preservara as capitanias como divisão administrativa e como garante do desbravamento para o interior, necessário à efectiva conquista do território.[133]

Assim, da primeira metade de quinhentos, votada numa quase amnésia que só insipientes assentamentos despertam - como a vila de São Vicente, no actual estado de São Paulo, tomada como a primeira no solo brasileiro - somente a vila de Olinda, fundada na capitania de Pernabuco, em 1535, pelo donatário Duarte Coelho, granjeou consolidação urbana, sendo dos poucos núcleos urbanos de que se conhece um documento fundacional, identificado como o *Foral de Olinda*.

O ciclo de cidades reais iniciado com Salvador, é continuado para Sul, onde é fundado o Rio de Janeiro, em 1570. Segue depois para norte, já Portugal sob o domínio espanhol e já firmada a experiência da expansão, onde é fundada a cidade de Filipeia, actual João Pessoa, em 1585, e Natal, no Rio Grande do Norte, em 1598. O controlo de toda a costa só haveria de ser concluído no início do século XVII, com a fundação de São Luís do Maranhão em 1612 e de Belém em1616 no delta do Amazonas.

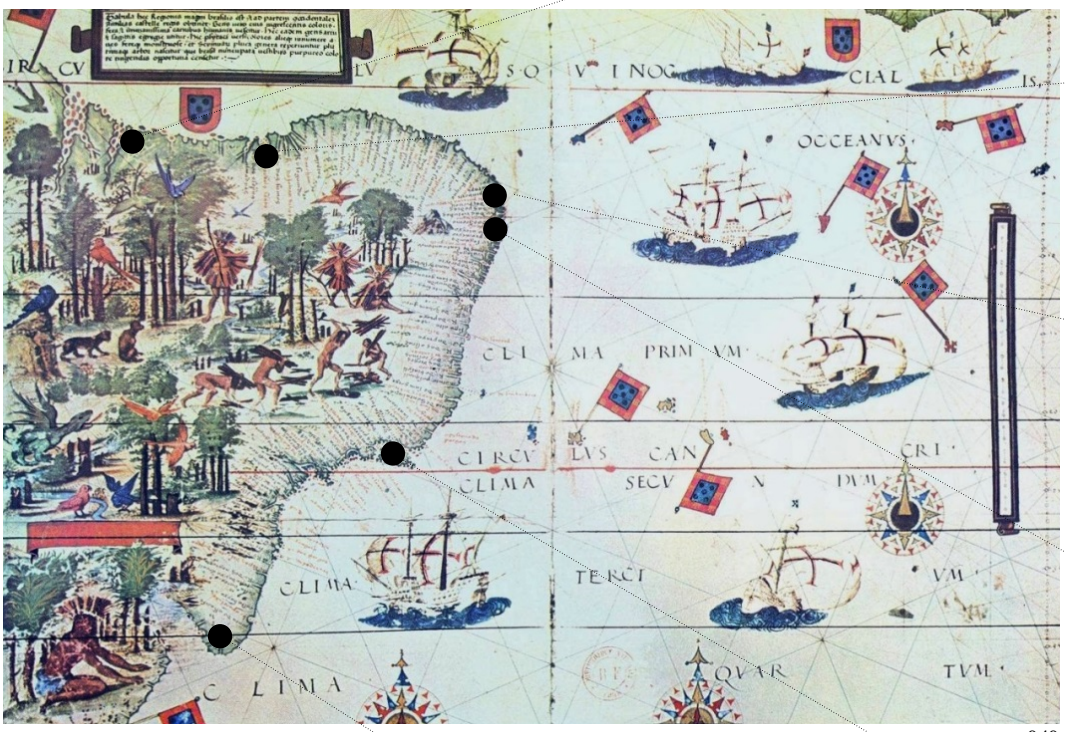
E será no Brasil que se poderá no tempo observar a evolução de uma prática e de uma teoria urbana portuguesa.

---

[131] Nestor Goulart Reis Filho, *Notas sobre o Urbanismo no Brasil, Primeira parte: período colonial*, in Cadernos de Pesquisa do LAP, Série Urbanização e Urbanismo, nº 8, São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, 1995, p.5

[132] "Portugal envia para o Brasil um número crescente de arquitectos e engenheiros militares, à medida que diminuía a importância das feitorias na Índia e no Norte de África. No início do século XVII já existiam mais arquitectos no Brasil que na Índia e, em meados, superavam os existentes em toda a África." Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.56

[133] Entre 1532 e 1650, foram construídas trinta e sete vilas e cidades no Brasil, das quais trinta foram da iniciativa dos donatários e sete fundadas pela Coroa Salvador da Bahia de Todos os Santos, São Sebastião do Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, São Luís do Maranhão, Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio, Nossa Senhora de Belém e Olinda, elevada a vila. Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil : 1500-1720*, São Paulo : Ed. Universidade, 1968, p.67



040

040 | Brasil [Atlas do Brasil, 1519]

041 | Cidades do Brasil

a) Belém do Pará [*Plano do Pará*, início séc. XIX] b) São Luís do Maranhão [*Vrbs S. Lodovici in Maragnon*, 1647] c) João Pessoa [*Afbeelding der stadt fortressen van Parayba*, 1635] d) Olinda [*Vila dOlinda*, 1586] e) Salvador [*Pranta da Cidade do Salvador na Bahia de Todos os Santos*, 1616] f) Rio de Janeiro [Detalhe de *Explication Du Plan de Rio Janeiro*, 1717-1730]



a



b


PARAYBA
Baterye van de Portugesen
met 2 stucken

c


VILA DOLINDA
Varadouro
de navios
PORTO
Lugea

d



e


Explicaçoins:

f 041



042



043



044

042 | *Descoberta da ilha de S. Miguel*, Domingos Rebêlo
043 | *A chegada de Vasco da Gama a Calecut em 1498*, Alfredo Roque Gameiro
044 | *O desembarque dos portuguezes no Brasil ao ser descoberto por Pedro Alvares Cabral em 1500*, Alfredo Roque Gameiro

Se na narrativa foram estes contextos isolados com diferentes ênfases, foram no seu tempo em simultâneo, e outros haviam de que não demos conta, mas também com diferentes ênfases abordados, de acordo com o projecto específico que desempenhavam na expansão, as diferentes condições ecológicas e as distintas culturas urbanas cruzadas.

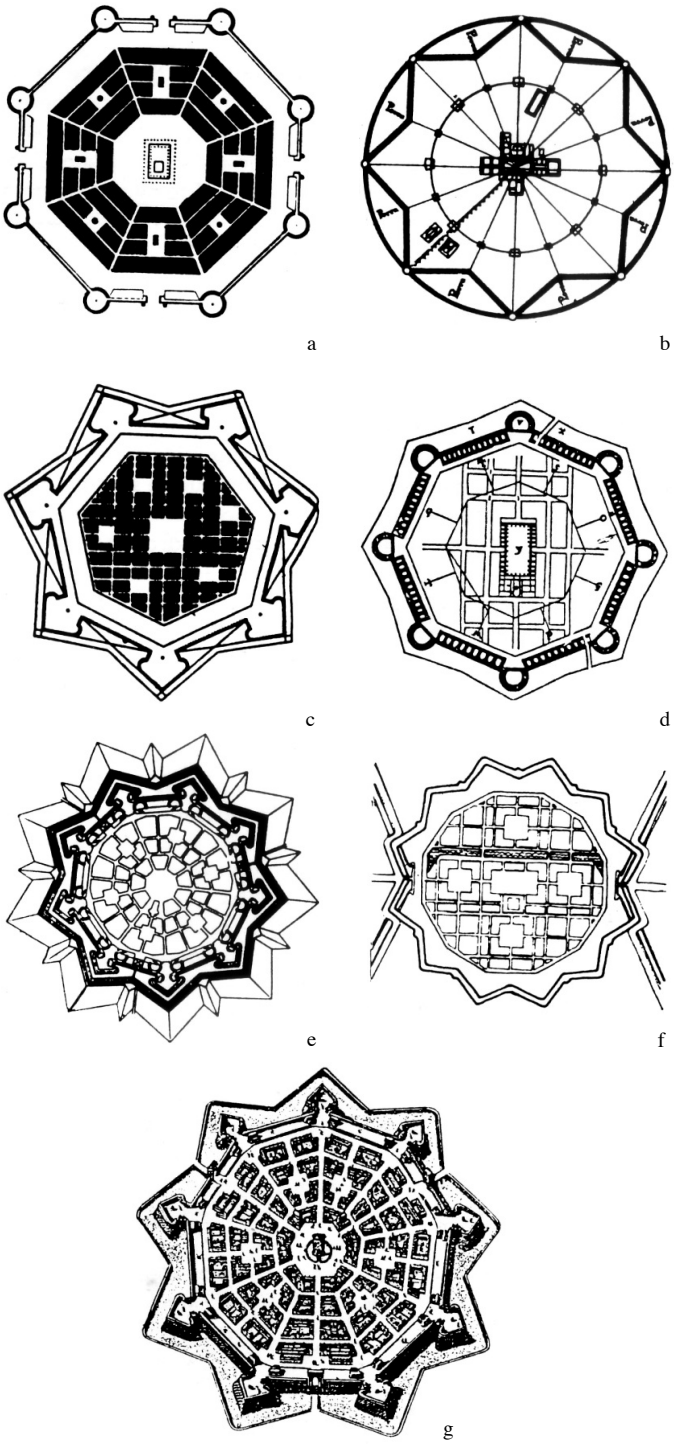
E o que demais será importante vincar será o número quase irrisório de cidades fundadas em pouco mais de um século numa vasta área geográfica, que tomando a sentença de Vieira da Silva, "(...), podendo afirmar-se que uma civilização é tão mais evoluída quanto mais cidades sabe criar, (...)"[134] coloca o *Portugal da expansão* num patamar de desenvolvimento singular.

Em paralelo, observa-se nos três contextos analisados uma espécie de gradação nos condicionalismos, e desde logo, é de admitir que na Índia a cidade se fez segundo constrangimentos que nenhum outro se deparou, e, talvez, por isso dizia Eduardo Lourenço que "Oriente foi outra coisa, o Oriente foi uma coisa de *ficção científica*" [135]. Para além da gestão de uma enorme expectativa, uma cultura urbana suficientemente forte para impor à cidade portuguesa a necessidade de afirmação de poder. Pelo contrário, nas ilhas atlânticas, livres de quaisqueres contaminações locais, dizia Luís Silveira "(...) levantámos nelas cidades quase sem necessidade de alteração dos planos continentais, por as condições mesológicas a isso se prestarem e a população ser europeia."[136] No Brasil, dir-se-ia, o estádio intermédio, com uma cultura urbana insipiente, ainda que os Índios tenham oferecido a resistência suficiente para que, por exemplo, na contrução da cidade de Salvador, os portugueses se vissem obrigados a pernoitar nos barcos até à construção da muralha.

No fim cabe lembrar aquilo que Nestor Goulart Reis Filho frisou, "Normalmente a colónia é descrita como simples resultado de decisões tomadas pela Metrópole. Na prática, havia uma adaptação recíproca entre a Metrópole e a Colónia, uma adaptação dos agentes sociais envolvidos em cada um dos pólos, numa relação interdependente, ainda que acentuadamente desigual. "[137]

[134] José Custódio Vieira da Silva, *História, Cidades e Urbanismo, algumas reflexões* in Jornal Arquitectos, nº 218-219 (Antologia 1981 – 2004), Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Jan.-Jun 2005, pp.99-102, p.100
[135] Eduardo Lourenço, *Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império*, in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos; Editorial JA, Out.-Dez., 2009, pp.36-48, p.38
[136] Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, 1956, p.10
[137] Nestor Goulart Reis Filho, *Notas sobre o Urbanismo no Brasil, Primeira parte: período colonial*, in Cadernos de Pesquisa do LAP, Série Urbanização e Urbanismo, nº 8, São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, 1995, p.5

III A CIDADE



045

Cidades ideais renascentistas
045 | a) Cidade ideal por Vitrúvio (descrita, mas não desenhada) - reconstituição b) Filarete - *Sforzinda no Tratado d'Architettura*, 1457-1464 c) Pietro Cataneo - *Architettura*, 1554 d) Danieli Barbado - *Dieci Libri dell'Architettura*, de M. Vitruvio, 1567 e) Buonaiuto Lorini - *Delle Fortificazione Libro Cinqui*, 1592 f) Vicenzo Scamozzi - L'Ideal dell'Architettura Universale, 1615 g) Scamozzi - Palma Nuova, 1593, a única projectada e realizada

3.1 | **OS MODELOS**

Da experiência medieval à influência moderna

> "(...), se a formulação de novos conceitos urbanísticos pode ocorrer em nichos culturais de vanguarda, a sua aplicação nunca é imediata nem íntegra, decorrendo sempre em concordância com os próprios ritmos e regras de evolução da sociedade. "[138]

Em todas as cidades há indícios de tempos que as precederam e do seu próprio tempo. Pelos primeiros se orientam pelos segundos se renovam. E é no hiato, que substitui o simbólico, instrumento intelectual predominante do medieval, pelo rigor e ordem da doutrina renascentista, necessário à boa forma da cidade enquanto sede política de uma sociedade organizada, que o urbanismo português da expansão se principia. Uma experiência medieval que vai sendo caldeada por uma influência ainda em formulação.

Por toda a Europa, a cidade torna-se indispensável objecto de reflexão, em qualquer campo ou domínio do saber. E o então descoberto tratado de Vitrúvio[139], na primeira década de quatrocentos, e publicado pela primeira vez em 1486, é a base epistemológica para o novo espírito de cariz científico. Que conta com a invenção da imprensa para a verdadeira difusão deste conhecimento, outrora veiculado pelo próprio edifício construído, estimulando assim a produção de inúmeros tratados. No limite, o mecanismo que permite de forma contínua e persistente a produção da teoria e por consequência a elevação do estatuto da arquitectura e urbanismo, não mais uma prática sem uma base científica[140] ou irredutível ao carpinteiro.

"Mas antes de prosseguir, entretanto, devo explicar exactamente a quem me refiro como arquitecto: pois não será um carpinteiro que eu equipararei aos mais capacitados mestres em outras ciências; o carpinteiro nada mais é que um instrumento nas mãos do arquitecto. Chamarei de arquitecto aquele que, através de acurados e maravilhosos razão e método, é capaz, com o pensamento e a invenção, de conceber e, com execução, de realizar todas estas obras as quais, por intermédio do movimento de grandes massas, e da conjunção e reunião dos corpos, podem, com a maior beleza, se adaptar ao uso do género humano; e, para estar apto a fazê-lo, ele deverá ter um pleno conhecimento das mais nobres e mais curiosas ciências. Assim deve ser o arquitecto. "[141]

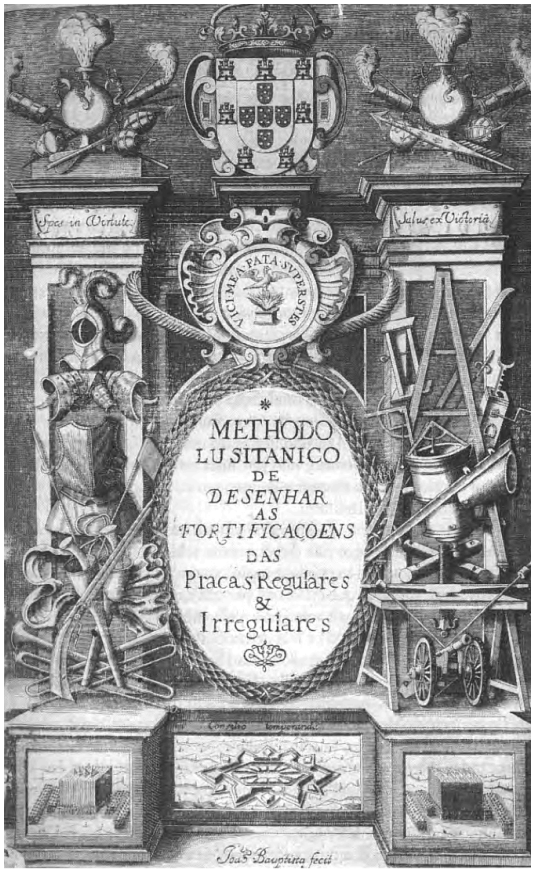
---

[138] Walter Rossa, *O urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.512

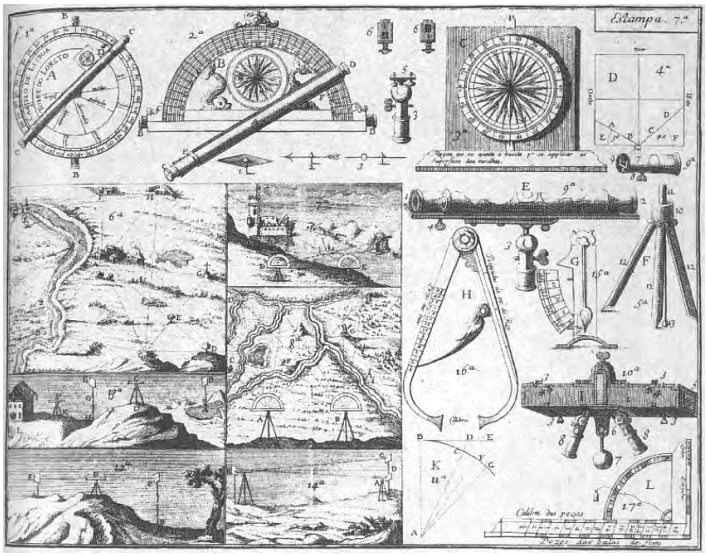
[139] "Conhecemos os nomes e os epitáfios encomiásticos de arquitectos egípcios, mas não temos notícia nem de mesopotâmios, nem de hebreus, nem de cretenses. Divulgaram-se muitos nomes de arquitectos gregos, mas as suas produções não deixaram vestígios. Para nós, a literatura arquitectónica é inaugurada por Vitrúvio, facto que não pode ser atribuído a acidente histórico, e sim ao mérito, à clareza, à ordem e à utilidade prática desse trabalho" Benjamim Farrington, *A ciência grega*, São Paulo: Ibrasa, 1961, p.224

[140] "de fato, construiu-se no âmbito da cultura humanista, pela primeira vez após o fim do mundo clássico, uma teoria ou ciência da cidade, uma *urbanística*." Giulio Carlo Argan, *Clássico Anticlássico*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.56

[141] Leon Baptista Alberti *cit. in* Filipe de Andrade Abreu e Lima, *A Génese da Idéia de Urbanística do Quattrocento,* VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências - vol. 3, n.1 - janeiro a junho de 2010, p.7



046



047

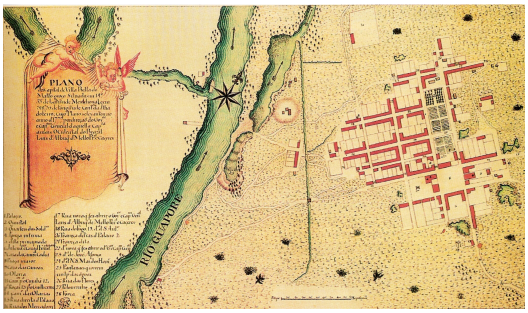
A tratadística portuguesa
046 | Luís Serrão Pimentel, Portada do *Método Lusitânico…*, Lisboa, 1680
047 | Manuel de Azevedo Fortes, tábua do *Engenheiro Português*, Lisboa, 1728

A par, a projecção plana suplanta as perspectivas de voo de pássaro e importa para o instrumento do desenho a abstracção que o rigor geométrico solicita ou incita, fomentando o planeamento da cidade tanto quanto possível regular. As novas técnicas de guerra, com a invenção da artilharia pesada, concorrem para a formulação de sistemas defensivos desenhados segundo complexas regras geométricas que à estrutura da cidade se estendem. A cidade é, então, agora o reflexo de um novo espírito rendido aos pressupostos da simetria, ortogonalidade e centralidade.

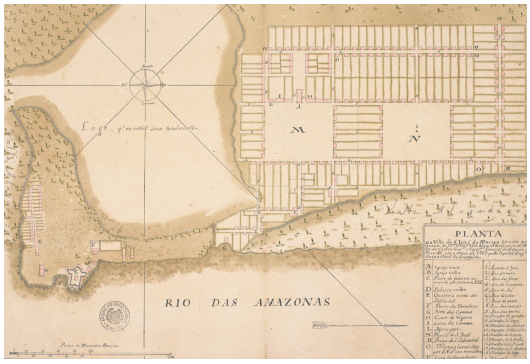
O urbanismo português participa e influencia esta evolução. As disciplinas essenciais à navegação, como a geometria, a aritmética, a álgebra, a astrologia, a cartografia e a trignometria constituiam igualmente as bases da nova doutrina e a necessidade de ocupar os novos territórios, quer pela construção de fortes, quer por núcleos urbanos fortificados, conduziram desde meados de quinhentos, à fundação de Escolas onde aquelas matérias eram ensinadas. Entre outras, a Aula de Matemática, da responsabilidade de Pedro Nunes, ministrada nos Armazéns da Guiné e da Índia ainda na primeira metade do século XVI, a Aula do Paço, criada pouco depois, em 1562, a Aula da Esfera no Colégio de Santo Antão em finais do século XVI e, já no período Filipino, a Aula do Risco. E os tratados que por toda a Europa irradiavam eram conhecidos e estudados em Portugal, nomeadamente os *Dez Livros de Arquitectura* de Vitrúvio, que havia o cosmógrafo-mor do rei, Pedro Nunes, traduzido, em 1541, o *De Re Aedificatoria* de Alberti, escrito em 1450, o *Tratado de Arquitectura Civil e Militar* de Giorgio Martini, de 1495 e o *Tratado de Arquitectura* de Serlio, publicado a partir de 1537. E também por Portugal logo em 1575, surge o primeiro tratado de arquitectura militar e urbanismo, de António Rodrigues, embora não tenha sido publicado. Mas seria só mais tarde, com Luís Serrão Pimentel, que a tratadística portuguesa se destacaria com o *Método Lusitânico*, publicado em 1680, e em 1744, com a *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*, de Azevedo Fortes.

Em paralelo, contactos e intercâmbios, passam a ser recorrentes e desde os finais do século XV que eram convidados a trabalhar em Portugal técnicos, nomeadamente italianos. D. João II, na última década de quatrocentos convida Andrea Sansovino "artista de boa classse, colaborador de Rafael e de Bramante"[142] a trabalhar em Portugal e em 1537, D. João III, envia cinquenta artistas portugueses para Itália, onde se inclui Francisco de Holanda, com o preciso objectivo de "estudar e trazer para Portugal, as técnicas modernas e a nova arquitectura das fortificações."[143]

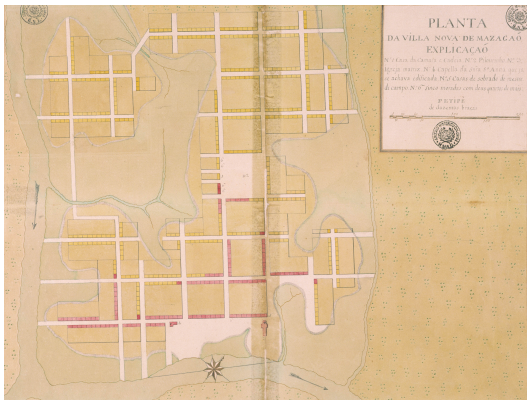
[142] Paulo F. Santos, *Formação de cidades no Brasil Colonial*, Coimbra : Universidade, 1968, p.26
[143] Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.12



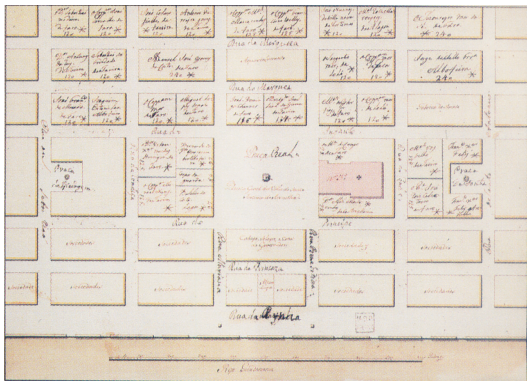
a



b



c


d


e


f

048

A crescente adopção de planos geométricos a partir de setecentos
048 | a) Vila Bela da Santíssima Trindade, Brasil, (fundada em 1752) b) Vila de São José de Macapá, Brasil, (fundada em 1758) c) Vila Nova de Mazagão, Brasil, (fundada em 1769) d) Vila Real de Santo António, Portugal, (fundada em 1774) e) Reconstrução da baixa de Lisboa, Portugal f) Baixa de Lisboa antes do terramoto de 1755

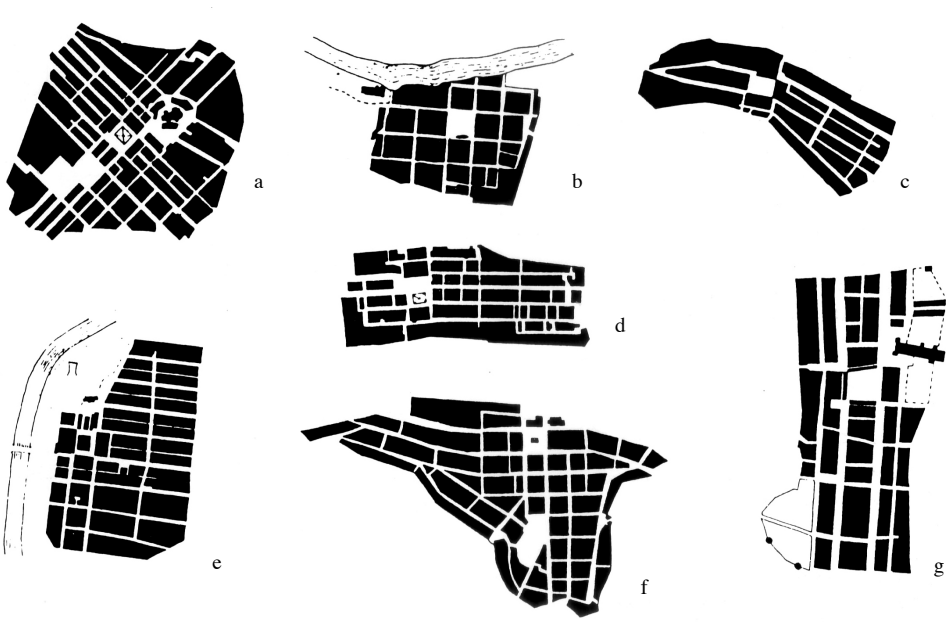
Não estava, pois, Portugal ausente da convulsão urbana que se vivia, antes pelo contrário. O que justifica o crescendo de regularidade nos seus traçados, mas também a inevitável revisão pela *prática*, que a urgência de ocupar e defender os novos territórios, impunha. Como assinalou Walter Rossa, "O corpus teórico – a tratadística portuguesa – foi escrito em colectivo sobre o terreno, enquanto outros, nomeadamente italianos, o faziam individualmente sobre o papel."[144] Em paralelo, se por um lado aquela que seria a génese da urbanística não estava ainda sintetizada - note-se que o *De Re Aedificatoria* de Alberti, considerado o primeiro dos teóricos renascentistas, só viria a ser impresso em 1485 e que os primeiros ensaios nas ilhas atlânticas iniciam-se em 1425 -, por outro, os modelos medievais estavam ainda muito presentes. A *plena* afirmação da primeira só viria a ser notada a partir de setecentos, com o apogeu no plano de Eugénio dos Santos para a reconstrução da baixa de Lisboa. No entretanto há um processo de adaptação ao novo sentido.

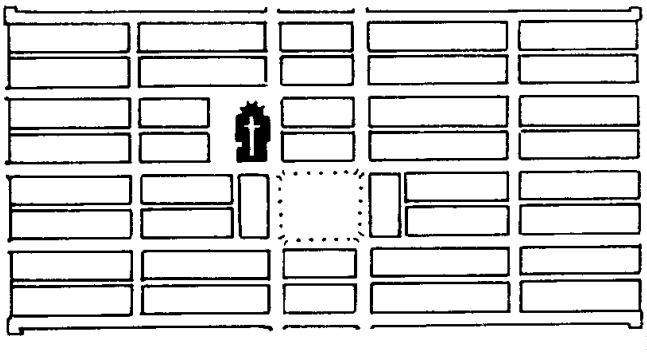
Porém, não é a experiência medieval, como se crê, isenta da ordem e rigor que vemos explícita e consolidada na cidade renascentista, como Jorge Gaspar esclarece:

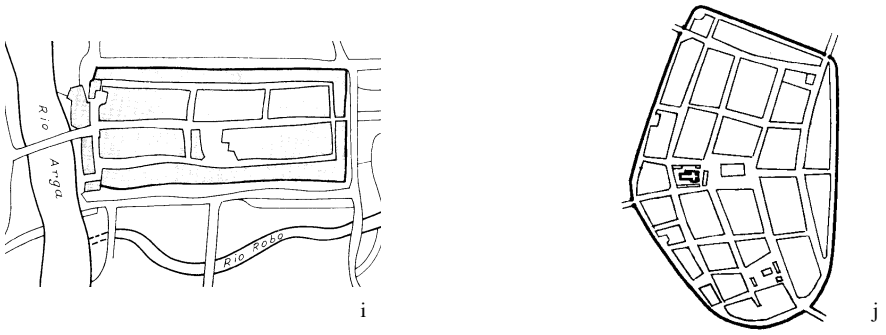
"É frequente considerar a Idade Média como um período de morfologia urbana irregular, em que as cidades se desenvolvem por acrescentos sucessivos, sem obedecer a qualquer concepção prévia: a planta regular clássica aparece como um ideal que só o Renascimento retomaria. Tal ideia não pode admitir-se ao considerarmos na Baixa Idade Média áreas de colonização recente ou em vias de reestruturação, onde é possível encontrar vários exemplos de povoações planeadas segundo um padrão morfológico geométrico. Assim acontece com as *bastides* do Sul da França, Leste da Alemanha e em parte do Sul da Itália, Sicília e Espanha, em particular na região fronteiriça Aragão-Navarra."[145]

E em Portugal. Que acompanha aquilo que durante os século XII e XIV, decorrente do crescimento demográfico e económico[146] se "Tratava de um verdadeiro processo de autocolonização de novos territórios, no interior da própria Europa."[147] Em Portugal esteve este movimento associado à Reconquista, o episódio que despoleta o grande ciclo de cidades medievais planeadas, que a necessária organização política e económica decorrente da independência, impôs, segundo uma estratégia urbana centralizada. É este o primeiro projecto integrado para o todo nacional, que desde os primeiros monarcas se sente embora os constantes estados de guerra tenham adiado para os reinados de D. Afonso III e D. Dinis a grande reforma, quando já estabilizadas e dominadas as terras de *Portugal*.

[144] Walter Rossa, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p.9
[145] Jorge Gaspar, *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol. IV, nº 8, pp. 198-215, p.198
[146] "O aumento da população e o aumento da mão-de-obra, o arroteamento de novos territórios agrícolas, a utilização de novas técnicas de cultivo e o aumento da produtividade, a guerra de reconquista contra os muçulmanos de que a primeira cruzada nos últimos anos do éculo XI é um marco importante, a reabertura do Mediterrâneo à navegação europeia, o retomar dos circuitos comerciais entre diferentes regiões da Europa e da Europa com o exterior são acompanhados de um renascimento urbano." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.25
[147] idem, p.25







049

Cidades medievais planeadas

049 | a) Ville réal b) Lalinde c) Castigliones d) Ville Franche du Perigord e) Eymet f) Domme g) Beaumont h) Montpazier i) Puente la Reina j) Prenzlau

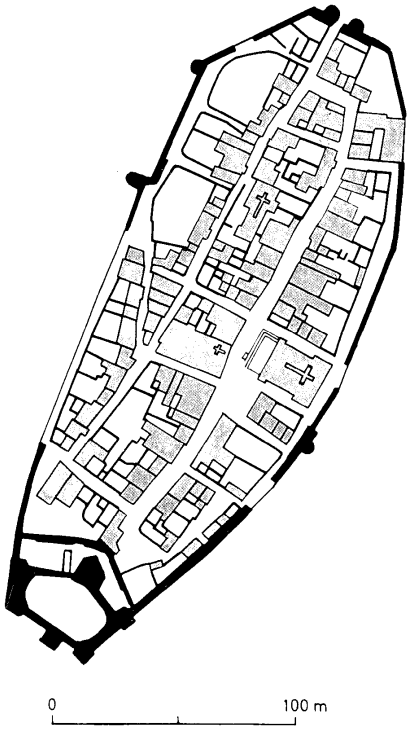
A dimensão deste movimento urbano está expresso no número de forais, o primeiro instrumento legal de definição do estatuto, obrigações, deveres e forma da cidade portuguesa, que D. Dinis concedeu só em 1255, um total de 80 forais e 42 cartas de feira-franca[148].

Contudo, como lembrou Paulo Ormindo de Azevedo, "Imperativos militares, mais do que a presença de um mercado, como acontecia no resto da Europa, são responsáveis pelo nascimento de vilas e cidades no Portugal da Reconquista."[149] E isto tem naturalmente implicações na morfologia das cidades medievais portuguesas, sobretudo quando havia compromissos com a precedente cidade islâmica, que contrariamente ao observado no território europeu, havia dado continuidade à urbanidade em Portugal. Argumentos suficientes para sublinharem uma cidade medieval portuguesa de características diversas daquelas que pela Europa se construíam. Colocadas as cidades portuguesas nesta fase fundadas, as *póvoas*[150], em paralelo com as coevas cidades reais do norte de Espanha ou do Sul de França, as *bastides,* se por um lado se confirma a *modernidade*[151] do modelo de concepção e de planeamento da cidade portuguesa, por outro, "de novo e sempre delas diferem pela escolha de lugares altaneiros, para além de apresentarem uma estrutura muito mais simples e elementar"[152]. Pois, "As bastides são cidades construídas em terras virgens. As suas equivalentes ibéricas resultam, na maioria dos casos, de reconstruções ou fusões de aldeias e como tal, têm compromissos com núcleos preexistentes." [153]

Jorge Gaspar faz então, a síntese do modelo das cidades medievais portuguesas:

"Nos casos mais frequentes temos uma rua central, rectilínea, que liga duas pontas da muralha, como no Redondo, ou a porta principal e o castelo instalado no extremo mais defensável da aglomeração – caso de Monsaraz ou Alegrete. Sensivelmente, a meio desta rua central, que nos casos mais desenvolvidos é cortada por travessas segundo ângulos rectos, abre-se um largo, ao qual já se poderia chamar de praça. O eixo central pode ter ainda uma ou duas ruas, menos importantes e menos largas, que lhe são paralelas, como acontece em Vila Viçosa ou Monsaraz. Note-se que o largo central fica sempre marginal à rua principal , esta nunca o atravessa, apenas o limita de um dos lados."[154]

[148] Walter Rossa, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p.220
[149] Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p.45
[150] "Chamaram-se Póvoas os grupos urbanos, nascidos à sombra dos forais, outorgados pelos reis da dinastia borgonhesa, ou por entidades sucedâneas da coroa. Houve-as no interior e na costa;"Alberto Sampaio, *As Póvoas Marítimas*, in Estudos Históricos e Económicos, 2 vols., Lisboa: Editorial Vega, 1979, pp- 7-100, p.9
[151] "Do exame da planta de uma série de vilas portuguesas fundadas no reinado de D. Dinis, na sua maior parte próximas da fronteira ou em áreas despovoadas, encontrámos frequentemente um padrão geométrico que as assimila a fundações da mesma época e de idêntico significado noutros países da Europa, não deixando dúvidas sobre a sua intencionalidade e modernidade." Jorge Gaspar, *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol. IV, nº 8, pp. 198-215, p.208
[152]José Manuel Fernades, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.84
[153] Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p. 49
[154] Jorge Gaspar, *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol. IV, nº 8, pp. 198-215, p.209



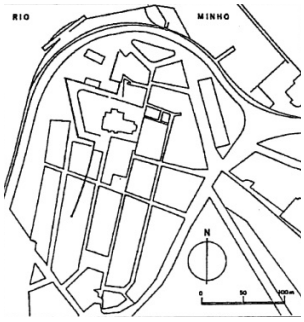
a

b

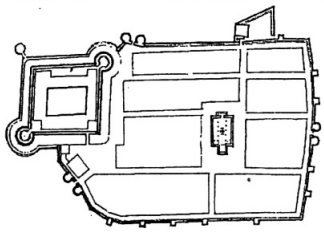


c

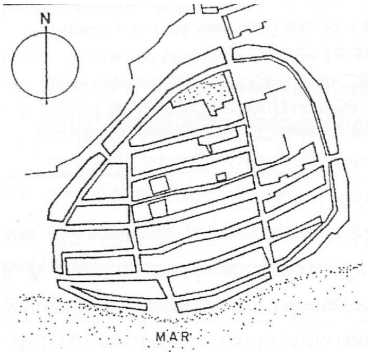




d



e



f

050

Cidades medievais planeadas portuguesas
050 | a) Monsaraz b) Vista de Monsaraz c) Rua direita de Monsaraz d) Caminha e) Castelo de Vila Viçosa f) Viana do Castelo

É esta mesma estrutura baseada num eixo, que agregando as funções principais e conectanto os ponto fulcrais, a *rua direita*, determina todo o processo de desenvolvimento da malha urbana das cidades das ilhas.

"A *rua direita* (ou directa) é a linha base dessa organização: sentimo-la moldar, como espinha dorsal, mais ou menos tortuosa, o espaço do Funchal (desde o largo do poço até à rua dos Ferreiros, sobrepondo-se por pontes às ribeiras do centro); vemo-la atravessar, de lado a lado, Ponta Delgada, desde o Hospital (antigo convento) até à Calheta, bifurcada por duas vias (...); quase recordamos a relação das ruas dos Clérigos e da Batalha, no Porto, quando em Angra descemos a da República (da Sé), passamos a Restauração (Praça Velha) e subimos a da Rainha (do Galo)... e na Horta a rua (direita) é quase a cidade toda..."[155]

Este facto levou Manuel C. Teixeira e Margarida Valla a acreditar, "Em termos urbanísticos, as primeiras fases de desenvolvimento das ilhas da Madeira e dos Açores são os últimos representantes de uma forma de urbanismo medieval europeu."[156] Esta mesma estrutura, ainda que passados cem anos é reconhecida na primeira fase do Rio de Janeiro. [157]

Os traçados destas cidades seguem, então, todos um mesmo modelo que parte da constituição de um caminho ao longo do mar, que estabelece a ligação entre dois primeiros momentos de fixação, em extremos opostos, normalmente, polarizados por capelas, fortes ou pela casa do capitão donatário. Neste caminho, eram implantadas as primeiras casas e estruturado o eixo principal do traçado, a então *rua direita*. Na progressão para o interior, eram traçadas, paralelamente àquela, novas ruas, que tendencialmente mais afastadas, e cruzadas por transversais definiam uma estrutura sensivelmente regular. A forma rectangular alongada paralela à linha do mar que definia os primeiros quarteirões, é progressivamente invertida.

A perpendicular que estabelecia a ligação com o castelo, a casa do capitão ou outro edifício de carácter excepcional assumia-se como a via estruturante de penetração para o interior, muitas vezes designada também de *rua direita*. No cruzamento entre os dois eixos principais, sensivelmente ortogonais, era à posteriori estruturada uma praça. A estrutura final, é baseada no cruzamento de dois eixos e não muito diferente do modelo medieval experimentado na metrópole.

[155] José Manuel Fernandes, *O Funchal e o Urbanismo de Raíz Portuguesa no Atlântico – Estudo Comparativo e de Enquadramento Histórico-Estrutural*, Funchal: I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986, p.251-252

[156] Manuel C. Teixeira Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p. 50

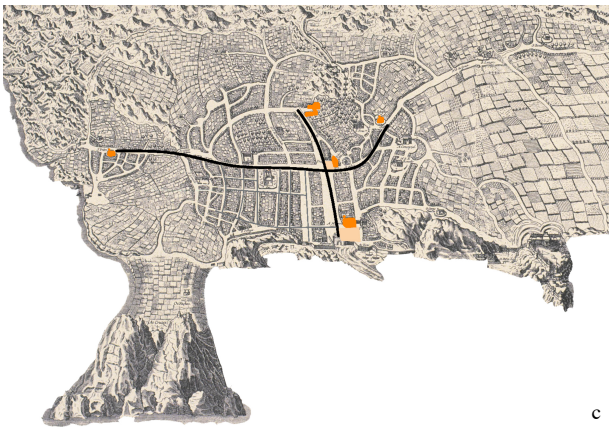
[157] "Também a forma como a cidade do Rio de Janeiro se estruturou é idêntica à que se pode observar nas cidades do Funchal, da Horta ou, mais nitidamente ainda, de Ponta Delgada, apesar da distância de mais de um século que encontramos entre idênticas fases de desnvolvimento destas cidades." Manuel C. Teixeira Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.228



a



b



c

051

O modelo de origem medieval
051 | a) Horta b) Ponta Delgada c) Angra do Heroísmo


a



b


c

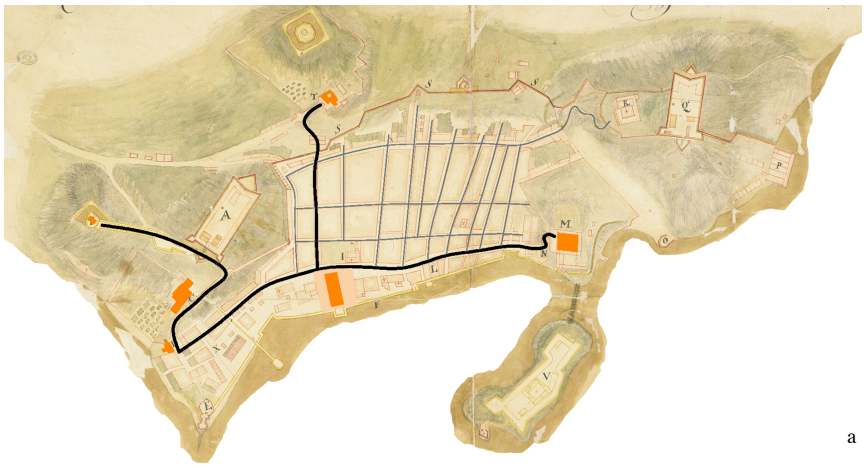

d


e

052

A *rua direita*

052 | a) Rua Conselheiro de Medeiros, Horta b) Vista parcial da Rua dos Ferreiros, Funchal [década de 1880] c) Rua da Misericórdia, Ponta Delgada d) Rua da Sé, Angra do Heroísmo e) Rua 31 de Janeiro, Porto



a



b

053

O modelo de origem medieval
053 | Rio de Janeiro a) Planta b)Vista da *rua direita*, a partir do Morro do Castelo [1885]

A afastá-los está a cintura muralhada, substituída nestas cidades por unidades defensivas estrategicamente localizadas, pois o modelo, era "agora mais aberto e litoral" [158], ou "São já cidades *modernas* por vocação (porque abertas, comerciais), ainda medievo-renascentistas pelo desenho de base (a forma, a estrutura). "[159]

E o valor desta estrutura inicial, sobretudo da *rua direita,* o verdadeiro fórum da cidade portuguesa[160], pode ser avaliado pela descrição que em 1787 John White fazia a propósito do Rio de Janeiro:

"A rua principal chamada Rua Direita, leva do palácio do vice-rei, que está próximo da extremidade sudoeste da cidade, para a extremidade noroeste, onde termina próximo a uma grande convento situado numa eminência que pertence aos frades beneditinos. A rua é larga, bem construída e possui um grande número de belas lojas. Todas as outras são muito inferiores a ela..."[161]

Nos finais do século XV, ainda nos espaços insulares, e fundamentando a sua condição de *laboratório experimental*, é reconhecida a primeira manifestação do espírito moderno no urbanismo português, segundo o desígnio da requalificação funcional e estética da cidade, que as condições materiais e intelectuais em ascensão incitavam.

Com D. Manuel a encabeçar este movimento, naquilo que se designou por um *alargamento de horizontes* [162], mas recordando que já em 1462, D. Afonso V, expressava "preocupações com o ordenamento funcional e estético da cidade, determinando a renovação das casas da Rua Nova, a principal rua da cidade de Lisboa"[163], amplia-se a intervenção da administração municipal a todos os domínios da vida da cidade, instituindo novos equipamentos de carácter religioso e civil adequados à nova dinâmica política e directivas de controle para a salvaguarda de incêndios, problemas de saneamento e de circulação. As casas da câmara, onde se agregavam muitas vezes o tribunal e a cadeia, os hospitais da misericórdia e as novas igrejas matrizes vão passar a fazer parte do léxico da cidade portuguesa, que os agrega com a abertura das *praças novas*, o novo elemento estruturante do traçado.

[158] "Estaremos portanto perante uma clara aplicação do tipo de estrutura fusiforme, castrense e medieval, transpostos para contexto insular, mas agora mais aberto e litoral." Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia : evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII,* Porto : Faup Publicações, 1996, p. 137

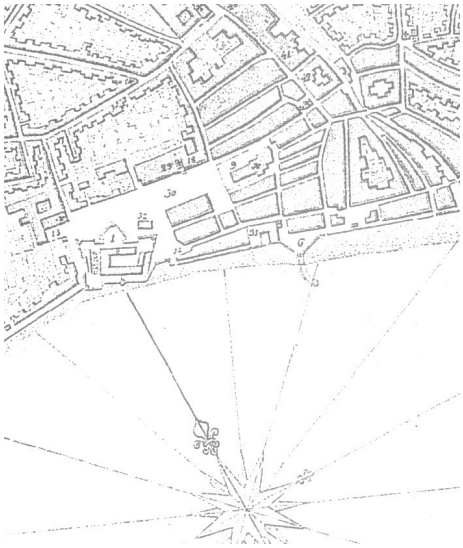
[159] idem, p.138

[160] "Podendo adquirir outros nomes de circunstância, por vezes associados, era (é) esta a Rua Direita, normalmente tida como o fórum das cidades portuguesas. Walter Rossa, "*A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p.223

[161] John White, 1787 *cit. In* Manuel C. Teixeira Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.231

[162] "Não é um modelo, é uma maneira de fazer, um método apurado entre dois grandes momentos que se o foram da História também o são da nossa produção urbana: o da definição do espaço e do Estado portugueses (D. Afonso III/ D. Dinis) e o da redefinição do espaço e reformulação do Estado de acordo com conceitos modernos e o concomitante alargamento de horizontes (D. Manuel). Walter Rossa, *O urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas,* in AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, pp.507-536, p.524

[163] Carta Régia de D. AfonsoV, cit.in Manuel C. Teixeira Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.83



a



b



c

054



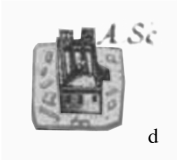
a



b



c



d

055

054 | A *praça nova* do Funchal a) Detalhe da planta do Funchal, [séc.XVIII] b) Vista aérea da Sé c) Largo da Sé, [1900]
055 | O plano de Angra do Heroísmo a) Planta b) Vista aérea c) Vista da Sé d) Detalhe da Sé na planta de Linschoten

Esta reforma pressuponha, então, a noção de planeamento urbano, o que se traduz naturalmente numa maior regularidade, a noção de centralidade assumida pela *praça nova*, mais pelas funções que agregava do que pela posição no traçado, a associação da arquitectura ao traçado, sendo que a hierarquia das ruas passa a ser definida por subtilezas do seu perfil, pelas funções que tem e pela arquitectura e por fim, a sistematização de um corpo normativo. Temas do urbanismo clássico que também em Portugal se sentiam.

A primeira *praça nova* surge no Funchal nos finais de quatrocentos quando D. Manuel manda construir a câmara municipal, a sé, a misericórdia, o hospital e a alfândega e no " chãoo do meu canavial que pera yso tenho dado por ser lugar mais conveniente e no meyo da povoaçam"[164] uma nova malha urbana segundo uma estrutura ortogonal regular, que se estende desde as casas da câmara e a sé até à praia. Em frente da sé, é designado um terreiro, já não mais um espaço residual, antes propositadamente desenhado para a constituição da primeira praça planeada segundo tal. E este tema é especialmente significativo, porque só nesta fase se introduz na cultura urbanística portuguesa a praça desenhada como tal. Pois sendo um elemento fundamental da cidade portuguesa, foi no tempo estruturada naturalmente, em torno de edifícios singulares, na inflexão de malhas, em frente de conventos e mosteiros, junto às portas da muralhas, junto a funções como os poços, na convergência de eixos principais, sem que para isso fosse designada uma forma específica. Daí o tão diverso glossário de nomes inventados – *adro, terreiro, rossio, largos, becos, praceta* - para aquilo que supostamente seria tão só uma *praça*. Só a este tempo se começam a estruturar praças concentradas no tempo com consistência formal. E raramente se observa na cidade portuguesa o peso de uma *plaza mayor*. Logo à partida porque não se misturam, os poderes civis e religiosos. No limite, há pelo menos duas praças. Mas a multiplicação funcional e formal do espaço público da cidade portuguesa é um dos seus traços mais específicos.

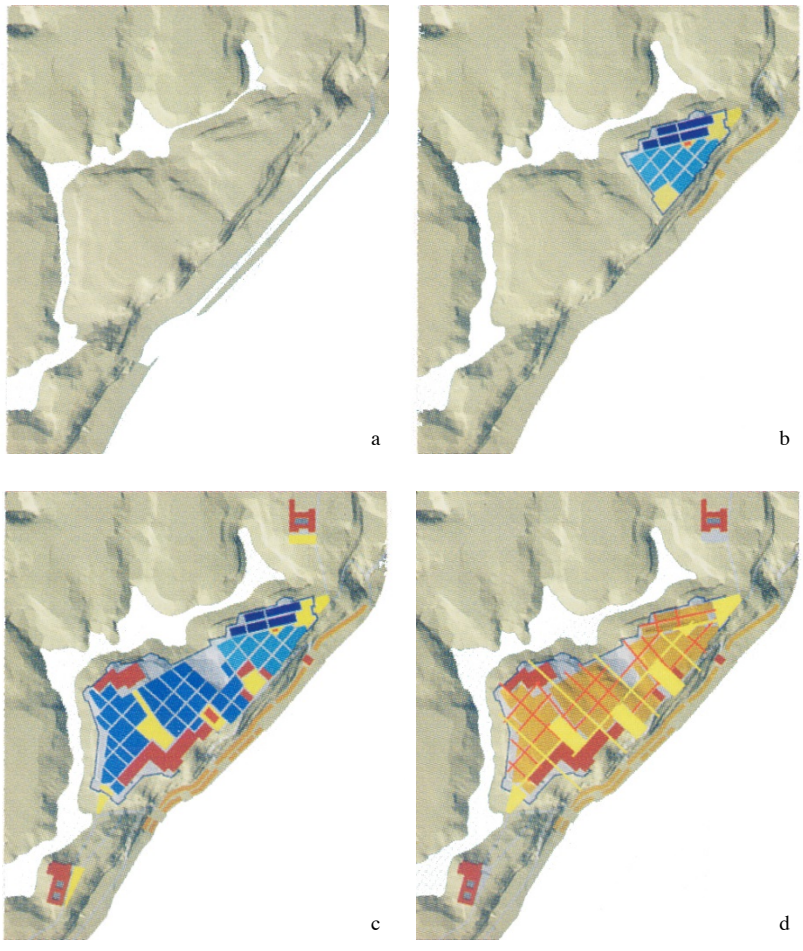
E se no Funchal há uma primeira fase de experimentação dos princípios modernos, na cidade de Angra a sua aplicação já é claramente mais amadurecida e tem sido tomada como seu o palco inaugural.[165] A cidade de Angra que segue nas fases iniciais do povoamento uma estrutura semelhante à descrita como de origem medieval, recebe no final do século XV e início do XVI um plano regular que consolida a estrutura central da cidade.

[164] Carta Régia de D. Manuel I, *cit. in* Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.52

[165] "É com Angra do Heroísmo que podemos considerar que se inicia a inovação e a experimentação urbanística que se irá desenvolver ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII fora de Portugal continental no Brasil e no Oriente. O traçado de Angra apresenta já uma ruptura clara com os modelos medievais, explorando traçados e concepções de malha urbana e influência renascentista." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p. 50



056



a b c d

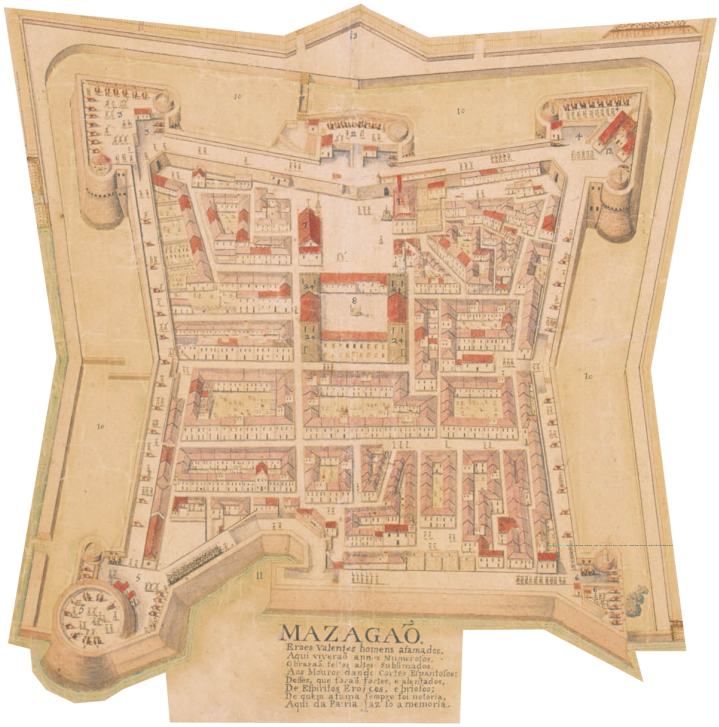
057

056 | Planta da cidade de Salvador
057 | Esquema da evolução da cidade de Salvador a) O sítio original b) A primeira e a segunda fases de construção da cidade c) As diferentes malhas ortogonais d) As praças que pontuam a malha urbana e a lógica global do traçado

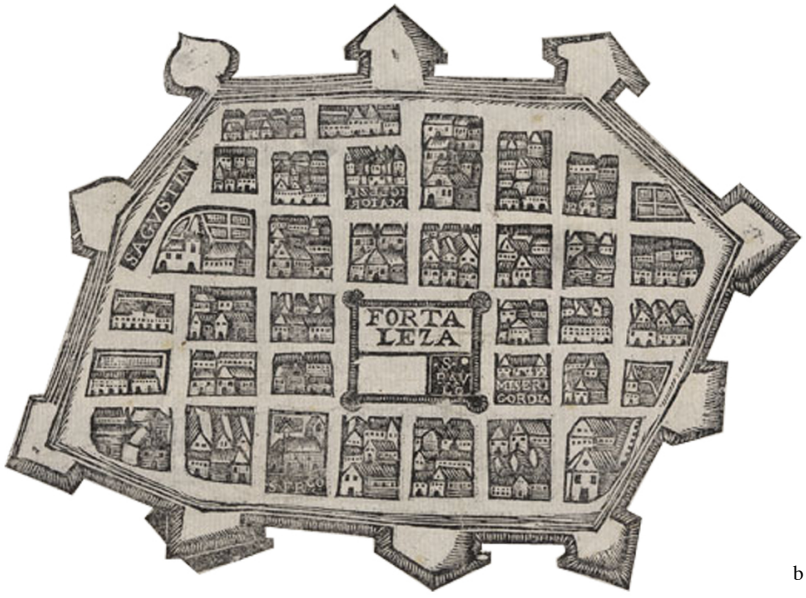
Este novo plano desenvolvido a sul da rua da sé, apresenta uma estrutura regular, traçada por vias perpendiculares à linha da costa e com transversais a cruzarem em linha recta. Os quarteirões definidos apresentam uma forma rectangular com o lado menor paralelo à linha do mar, e, contrariamente, aos de tradição medieval apresentam um loteamento costas com costas, voltando para as ruas sempre as frentes. A sé é o centro desta nova malha e a sua posição na praça é central, já não ocupa uma lateral daquela e o espaço que dispõe tem as mesmas dimensões de um quarteirão, como se fosse eliminado um para a sua introdução.

Estes ensaios, naturalmente, importantes pelo carácter pioneiro não só no contexto da expansão mas em todo o universo urbanístico português, afinal, é a primeira vez que preceitos urbanísticos são testados fora do contexto continental - repare-se que a malha moderna do Bairro Alto, no sítio de S. Roque em Lisboa, é posterior ao plano de Angra -, são nas seguintes intervenções já aplicados na Índia e no Brasil de forma mais sistemática e experiente. As estruturas de expansão programadas e as novas cidades construídas de raíz já não se revêem, *totalmente*, nos postulados medievais que regularam os primeiros assentamentos, antes incorporam agora malhas de tendência geometrizante.

O plano para a cidade alta de Salvador, no quadro do urbanismo da expansão, a primeira cidade em que há referência a desenhos - *traças e amostras* -, em que é indiciado um plano prévio global, um regimento que vale por um primeiro código urbanístico e até *maquetas naufragadas*, apresenta um desenho com nítida intenção de regularidade. O seu plano que se compõe por duas fases, tem na primeira, que contava com um perímetro fortificado trapezoidal, duas malhas distintas compostas por dois tipos de quarteirão, o primeiro idêntico aos medievais, alongado e o segundo já de forma mais quadrada. Esta fase conta com três praças, uma estruturada junto à porta de Santa Lúzia, outra com características de largo em torno da igreja de Nossa Senhora da Ajuda, e outra junto à porta de Santa Catarina. Esta última, em posição lateral e com características iniciais de rossio, voltada para a baía, foi com o tempo estruturada como a praça cívica da cidade, onde se vieram a instalar a casa da câmara e cadeia, a casa dos governadores, surgindo em momento posterior a casa da relação e a casa da moeda. Na fase seguinte, ancorada no Colégio dos Jesuítas que havia sido instalado fora das muralhas, aquela praça assume a posição central na malha da cidade. A praça religiosa, e contrariamente àquela que foi no tempo ganhando consistência formal, foi formalmente desenhada em frente do Colégio dos Jesuítas.



a



b

058

A influência renascentista na cidade portuguesa
058 | a) Mazagão b) Damão

A sé foi fixada num quarteirão deixado livre para a sua implantação, embora o seu crescimento tenha vindo a ocupar todo o espaço que lhe havia sido reservado. O conjunto final é ancorado numa estrutura que já de forma clara enuncia os pressupostos modernos.

Outros exemplos mais permeáveis à tratadística renascentista, como acontecera com a cidade de Damão cujo traçado em quadrícula perfeita, a fortificação de perímetro regular, a disposição das muralhas com bastiões nos ângulos, e a localização da cidadela no centro da cidade, e que não por acaso, considerado *o caso insólito* no quadro do urbanismo português, ou o anterior e primeiro exemplo de praça forte, de Mazagão, no norte de África, cujo perímetro fortificado é o exemplo tido como o mais próximo do ideal renascentista, "dentro da técnica italiana mais avançada de defesa contra as novas armas de fogo"[166] também constam da prática urbana portuguesa deste tempo. São exemplos que confirmam não só o pleno conhecimento da escola urbanística em formulação, como também e principalmente, porque excepções, a *regra portuguesa,* que não se subjuga por completo a este modelo. Não é por acaso que surgem ambos em contextos em que a afirmação do poder e a necessidade de defesa são sobrepostos a todas as demais questões urbanas. E não podem estes exemplos sintetizar toda a experiência nestes territórios, à semelhança daquilo que Mário T. Chicó tentou para a Índia " (...) dois tipos de cidade – o comummente empregado no povoamento do Brasil, que tinha fundas raízes na história do urbanismo continental, e o que se inspirava na cidade ideal do Renascimento e que apareceu na Índia."[167] Se na Índia as condições exigiam celeridade na sua formulação e sistemas defensivos eficazes, as cidades de Goa, de desenho radiocêntrico, Diu, Baçaim, Cochim mostram que a cidade portuguesa não se reve no modelo renascentista, ainda que tome os seus sistemas defensivos. O traço da cidade portuguesa é sempre menos rígido do que aquele que a teoria propõe. Rui Carita fala até de "clivagens com os vários técnicos estrangeiros a trabalhar em Portugal" [168]. É que para além de um sentido mais prático e menor disponibilidade de meios, havia outros compromissos firmados no tempo longo que se conciliavam com o traçado geométrico e racionalizado pelo desenho e que a exposição do plano de Salvador tem já implícitos. Sem a sua identificação será sempre arriscada qualquer formulação sobre a cidade portuguesa.

[166] Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens, in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, p. 52

[167] Mário T. Chicó, *cit*. *In* José Manuel Fernades, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.93

[168] " Para os portugueses, dada a falta de meios, havia que rentabilizar ao máximo tudo o que encontravam disponível, muitas vezes mesmo obras locais, preexistentes, assim como mão-de-obra e até tecnologias locais. Este aspecto levantou alguns problemas no sentido mesmo das estéticas seguidas e criou algumas clivagens com os vários técnicos estrangeiros a trabalhar em Portugal. Principalmente os italianos, habituados a uma outra filosofia de vida e disponibilidade, colocavam quase sempre a estética acima da funcionalidade, enquanto para os portugueses, era o contrário, o que não deixou de levantar inúmeros problemas, por exemplo, nas fortificações do Norte de África." Rui Carita, *As Cidades Insulares no Universo Urbanístico Português*, in Revista Arquipélago - História, Universidade dos Açores, 2ª série, vol. III, 1999, pp 45-54, pp. 52-53



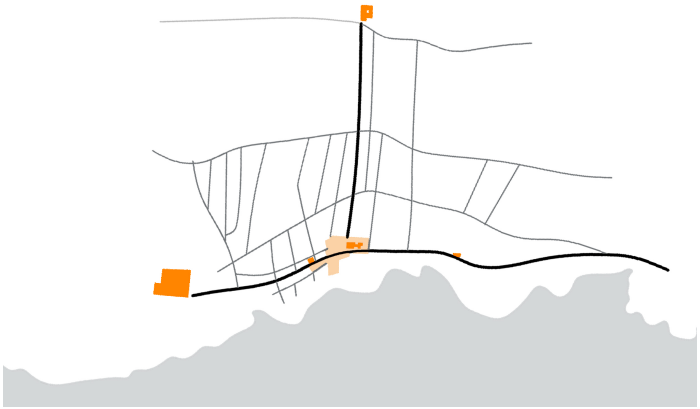
a



b



c



d

A evolução dos modelos

059 | a) Angra do Heroísmo b) Horta c) Rio de Janeiro d) Ponta Delgada e) Plano do Funchal f) Plano de Angra do Heroísmo g) Plano de Salvador h) Plano de Damão



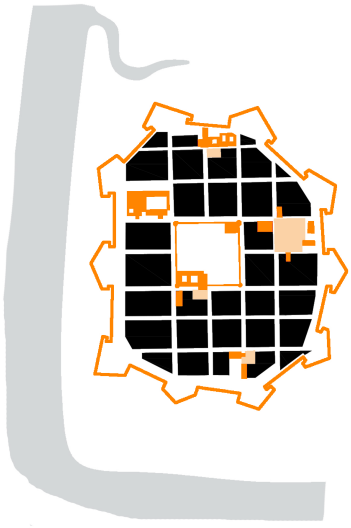
e



f



g



h

059

3.2 | **A CULTURA**

Da síntese mediterrânica e romana

> "Pode afirmar-se que se as cidades portuguesas não apresentavam por vezes um carácter absolutamente geométrico, isso não significa que não houvesse os conhecimentos técnicos suficientes para o fazer, mas antes que da cultura urbana portuguesa fazem também parte outras tradições, outros princípios e outras concepções urbanas que não tinham necessariamente uma base geométrica e que ao longo do tempo sempre permearam os seus traçados."[169]

A cidade constrói-se, sempre, tendo por *referência*[170], intencional ou intuitiva, uma consciência do espaço, cujos princípios resultam de um processo cíclico de acumulação, interpretação e sedimentação de experiências. E os traços que nela permanecem, podem ser tão remotos quanto próximos, discretos ou explícitos, mas por eles a cidade adquire relevância cultural. Ou senão, como justificar "o genérico carácter de família que nos permite(m) a sua permanente identificação, da Índia ao Brasil, de Portugal a Angola, de Marrocos à China ou aos Açores."?[171] No confronto com modos outros, tão multiformes nas suas condições ecológicas, sociais e culturais, a cidade portuguesa a todos foi transversal e em nenhum se esbateu até não ser de si parte. O que sustenta esta reincidência de princípios? Tanto mais pertinente quanto apontada como "mais participativa do que impositiva"[172] Ou será essa parte da resposta? Aliás, num momento de convulsão urbana, com inúmeras especulações teóricas a irradiarem pela europa, como se autonomizou o discurso urbano português? Para que, se proceda no sentido da mais lúcida resposta a estas interrogações, recoloque-se, porventura, tão só uma questão, qual a cultura urbana que lhes estava na base? Reconhece-la decifra a unidade.

Projecto que em simultâneo se estruturava e se cumpria, na expansão urbana portuguesa, a cidade construída em Portugal operou como um verdadeiro código urbanístico. Ainda que limitados a fenomenologias locais, que os distintos contextos e o quadro de interesses do projecto instituíam, os princípios explícitos nas cidades da expansão são contextualizáveis numa lógica comum, que não mais é senão a cidade construída e, sobretudo, vivida em Portugal.

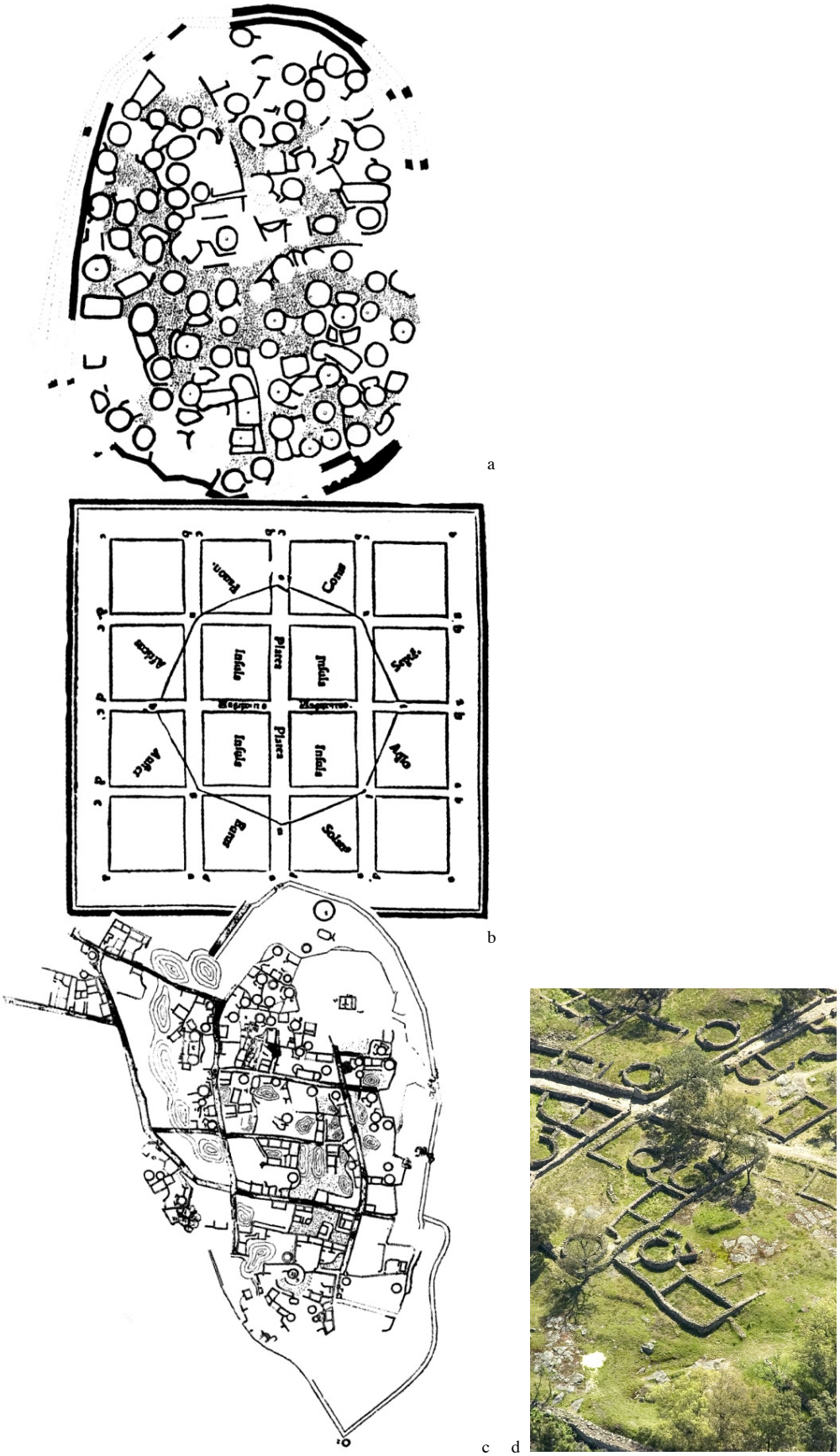
---

[169] Manuel C. Teixeira

[170] "O tema das influências é muito mais complexo do que por vezes se quer fazer crer: elas seguem um percurso muito longo, passam por uma segunda mão, uma terceira, há sobreposições através dos territórios, dos encontros à distância." Álvaro Siza Vieira, *Álvaro Siza: uma questão de medida,* Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p.82

[171] Alves Costa, *Apresentação* in Jorge Correia,*Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África, Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto: Faup, 2008, p.14

[172] " Como esperar que num tempo tão longo e em tão vasta variedade territorial, que de uma colonização normalmente aceite como mais participativa que impositiva, que uma nação de reduzida dimensão, que mais se tem afirmado pelo génio que pela força massificada, tenha produzido espaços fíicos de leitura uniformizável para as suas comunidades urbanas?"Walter Rossa, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p.195



a b c d

060

A romanização dos castros

060 | a) Castro do Terroso (Portugal). b) Plano de cidade romana, segundo Vitrúvio c) Castro de Briteiros romanizado (Portugal). d) Vista aérea do Castro de Briteiros romanizado

E a cultura urbana de base que transportavam era suficientemente forte[173] para *maturar* a transição que ocorria na forma de pensar a cidade e para lidar com diferentes contextos e constrangimentos. Sobretudo porque fora sempre a cidade portuguesa mais regenerativa do que pupila do *fazer tudo de novo*. E é neste domínio que à história da cidade portuguesa importa voltar, logo de partida.

Porque aquela priviligiada condição marítima que os povos mediterrânicos reconheceram no território português, e que havia de introduzir na cidade portuguesa o sentido litoral e comercial e, afinal, despoletar a expansão, é a mesma que a coloca numa situação periférica face ao mundo até então conhecido, cujo epicentro se colocava no Mediterrâneo Oriental.

E que logo a partir dos finais do século III a.C., os romanos tão apartados de Roma pressentiram. Explicando a escala humilde das cidades fundadas que "a continuação das pesquisas arqueológicas no território nacional vêm confirmando"[174], e a grande operação de reestruturação dos aglomerados existentes[175], num exercício de articulação do seu modelo ortogonal com os dados de um território, geralmente, acidentado e de malha irregular. A Citânia de Briteiros, implantada no topo do monte de São Romão dominando larga escala do território é a expressão mais imediata para a compreensão deste exercício.

E foi talvez este processo que começou por definir um dos traços mais específico da cidade portuguesa. O olhar atento ao território e à preexistência como dado para o plano geométrico. Sobretudo quando são aquelas duas tradições urbanas, a mediterrânica e a romana, que no essencial codificam os extremos dos modelos de concepção da cidade do velho continente, por integração ou por afirmação[176] as suas grandes influências[177].

---

[173] " A tradição urbana que lhes estava na base era suficientemente forte para assegurar uma identidade e uma coerência formal bastante fortes entre todas elas." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p. 48

[174] José Manuel Fernades, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p. 109

[175] "Pelo final do Século I (...) a rede urbana criada pelos Romanos atingira a sua forma quase definitiva, representando uma estrutura flexível, eficazmente adaptada às condições locais. A administração romana utilizou a cidade, muitas vezes, sucessora de um povoado indígena, de forma muito cautelosa, procurando que ela constituísse um estímulo para que as mudanças necessárias se efectuassem gradualmente, através da introdução de novos conceitos de vida colectiva e da integração, sempre que possível, dos elementos tradicionais."MANTAS, Vasco Gil, 1987, *As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal*, in *Povos e Culturas*, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, nº2, pp.13-55, p.31

[176] "Nos Gregos, a procura de integração entre a arquitectura e a natureza comanda o acto de construir. O sentido do grandioso e do monumental na arquitectura é romano. Traduz o Império e a forte organização político-social, capaz de colonizar o mundo. À delicadeza e subtileza da arquitectura e urbanismo gregos contrapõe-se a monumentalidade romana, demonstrativa de força, capacidade técnica e realização. Gregos e Romanos representavam já no essencial os modelos possíveis de diálogo do edifício com o sítio: por integração ou por afirmação." José M. Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000, p.146

[177] "De entre as várias influências e concepções de espaço que estão na origem da cidade portuguesa, e que nela se sintetizam, devem referir-se, por um lado, uma concepção de espaço urbano de natureza mediterrânica, que se encontra presente nas cidades gregas, em que a importância primordial é dada aos edifícios localizados em posições dominantes, que dão sentido e estruturam os espaços envolventes; por outro lado, uma concepção de espaço presente nas cidades romanas de colonização, em que é o espaço urbano em si mesmo, definido por um traçado regular, que é o elemento primordial." Manuel C. Teixeira, A Cartografia Urbana Histórica - Fonte para o Entendimento das Morfologias Urbanas de Origem Portuguesa, Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura, [em linha] [referência de 10 de Fevereiro de 2013]. Disponível na internet em: <http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/mt.htm>

A primeira introduzida pelos Fenícios, Gregos e Cartaginenses que a partir do século XII a.C. estabeleceram no território português feitorias e colónias, segundo um modo de vida voltado para o mar e para o comércio, e que a partir do século VIII se vê firmada pelos Mouros. A segunda pelos próprios legada durante cinco séculos de permanência no território hoje português, no dizer de Jorge Gaspar, ocasião em que a cidade enquanto "entidade física e funcional"[178] desponta em Portugal com um primeiro nível de unidade, organizado e hierarquizado, e mais tarde recuperada no período da reconquista, o processo que proviu o estágio à experiência da expansão e a base dos primeiros núcleos, e em revisão pela doutrina renascentista, como demos conta.

Reconhecendo que a cidade mediterrânica, é, de forma concisa, litoral, comercial, topograficamente referenciada e pelo edifício singular estruturada e que a cidade romana, é territorial, no plano pré-desenhado referenciada e pela ortogonalidade do cardus e decumanos estruturada, a hipótese que referencia a cidade portuguesa nestes modelos compromete, inevitavelmente, valores de princípios opostos, apartando-a, dos lugares dicotómicos sempre tão simplistas e contingentes, como os vernáculo/erudito, ou planeado/não planeado. Daí a dificuldade que a sua análise comporta.

Alves Costa esclarecia, "Portugal, digo eu, nasceu e desejou crescer grego, mas o destino que ele próprio para si destinou obrigou-o a ser romano. Castela, os mouros, os africanos ou os índios, tantos inimigos para além do medo de nós próprios."[179]

Se a sua condição geográfica a aproxima do quadro ambiental característico das cidades mediterrânicas, e que fenícios, gregos e mouros potenciaram, por outro os romanos, a independência, a reconquista e a expansão haviam de solicitar o modelo geométrico e planeado. E foi precisamente no permanente confronto/síntese entre aquelas duas grandes tradições urbanas que a cidade portuguesa se soube reconhecer enquanto expressão de uma cultura urbana e modelo além – fronteiras.

E tem este facto mais impacto quando recordada a permanente adaptação das estruturas preexistentes que em todas as fases do desenvolvimento da sua rede urbana se operou. Foram os romanos *romanizar* citânias e feitorias, os mouros sem qualquer fundação ex nuovo, "beneficiar do sistema de cidades organizadas pelos romanos",[180] as cidades medievais

[178] "Pode afirmar-se que a cidade, como entendidade física e funcional, faz a sua aparição em Portugal com os Romanos, que desenvolveram um novo sistema económico e social, ao qual a cidade pertencia, como elemento fundamental"Jorge Gaspar, *Portugal, a terra e o homem, expressão das cidades portuguesas 1981*, in Figueira, J.; Nunes, J.; Milheiro, A.V.; Dias, M.G. (eds.) *Jornal Arquitectos 218/219 - Antologia 1981-2004*, pp. 27-31, p.28

[179] Alexandre Alves Costa, *Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p.9

[180] Ainda que passados quase 800 anos, as estruturas romanas foram preservadas, ainda que muito adulteradas, pela organização eclesiástica, que por toda a Europa tomou os distritos administrativos imperiais romanos como base da sua organização. O papel da Igreja neste ponto é explicado por Manuel C. Teixeira " A igreja, ao decalcar as suas circunscrições das divisões administrativas romanas, faz com que a maior parte das sedes episcopais viesse localizar-se em cidades que já eram importntes durante o domínio romano, assegurando assim a sua permanência e continuidade. Desta forma, a igreja, se por um lado foi um factor importante no desmantelamento das instituições romanas, por outro lado teve um papel fundamental na

planeadas àquelas sobrepostas e a partir daqui estava a estrutura ou a rede urbana portuguesa estabilizada numa sobreposição constante de princípios tão distintos.

E se, então, a sua regularidade decorre da matriz clássica que permeia todo o urbanismo ocidental e que foi sempre marcada ou introduzida nos períodos em que o poder se afirmou no facto urbano, confirmando a relação biunívoca entre o poder e a cidade planeada e geométrica, e que já demos conta do pleno acompanhamento, é a sua específica relação com o território muito fortemente condicionada pela cultura mediterrânica que distingue o seu traço.

E será pois esta atenção ao território já definida como a *idiossincracia do sentido do lugar*[181] da cidade portuguesa que importa agora, avaliar para assim entender a sua especificidade.

manutenção da vida urbana, bem como na preservação da memória da Antiguidade Clássica e da sua cultura." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.19

[181] "Foi já referida ou pelo menos pressentida em vários estudos de carácter histórico e geográfico a existência de uma personalidade própria nos espaços urbanos de raiz portuguesa, ou se preferirmos como que uma idiossincrasia que começa pelo próprio *sentido de lugar* afirmado na escolha de determinados sítios para a sua implantação." José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.79

3.3 | **A ESPECIFICIDADE**

> "As cidades são entidades únicas; não há duas iguais no mundo, mas há cidades que se assemelham estranhamente. As cidades constituem entidades únicas porque raras vezes estão implantadas em sítios rigorosamente iguais (…)"[182]

É causa comum que a especificidade de cada cidade está, intimamente, relacionada com a particularidade física do seu território. A cidade é, em última análise, o modo como o Homem se relaciona com o território através da sua acção. Ao território são legados uma forma, função e significado, sendo que, entre as possibilidades latentes no território e as necessidades concretas dos seus habitantes há um ajustamento recíproco. É certo, que, a actual capacidade de manipulação do território, decorrente do desenvolvimento técnico, e das próprias dinâmicas sociais, diminuindo o seu valor nas lógicas dos traçados, alteram, significativamente, esta relação que durante séculos se mostrou vital.[183] Quanto mais recuamos na história das cidades mais expressivo é o compromisso da cidade com a rede natural do território. Mas ainda que minorada na prática actual, é irrefutável que a rede urbana sobre a qual actuamos encontra a sua génese em factores que radicam a sua razão nas características físicas do território. Recorde-se que as primeiras civilizações da era histórica surgiram nos *vales férteis* do Eufrates, Nilo, Tigre e do Indo. Que a preferência pela margem norte dos rios, dada a sua melhor *insulação* explica a dicotomia entre Lisboa e Almada, Porto e Vila Nova de Gaia, Coimbra e Santa Clara, Barcelos e Barcelinhos. Que preocupações com a *defesa*, sobretudo, até à introdução de artilharia, explicam a preferência por lugares altos e a implantação recuada no estuário das cidades litorais, para assim evitar a surpresa dos ataques dos navios, como em Lisboa ou Silves. A exposição solar, a fertilidade do solo, a existência de água, a disponibilidade de materiais, a facilidade de abastecimento, a protecção dos ventos, a necessidade de defesa, a acessibilidade são, enfim, factores de natureza prática, que ao longo do tempo e do espaço, tomaram papel decisivo na definição da cidade, ainda que do seu entendimento e síntese resultem formas muito distintas. É talvez por isso, que Orlando Ribeiro, pertinentemente, lembrava, "A cidade é muito mais uma obra de civilização do que um produto de ajustamentos ao ambiente"[184], colocando, assim, em evidência a natureza cultural da sociedade como o princípio distintivo para os, praticamente, universais critérios locativo-situacionais das cidades. Do valor legado a cada elemento do múltiplo mosaico geográfico, decorre um desenho de cidade específico.

---

[182] Orlando Ribeiro, *Évora. Sítio, Origem, Evolução e Funções de uma Cidade,* Estudos em Homenagem a Mariano Feio, (coord. de Raquel Soeiro de Brito), Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 373

[183] "No que respeita às cidades, serão estes os princípios. Em primeiro lugar, a eleição de um lugar o mais saudável possível." Vitrúvio, *Tratado de Arquitectura*. trad. M. Justino Maciel, Lisboa: Instituto Superior Técnico: 2006, p.41

[184] Orlando Ribeiro, *cit. in* José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.79



061

A posição litoral da cidade portuguesa
061 | a) Horta b) Angra do Heroísmo c) Ponta Delgada d) Funchal e) Olinda f) Rio de Janeiro g) Salvador da Baía h) Diu i) Cochim j) Goa k) Damão l) Baçaim

A litoralidade

> "portugueses, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos." [185]

José Manuel Fernandes, notava, numa dimensão mais *poética*, dir-se-ia, declaradamente *portuguesa* pelo sentimento de *saudade* implícito, que as cidades portuguesas da expansão na Índia e no Brasil, se dispunham junto ao mar, buscando *olhar* Portugal, sentindo-se dele mais próximo.

"Houve uma *escolha* das costas a ocupar (na Índia e no Brasil), ambas a *olhar* para a metrópole colonizadora, com um sentido instintivo e um enraizamento de dimensão colectiva, ou isso deve-se ao simples acaso da procura de especiarias ou das partilhas pelos tratados internacionais?"[186]

Ainda que tal dimensão possa revelar no domínio temperamental colectivo português novas ênfases, outras há de subjectividade menor, para explicar o sentido que os *caranguejos* de Vicente do Salvador evocavam.

O entendimento talassocrático do projecto da expansão, demandava, inevitavelmente, à cidade, critérios de posição litorais e de situação com óptimas características de porto, que permitissem a fácil ancoragem dos navios, e, simultaneamente, apresentassem características naturais defensivas. Em síntese, era aquilo que expressava o Regimento de Tomé de Sousa para a fundação de Salvador:

"(...)espero que esta seja e deve de ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de águas e porto em que bem possam amarar os navios e vararem se quando cumprir porque todas estas qualidades ou as mais delas que puderem ser cumpre que tenha a dita fortaleza e povoação(...)"[187]

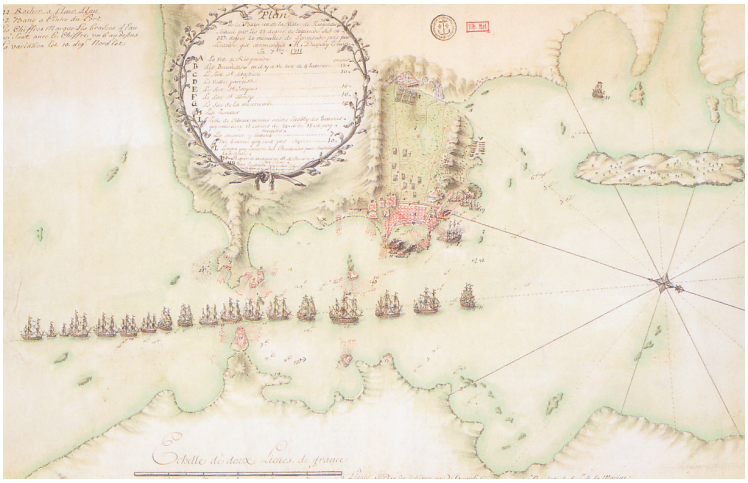
Segundo estes critérios, *baías, deltas, estuários, ilhas*, de águas fundas, protegidos por morros ou outros acidentes topográficos, que garantissem o controlo das vias de acesso e do território, despontaram com, alguma naturalidade, como as opções locativas mais favoráveis para a implantação da cidade portuguesa. A onomástica de algumas das mais importantes cidades, é de resto, clara quanto ao valor destas situações, *Angra* do Heroísmo, *Ribeira* Grande, Salvador da *Baía*, *Rio* de Janeiro.

[185] Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil (1500-1627)*, São Paulo: Melhoramentos, 1954, p. 19
[186] José Manuel Fernandes, *Índia e Brasil: Para Um Estudo Comparativo das Estruturas Urbanas de Influência Portuguesa*, Lisboa: Comissariado para a Europália 91-Portugal; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1991
[187] *Regimento Tomé de Sousa, cit. in* Paulo F. Santos, *Formação de cidades no Brasil Colonial*, Coimbra : Universidade, 1968, p.38



a

"toma esta capitania o nome de Bahia por ter uma tão grande que por antonomásia e excelência se levanta com o nome comum e apropriando-se a si se chama a Bahia, e com razão, porque tem maior recôncavo, mais ilhas e rios dentro de si que quantas são descobertas em o mundo, (...): nem há terra que tenha tantos caminhos, por onde se navega"
Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil (1500-1627)*, São Paulo: Melhoramentos, 1954, p. 114.



b

"o Rio de Janeiro está em 23 graus debaixo do trópico de Capricórnio, e impropriamente se chama rio, porque antes é um braço de mar, que ali entra por uma boca estreita que se pode facilmente defender de uma parte a outra com artilharia; mas dentro faz uma baía ou enseada em que entram muitos rios e tem perto de quarenta ilhas, das quais as maiores se povoam e as menores servem de ornar o sítio, ou de portos onde se abriguem os navios. Estas comodidades e outras muitas deste rio e baía, juntas com a fertilidade da terra, a faziam digna de ser povoada, quando se povoaram as mais do Brasil…"
idem, p.164



c

062

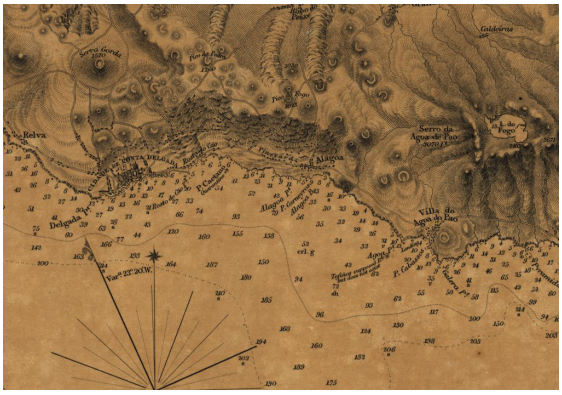
As opções locativas no Brasil
062 | a) Salvador b) Rio de Janeiro c) Olinda



a



b



c



d



e



f



g

063

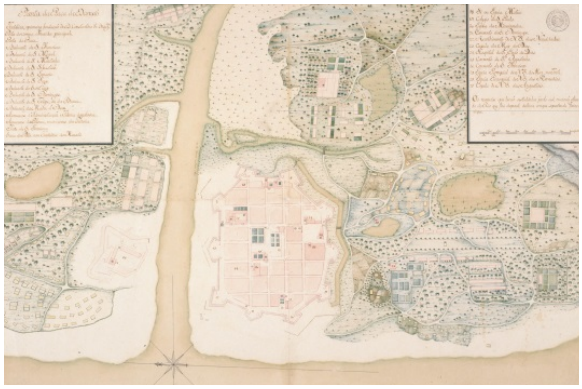
As opções locativas nas Ilhas Atlânticas
063 | a) Angra do Heroísmo b) Horta c) Ponta Delgada d) Praia da Vitória, e) Baía de Ana Chaves f) Ribeira Grande, 1769 g) Funchal



a



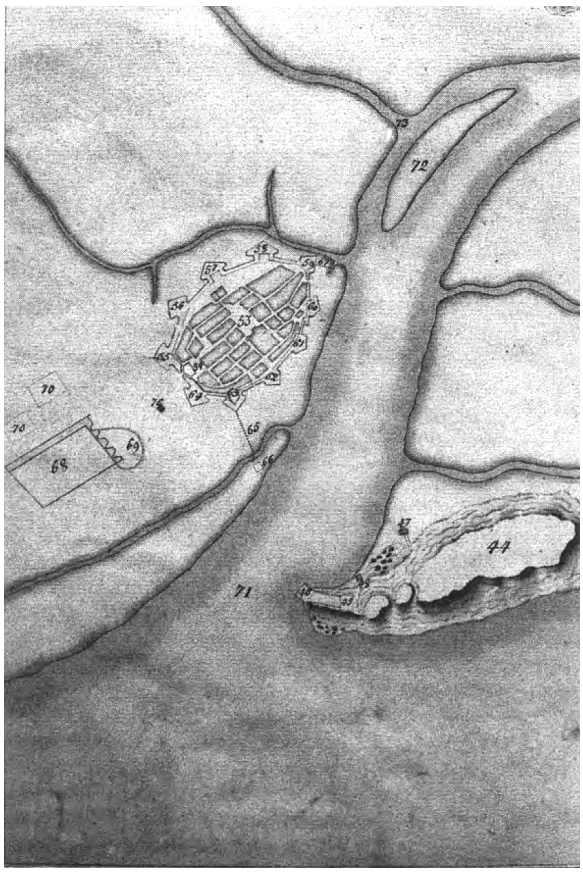
b



c



d



e

064

As opções locativas na Índia
064 | a) Cochim b) Diu c) Damão, d) Goa e) Baçaim

Nesta hipótese que coloca o porto como importante factor de decisão, se consideradas as coevas cidades hispano-americanas, cuja função portuária se autonomizava relativamente ao núcleo urbano, localizado no interior[188], ter-se-à que resgatar a *cultura urbana portuguesa*, para explicar a muito tardia ocupação portuguesa do hinterland[189], ou, mais apropriadamente, a sua *vocação marítima*.

A feitoria, o forte ou o pequeno aglomerado que nas margens litorais se dispuseram, pela vital importância das comunicações com a metrópole ou pela indispensável boa posição na rede de transportes então priviligiada, o mar, a evolução destes centros como forças centrípetas da rede urbana, numa clara preferência pela sua localização inicial, nos deixará antever mais que razões práticas na sua condição locativa.

É que aquela condição finisterra portuguesa voltada ao Atlântico foi ao longo da evolução da rede urbana portuguesa, tomada também como preferencial, sendo que os "centros mais importantes, naturalmente localizados no litoral, eram já os mais importantes em épocas pré-romanas". [190] A partir do século XII, face ao incremento das relações comerciais, com aposta na actividade portuária e, na vontade/necessidade de estabelecer um novo centro político do novo estado que se demarca-se das capitais que até então haviam sido sempre interiores, " (...) com Roma fora em Mérida, com o Islão fixou-se em Córdova, com os Visigodos elegeu Toledo;"[191] esta tendência acentua-se[192].

Amorim Girão, adita, pois, "Foi o mar que desligou o nosso país do corpo peninsular ibérico"[193].

---

[188] Vera Cruz – México, Cartagena-Bogotá, Guiaquil-Quito, Callao-Lima, Valparaíso- Santiago. À parte outras explicações, reserve-se que a interiorização da cidade espanhola deriva também do aproveitamento das bases das antigas cidades indigenas, quase todas localizadas no interior do continente.

[189] "À excepção do processo norte-africano, são pois escassos os indícios de directo e empenhado interesse régio pela fixação no *hinterland* dos vários pontos do Império até à estabilização do Estado da dinastia dos Braganças, e nessa altura tudo levou a fazer convergir sinergias no Brasil." Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa : C.N.C.D.P., 1997, p. 17

[190] "As causas da situação diagnosticada são de natureza diversa e em muito se ficam a dever à evolução do processo histórico de desenvolvimento do país. Os centros mais importantes, naturalmente localizados no litoral, eram já os mais importantes em épocas pré-romanas e cresceram significativamente sob a influência romana; durante ela se organizaram a partir de uma rede de estradas que, favorecendo o Sul como seria de esperar, não deixou de reforçar a funcionalidade litoral (...). As descobertas, com os enormes influxos de riqueza que viriam proporcionar e o desenvolvimento do comércio acentuariam a importância relativa das áreas costeiras, até porque as relações com a Espanha seriam sempre difíceis. Nos tempos modernos os efeitos da expansão marítima continuariam a prevalecer; e o processo de industrialização, largamente dependente de importações ao procurar tirar partido dos equipamentos portuários e das maiores concentrações populacionais como mercados potenciais mais relevantes, impulsionaria ainda mais o crescimento do litoral. Entretanto, as infraestruturas rodoviárias e as intenções desenvolvimentistas do *fontismo* particularmente com o lançamento da rede ferroviária nacional, sempre a priviligiar a faixa costeira, robusteceriam o processo de desequilíbrio. " Simão A. Lopes, *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p.344-346

[191] "(...), diferente do antigo centro de gravidade romano, árabe ou mesmo visigótico. Este centro tinha de facto sido sempre interior em termos peninsulares- com Roma fora em Mérida, com o Islão fixou-se em Córdova, com os Visigodos elegeu Toledo; a autonomia do novo reino português exigia portanto necessariamente a eleição de centros urbanos principais mais afastados de Castela, logo tendencionalmente litorais e atlânticos." José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia : evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII,* Porto : Faup Publicações, 1996, p.113

[192] "(...) com o acentuar das relações comerciais marítimas internacionais que acompanham desde o século XII o renascimento das cidades e valorizam as actividades portuárias (...) o fenómeno vai tornar-se determinante: a pouco e pouco, Silves, Alcácer do Sal, Santarém, Coimbra, Lamego ou Braga, fluviais mas interiores, vão assistir nesta fase ao crescimento (e em muito casos à predominância) de Portimão, Setúbal, Lisboa, Figueira da Foz, Porto e Viana do Castelo, núcleos que junto ao estuário desafogado ou já na costa atlântica asseguram com mais garantias as actividades dependentes do transporte por água." José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.85

[193] Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto: Portucalense, 1941, p.15

Com o avançar do processo da expansão confirmou-se e firmou-se, uma cidade portuguesa que se gosta junto ao mar, que se entende comercial e buliça e que a macrocefalia de Lisboa, tomada capital em meados do século XIII, sinaliza.

Afinal, o *desiquílibrio* que Murillo Marx reconhece para o Brasil, é muito próximo da realidade portuguesa que Simão Lopes descreveu.

"O mapa do Brasil revela um desiquilíbrio notável. As suas aglomerações urbanas se concentram ao longo da costa. (...) A desproporção se torna ainda mais impressionante, se considerada a população das aglomerações. As maiores, quase todas, confirmam a norma e se localizam à beira-mar ou perto dele."[194]

"Portugal é um país de profundas assimetrias regionais que se agravam e que são já resultado de um processo cumulativo.(...) Na faixa litoral portuguesa compreendendo os distritos de Braga até Setúbal, correspondente a pouco mais de ¼ da superfície total, vamos encontrar 2/3 da população total e 4/5 do PIB, 9/10 da produção das indústrias transformadoras e cerca de 9/10 do produto dos serviços. "[195]

[194] Murillo Marx, *cit in* José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.90
[195] Simão A. Lopes, *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. p.346

A bipolaridade

> "Como Lisboa e Porto, de acordo com o uso português, a Bahia foi fundada sobre uma escarpa alta, dominando larga extensão de água."[196]

A nossa costa sem ilhas nunca nos havia proposto a litoralidade insular, nem a *dimensão poderosa* da costa brasileira, nem a costa rasa e pantanosa da Índia. Mas se consideradas as características dos sítios seleccionados nas distintas escalas experimentadas e as estratégias de implantação àqueles associadas, estará evidente que uma tradição urbana não tão só de posição mas situacional muito forte havia sido continuada.[197]

Se não, como explicar a opção por uma colina, planalto ou encosta *dominando larga extensão de água*, para a fixação do primeiro núcleo de, praticamente, todas as cidades na expansão? Ou as semelhanças entre os sítios de Angra, Horta e Rio de Janeiro? É que, recorde-se, "Para cada posição há normalmente mais do que um sítio possível." [198]

Observe-se, por oposição, porque sempre mais imediato, aquele que tem sido o caso paradigmático no quadro do urbanismo da expansão para o estudo da natureza cultural na escolha do sítio: Olinda e Recife, na capitania de Pernambuco. Para a mesma localização - priviligiada economicamente – ambos seleccionaram os elementos da paisagem, mais próximos da realidade conhecida.

Olinda, foi implantada dentre as várias colinas, na mais alta, hoje conhecida como Alto da Sé.[199] "Da parte mais alta da cidade tinha-se uma linda vista, tanto para o sul como para a parte do norte, quer para o lado do mar como para o de terra (…)"[200] A sul, a foz do Rio Beberibe, protegida por arrecifes, tinha um ancoradouro abrigado onde se instalou o porto.

Porém, ainda que Olinda fosse "à beira-mar, notável pelos belos edifícios e templos"[201] , em 1647, o holandês Gaspar Barlaeus, registava que "o sítio por amor das colinas que ela abrange em seu perímetro, é assaz acidentado, de sorte que dificilmente o poderia munir a indústria humana."[202]

---

[196] Robert Smith cit. in José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.79

[197] "Na fase inicial, os núcleos urbanos repetiam nos seus sítios, padrões que só podem ser explicados como culturais. "Nestor Goulart Reis Filho, *Notas sobre o Urbanismo no Brasil, Primeira parte: período colonial*, in Cadernos de Pesquisa do LAP, Série Urbanização e Urbanismo, nº 8, São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, 1995, p.21

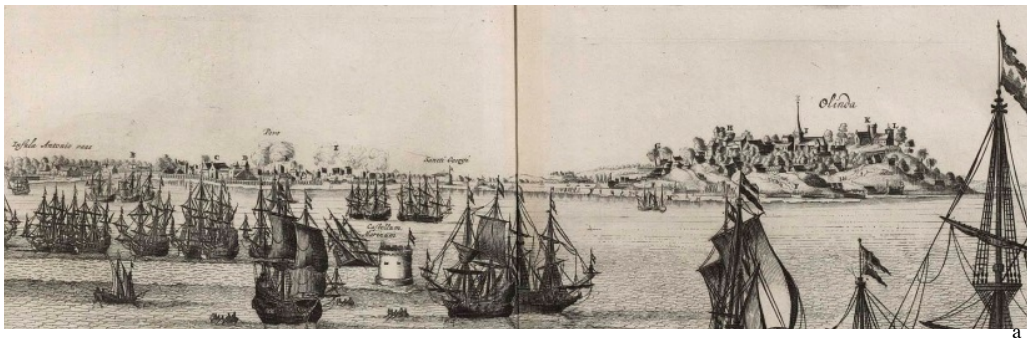
[198] Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 149

[199] "O novo sítio estava a cavaleiro de uma grande várzea que se estendia para as bandas do sul, e, existindo uma, entre outras colinas, mais alta, com uma boa vista para o mar, nela o donatário deu inicio a sua vila, construindo logo uma torre para defesa e a cerca que envolvia as primeiras construções, possivelmente a igreja matriz e o casario." José Luís Mota Menezes, *Olinda: Evolução Urbana*, in AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998, pp.331-351, p.333

[200] Joan Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos; confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981,p.46

[201] Gaspar Barlaeus, *História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos de Brasil*, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980, p.41 (1647)

[202] idem, p.40



a



b



c



d

065

065 | Olinda e Recife: dois modos de implantar as cidades
a) Vista de Olinda, b) Vista do Recife c) Planta de Olinda d) Planta do Recife



a



b



c

066

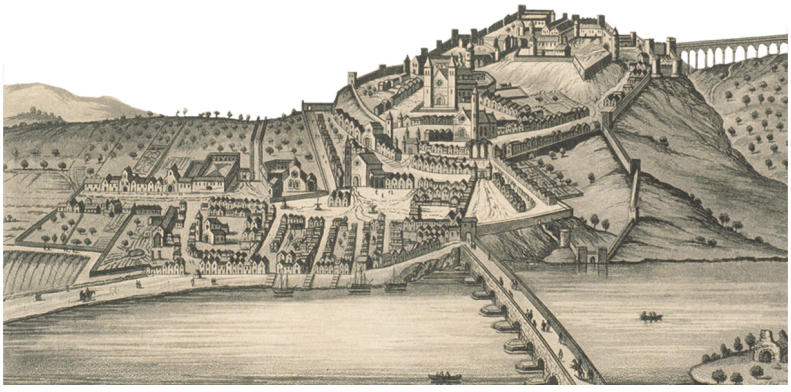
Olinda e Recife: dois modos de implantar as cidades
066 | a) Vista do centro do Recife b) Vista do centro histórico de Olinda c) Vista de Olinda



a



b



c

067

Tal é a imagem das três principais cidades portuguesas (Lisboa, Porto e Coimbra), nascidas todas de um embrião de uma colina isolada de um retalho de planalto, ao mesmo tempo a mais inacessível e a mais próxima da margem. (...) Onde a colina fragosa domina a enseada, o estuário ou o curso de água navegável, a cidade, ponto ou lugar de detenção na margem do rio, liga-se à estrada ou abre-se, pela via do mar, às relações distantes"

Orlando Ribeiro, *Cidade,* in Dicionário da História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, : Iniciativas Editoriais

A alta e a baixa nas três principais cidades portuguesas
067 | a) Lisboa b) Porto c) Coimbra

Sendo por isso queimada, aquando a tomada dos holandeses. E fundado o Recife, na Ilha de António Vaz, sítio raso e pantanoso, onde foram à maneira holandesa "as pontes admiravelmente lançadas sobre os dois rios"[203].

Para a *indústria humana* portuguesa que no nome de *Ó linda*[204] havia, de resto, gravado o seu apreço pelo sítio, era segundo a milenar tradição urbana de influência mediterrânica, predisposta ao lugar litoral e alcandorado que se *munia* a cidade.

"Em Portugal quase não há cidades de planície(...) Algumas evidenciam a preferência *castreja* pelos lugares altos, escarpados e bem definidos, outras combinam a colina fragosa e o recesso do litoral, típicos dos sítios urbanos mediterrâneos."[205]

Este traço específico da cidade portuguesa, introduzido pelos povos castrenses, foi firmado pelos Fenícios, Gregos e Cartaginenses que à colina escarpada da tradição castreja, associaram o *recesso litoral:* aquilo que "explica a posição da acrópole da maior parte das cidades do Mediterrâneo, cuja alta defendia o porto"[206] e que é, imediatamente, detectado nas três principais cidades portuguesas, Coimbra, Porto e Lisboa. A permanência durante quatro séculos no território português da cultura islâmica, reforçou este sentido, com "a oposição geográfica (ou mais exactamente locativa) entre a cidade aristocrática (a Alcaçova, na *alta*) e a plebeia (a Almedina, na *baixa*)".[207] A anterior ocupação romana, caracteristicamente afecta a planícies e por natureza interior, não apagou esta tendência, antes absorveu,[208] como notou Orlando Ribeiro em Conínbriga:

"As ruínas de Conínbriga (...) revelam uma povoação com ruas, praças, residências opulentas, banhos e instalações industriais, tal como os romanos edificaram em outros lugares dos seus vastos domínios. Mas o nome e o sítio (céltico briga, latim oppidu) mostram uma eminência fortificada, esporão rochosos e muralhado que se levanta dominador acima do agro fértil, no lugar baixo e plano onde corria a estrada."[209]

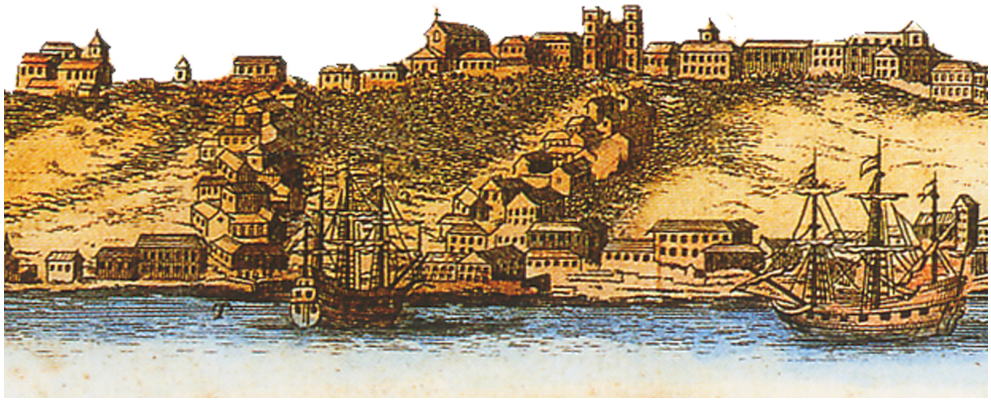
E mesmo nas cidades fundadas *ex nuovo*, como Santarém ou Beja, rompendo com a sua tradição, os romanos implantaram-nas em sítios proeminentes, o que denota a fusão com a tradição enraizada no território conquistado. No ciclo de cidades planeadas medievais, o factor defensivo que a definição das fronteiras somou ao contexto português, deu continuidade à implantação alcandorada.

---

[203] idem
[204] " andando com outros por entre o mato buscando o sítio onde se edificasse, achando este que é um monte alto, disse com exclamação e alegria: Ó linda" Frei Vicente do Salvador, *cit in* José Luís Mota Menezes, *Olinda: Evolução Urbana*, in AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, pp.331-351, p.335
[205] Orlando Ribeiro, *cit. in* José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.79
[206] Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p.150
[207] José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.116
[208] " (...) existência de uma tradição castreja muito antiga, ou pelo menos na presença de uma cultura proto-urbana e préromana a ocidente da Ibéria (de provável raiz celta), que a implantação da urbanidade racionalizadora dos invasores latinos não chega a extinguir completamente." idem, p..81
[209] idem, p.109



a



b

068



069

A alta e a baixa do plano de Salvador
068 | a) Corte perpendicular à linha de costa b) Vista
069 | Vista de Salvador, na mesma zona representada em 068b

Na forte transição para os estuários no decorrer de quatrocentos, as cidades ribeirinhas implantam-se novamente junto a colinas, como refere José Manuel Fernandes, "A colina tranformar-se-á de bastião militar em lugar de memória, sinal da tradição de um modo antigo de implantar as cidades que um temperamento colectivo muito especial não desejou perder..."[210]

E não perdeu na expansão. Uma escolha, *como era habitual*. E daqui decorre a bipolarização funcional, social e topograficamente diferenciada da génese urbana de Olinda, Angra, Salvador, Rio de Janeiro, para citar aquelas em que é mais evidente. Em todas se reconhece a preferência pelos sítios mais altos e mais facilmente defensáveis, para a implantação das sedes do poder, os *belos edifícios e templos*, desenvolvendo, em paralelo, a função portuária e comercial, à cota baixa. É que a cidade portuguesa expressa, de forma muito evidente na sua estrutura a hierarquia social. Reserva o lugar alto, o mais protegido e destacado, aos poderes institucional, político e religioso, e o lugar junto ao porto, povoado de armazéns, ferrarias, estaleiros, alfândega, às classes mais pobres. O tempo na estrutura física, pelo menos, aproximou-os.

Dependendo do valor de cada uma das funções, administrativa/militar ou portuária/comercial ou ambas, no papel específico de cada cidade no projecto da expansão, assim se desenvolviam os primeiros núcleos e as estratégias de articulação. Esta dualidade pode ser assim, produto da ligação de dois núcleos inicialmente individualizados, um junto ao porto outro na colina, ou resultar da evolução gradual do núcleo primitivo, que se estende pela encosta ao encontro da margem ou, inversamente.

E o plano de Salvador da Baía mostra que esta estruturação bipolar, decorrente da leitura do território, é entendida enquanto *modelo de cidade*. Luis Dias, o mestre de obras de Salvador em carta enviada a D. João III referia que na parte baixa da cidade se haviam instalado "a casa de fazenda e alfândegas e almazens e ferarias, tudo de pedra e baro revocadas de cal e telhados com telha"[211]. Ainda que D. João III designasse que na parte alta se erguesse a "fortaleza forte e que se posa bem defemder e que tenha disposição e calidade pera a hy por o tempo em diante se hir fazendo uma povoação grande"[212], os materiais empregues na construção daqueles edifícios à cota baixa, tornam evidente o carácter permanente da sua condição no plano, sendo aliás, na parte baixa da cidade que se construiu a primeira igreja de Salvador da Baía, a ermida de Nossa Senhora da Conceição.[213]

---

[210] idem, pp.84-85

[211] Carta de Luiz Dias a D. João III, *cit. in* Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.225

[212] Regimento de D. João III a Tomé de Souza, *cit in* Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.225

[213] " A Povoação da Praia ou Ribeira foi a parte de Salvador que se desenvolveu primeiro, possuindo de início mais população e mais casario do que a Cidade Alta." Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.225



a



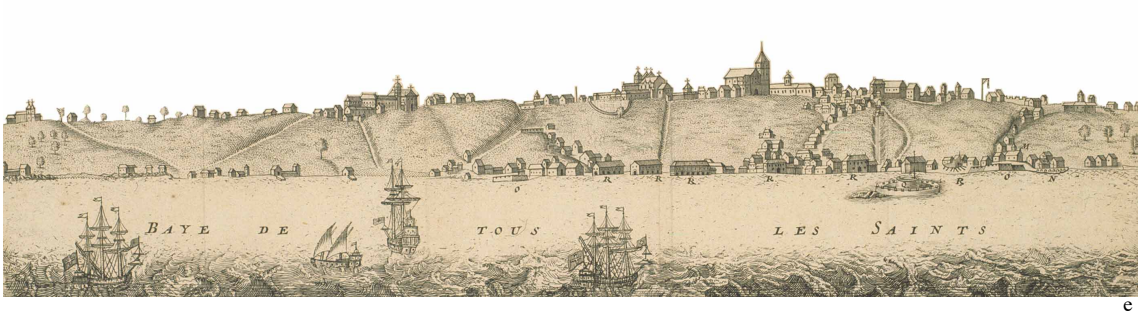
b



c



d



e



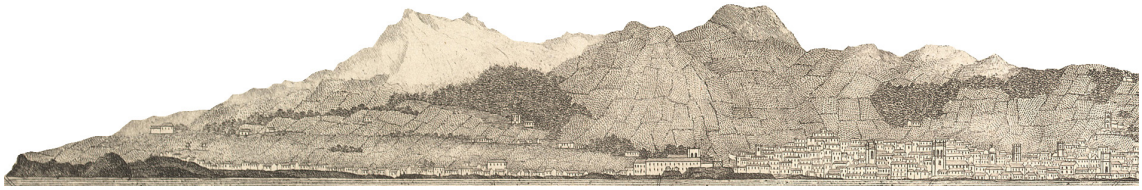
f

O perfil da cidade portuguesa

070 | a) Diu b) Goa c) Olinda d) Rio de Janeiro e) Salvador f) Horta g) Funchal h) Ponta Delgada i) Santo António j) Ribeira Grande k) Praia da Vitória



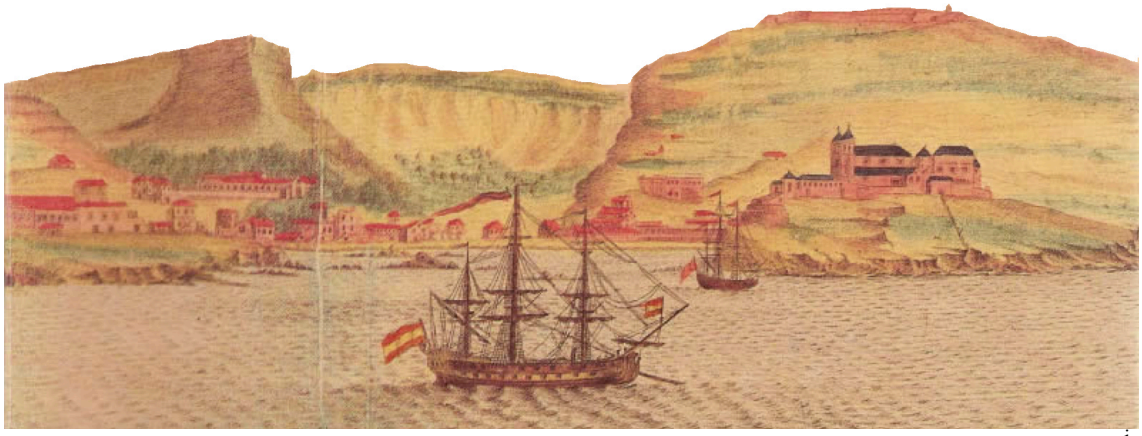
g



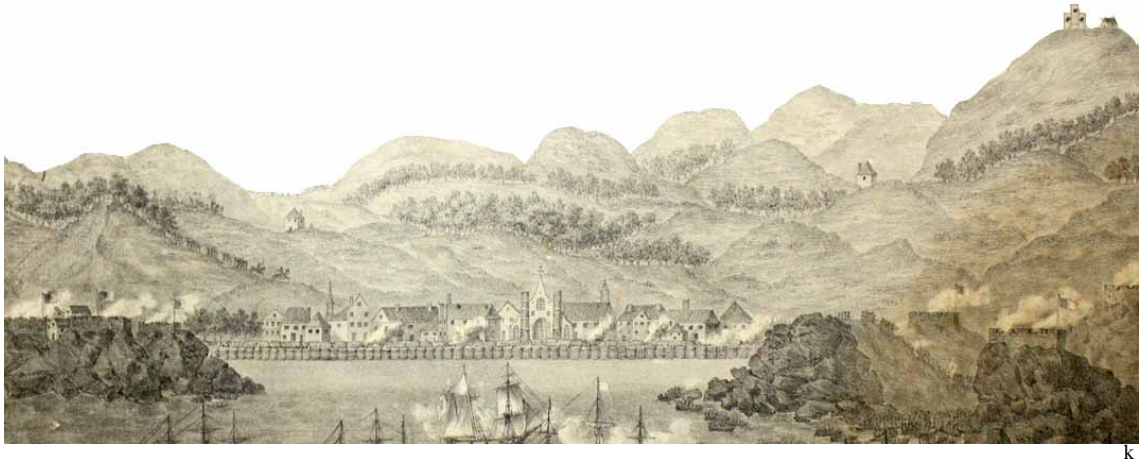
h



i



j



k

070

Excepção a esta situação, fazem a generalidade das cidades da Índia, - exclua-se Goa - onde outra fórmula não seria possível, pela própria natureza do território, "preenchido quase sempre por terras baixas ou rasas"[214], e porque a estratégia comercial e militar implicada demandava que "as instalações se fizessem junto aos pólos já existentes, até porque, pela lógica natural em territórios já urbanizados, ocupavam os melhores pontos do litoral, e que por igual razão eram também os melhores acessos às riquezas do interior."

No entanto, o mesmo sentido dual na organização se faz sentir nos equipamentos colocados junto às portas da cidade. E note-se Baçaim que ainda que implantado num terreno relativamente plano, repetiu a dual estruturação social e funcional, como torna evidente a seguinte descrição de Walter Rossa:

"Na versão portuguesa é o sector da malha mais confusa mas claramente convergente na ribeira, no seio da qual não se implantou qualquer conjunto conventual, continuando a ser a zona mais densa e ocupada pelos habitantes de menores recursos. O Forte, o Convento Dominicano e o largo central separavam-na quase totalmente da zona aristocrata compreendida entre eles e as casas jesuíta, franciscana e agostinha, o limite oeste da cidade."[215]

E não deixa, porém, de ser curioso que da instalação contígua a núcleos preexistentes se revele uma outra condição dicotómica de natureza diferente, a *cidade de cima e cidade de baixo*, ou a Cochim de baixo[216], a Damão de baixo ou a Chaul de baixo.

É que se começa a intuir um gosto pelos lugares dicotómicos. Mas o que fica desta exposição é o comprometimento da cidade com uma estrutura que por se referenciar a dois níveis no terreno, implica estratégias de desenho que não podem ser a mimética aplicação de modelos abstractos. Estes raramente propõem diferenças de nível tão acentuadas.

[214] " (...) se do Malabar Sul ao golfo de Cambaia é raro o local costeiro que apresente elevações assinaláveis, preenchido quase sempre por terras baixas ou rasas (e aqui sim, há uma diferença real com as costas brasileiras, se exceptuarmos Goa, erguida sobre colinas), esse será o único contraste de peso, já que o tipo de ocupação urbano-militar procura também a foz dos rios (Damão, Cochim, Cranganor), as ilhas costeiras (Goa, Diu), os recessos do litoral (chaul), ou os promontórios e penínsulas (Cananor, Baçaim). "José Manuel Fernandes, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112, p.94

[215] Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa : CNCDP., 1997, p.64

[216] "(...) jaz a cidade de Cochim que chamão de baixo, em que está a nossa fortaleza: Ao longo da qual se foy pouoando nouamente esta cidade de Cochim de baixo: (...) e Cochi de cima he da jurdição do Rey della (...)" *Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitanias, e mais cargos que nelas ha, e da importância deles* in Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953, vol.XXI, pp.1-144, pp.70-71

A criteriosa implantação do edifício singular

> " As cidades cresceram um tanto desordenadamente em torno de igrejas, que geralmente se localizavam na área mais alta disponível. As ruas e travessas...ramificavam-se e serpenteavam."[217]

Porém, *não era defeito, era feitio*.

Como já se havia pressentido na estruturação da alta e da baixa, os edifícios de natureza singular operam na cidade portuguesa como elementos estruturantes do traçado. Pois, não é de todo estranho, àqueles que os centros históricos das cidades portuguesas visitam, ceder a orientação do vagar, ao castelo que lá no cimo se insinua, à igreja que pontua o morro, ao convento que o enfiamento da rua propõe ou à sé que na praça se ergue. Foram, para isso, criteriosamente, implantados. É o *complemento de afirmação* da sua condição excepcional. E se a intuição do vagar não é cientificamente bastante, um breve olhar sobre a cartografia é claro quanto à proliferação destes elementos e sobretudo a condição particular que ocupam no conjunto. Raramente se diluem num quarteirão indiferenciado...

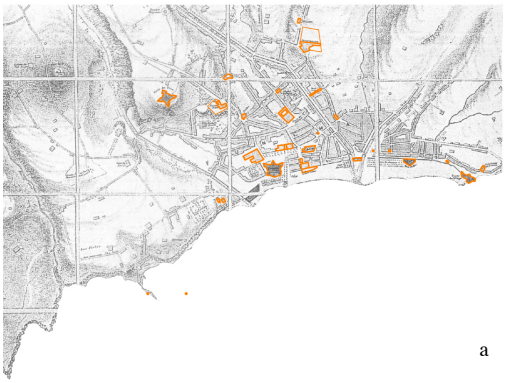
"Do ponto de vista estritamente formal, a dominância de edifícios singulares e o seu papel como ponto fulcral de várias perspectivas aparecem-nos tanto nos traçados irregulares como em traçados geometrizados, constituindo porventura uma das principais características do urbanismo de origem portuguesa"[218]

Da evolução traçada para os diversos núcleos da expansão, independentemente da situação geográfica e do tipo de traçado, é construída uma mesma fórmula que deposita nos edifícios colectivos, sobretudo religiosos, o primeiro gesto do traçado da cidade.

Há, dir-se-ia, uma espécie de primeira sacralização do território, que o demarca e afirma português, e cujo momento se eterniza na estrutura. Porque a partir dele se define. E torna-se método. A cada novo convento, mosteiro, igreja implantado é consolidado um arruamento para o servir. Ou, inversamente, para reforçar o sentido de um arruamento. Ou definido um largo, um terreiro ou uma praça. Ou edificado em seu redor um bairro. Ou estabelecido o limite de progressão da cidade.

É assim no Funchal, que se estrutura a partir de duas malhas polarizadas por igrejas, a nascente a igreja de Nossa Senhora do Calhau e a capela de Santa Catarina a poente, tendo o limite de progressão para o interior sido estabelecido pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição Cima - posteriormente tornado convento de Santa Clara -,

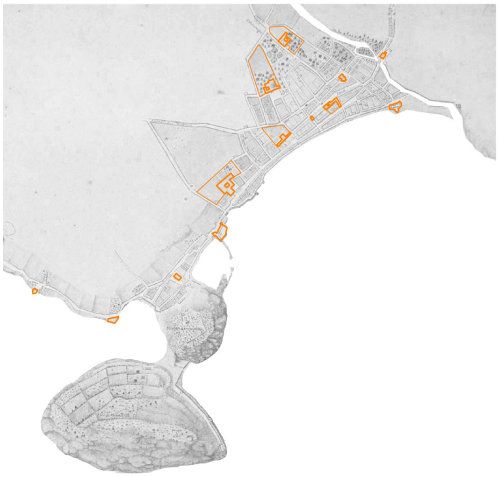
[217] Henrique Mindlin, *Modern Architecture in Brazil*, Reinhold Publishing Co.: Nova York, 1956, p.1
[218] Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.216



a



b



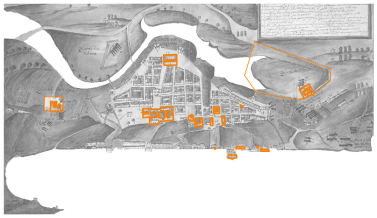
c



d



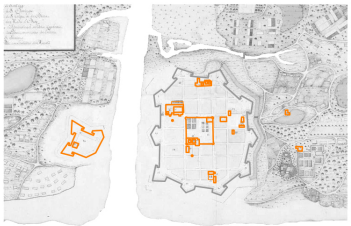
e



f



g



h

071

A proliferação e posição particular dos edifícios singulares na cidade portuguesa
071 | a) Funchal b) Ponta Delgada c) Horta d) Angra do Heroísmo e) Rio de Janeiro f) Salvador g) Baçaim h) Damão



a



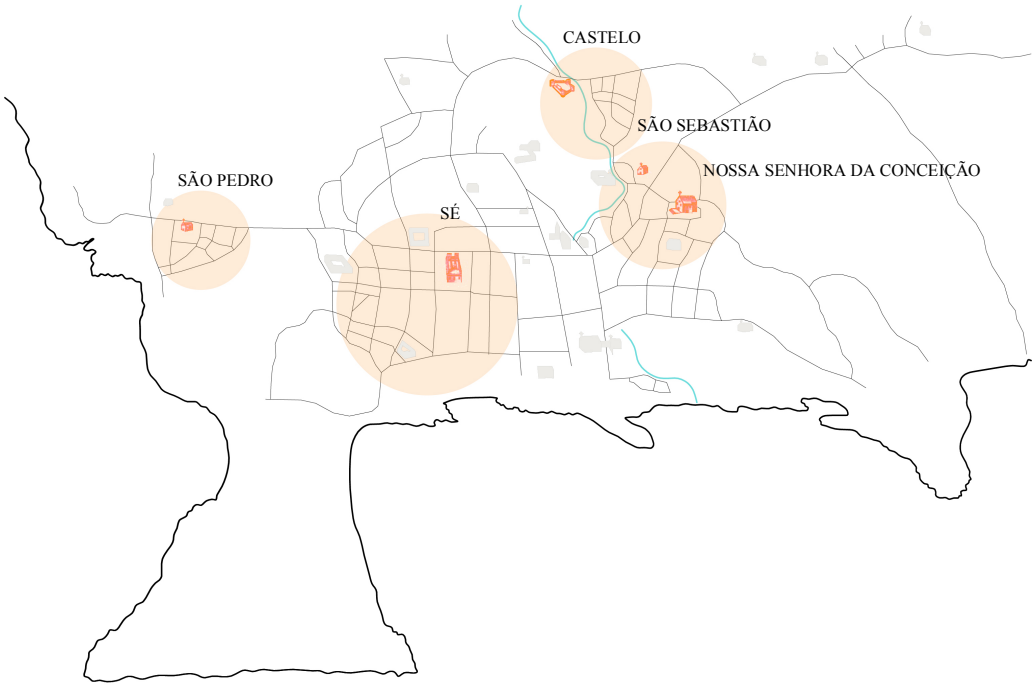
b



c

072

O edifício colectivo como ponto fulcral na perspectiva da rua
072 | Olinda a) Igreja de São João b) Igreja da Misericórdia



a



b



c



d

073

O carácter polinucleado da cidade portuguesa decorrente do valor polarizador dos edifícios colectivos

073 | Angra do Heroísmo a) Esquema dos núcleos da cidade b) Vista do núcleo de São Pedro c) Vista do núcleo da Conceição d) Vista do núcleo da Sé

sendo mais tarde consolidada a malha central pelo novo bairro polarizado pela sé. É assim em Angra que de início se estrutura a partir do bairro a poente polarizado pela igreja de São Pedro, a norte pelo bairro do Castelo, a nascente o núcleo em torno das igrejas de São Sebastião e da Conceição e depois a partir do novo plano em torno da sé. Na Horta, estruturada a partir do bairro em torno da igreja de Nossa Senhora das Angústias a poente e a nascente pela igreja da Conceição, sendo depois pela implantação de diversos conventos estruturadas as linhas da sua malha. No Rio de Janeiro, é o convento de São Bento no lado oposto ao núcleo do morro do Castelo onde se dispunham o forte de São Sebastião, a igreja de São Sebastião, a Sé, o colégio de Jesuítas e a sua igreja, tendo na base do morro sido implantados o Forte de São Tiago e a capela e igreja da Misericórdia, que atrai a descida do morro e estrutura o primeiro caminho. É assim, pela criteriosa adaptação das estruturas existentes adaptadas a funções colectivas que se estrutura a cidade de Goa. Em Salvador, foi o convento dos Jesuítas que ditou as linhas da segunda fase do plano e mais tarde haviam de ser os Conventos de São Bento e do Carmo a catalizar as linhas da expansão da cidade extramuros. E assim sucessivamente.

E neste processo, de imediato, se reconhece o carácter *polinucleado* da cidade portuguesa. Tomando cada um dos seus edifícios colectivos como um momento individualizado no traçado é composta uma estrutura que se fragmenta em múltiplas referências espaciais, que polarizam distintas direcções de crescimento, múltiplos espaços colectivos e diferentes malhas. Sobretudo quando a visibilidade que a sua importância funcional, social e cultural têm implicada é pela implantação trabalhada, seleccionando os pontos dominantes da paisagem para a demarcar.

"Por necessidade de afirmação, de domínio ou marca territorial, trabalha a escala e é na dimensão e na implantação que assume, como objecto na paisagem construída ou natural, os seus mais expressivos valores formais. E assim se transforma de arquitectura em elemento de composição urbana, salientando, na racionalidade e uniformidade da arquitectura civil, a natureza do edifício singular."[219]

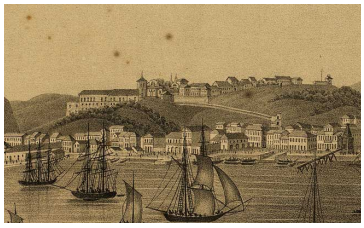
É que se os promontórios e os morros são por excelência os ponto notáveis da morfologia do território, no traçado ocupam esta função referencial os edifícios de natureza colectiva.

[219] Alves Costa, *Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p. 12



a

b



c



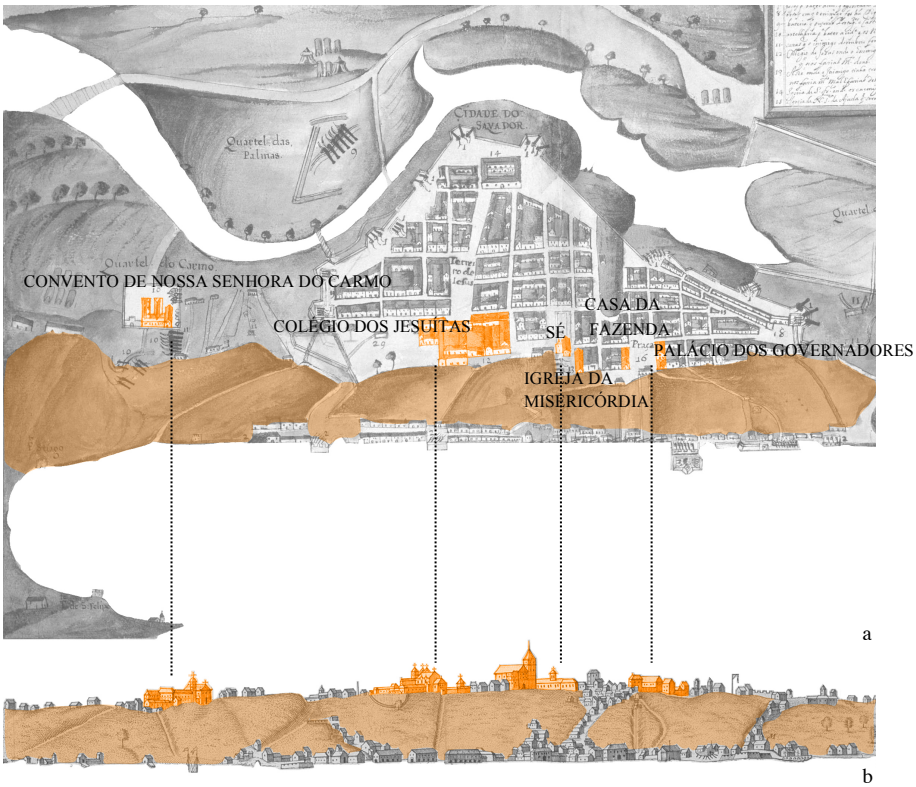
d



e

074

A implantação dos edifícios colectivos em posição dominante na paisagem
074 | Rio de Janeiro a) planta b) vista c) Vista do colégio dos Jesuítas d) Vista do Largo do Chafariz com Convento de Santo António ao fundo e) Vista do convento de São Bento





c



d

075

A implantação dos edifícios colectivos em posição dominante na paisagem
075 | Salvador a) planta b) vista c) vista para o Convento de Nossa Senhora do Carmo d) vista do Terreiro de Jesus com Colégio dos Jesuítas ao fundo



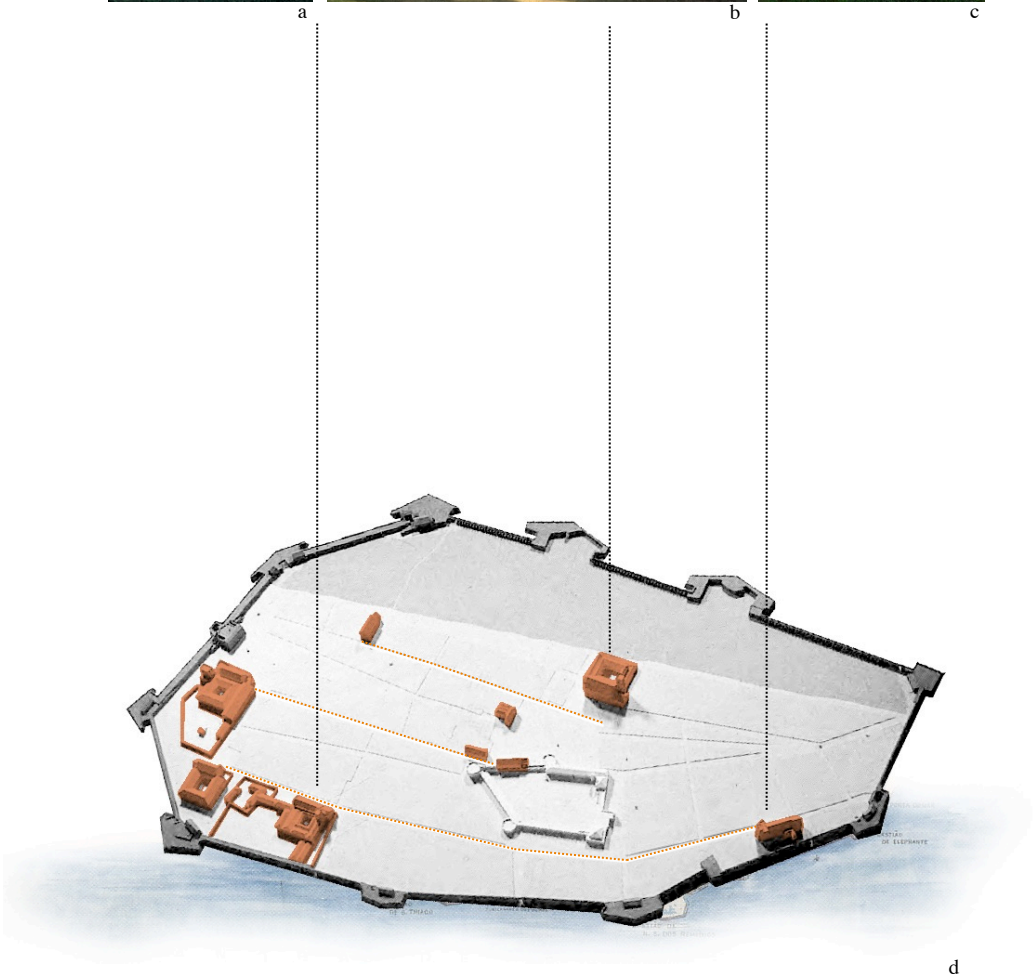
a



b



c



d

076

O cordeamento das ruas em função dos edifícios colectivos
076 | Baçaim a) Igreja do Santo Nome de Jesus b) Convento Dominicano de São Gonçalo c) Igreja de São José d) Maquete

Se ambos justapostos, os últimos têm a sua distinção de imediato garantida. Era este o princípio da implantação dos elementos geradores do traçado da cidade portuguesa. Há um substrato que entende no território a capacidade de produção de significado muito à semelhança daquilo que acredita o melhor traço das cidades mediterrânicas, a capacidade singular de os destacar da paisagem e proporcionar pelo percurso que lhes acede a sua suprema magnificiência.

É este o princípio que explica o despontar recorrente de edifícios singulares nos diversos perfis das cidades portuguesas.

E este modo particular de implantar os edifícios singulares em estreita articulação com o território, não quis a cidade portuguesa perder com a crescente adopção de traçados de modelo pré-concebido. É agora pela posição dominante que ocupam na lógica do traçado, devolvido ou resgatado o sentido priviligiado no edifício. Seja estruturando praças, daí as *praças novas*, seja colocando-os na convergência de eixos principais, valorizando o seu desenho arquitectónico ou ainda sempre que possível optando pelo método antigo, que nunca perdeu. Note-se, Baçaim em que se torna evidente a intencionalidade no cordeamento das ruas em função das frontarias dos principais edifícios ou Salvador, onde ao destacamento que a abertura de praças lhes confere soma-se a notabilidade que assumem na paisagem, ocupando preferencialmente a primeira linha da encosta.

De facto, só após a identificação da posição destes edifícios na cidade portuguesa se conseguem estabelecer os fundamentos para o seu traçado. Aquilo que à partida parece aleatório, ganha outro sentido. Pois se na construção urbana são estabelecidas hierarquias e eleitos referenciais, no sentido da mais estreita relação entre o todo e a parte, sendo a cidade tanto mais integrada e ordenada quanto mais inteligíveis as valorações das relações que institui, terá sempre que ser pelo edifício colectivo que estas se detectam na cidade portuguesa.

A referenciação topográfica do traçado

> "As cidades fundadas pelos Portugueses na América do Sul, ou na Índia, ou não importa aonde, engastam-se em sítios amáveis e inexpugnáveis. O que se vai construindo convive estreitamente com a Natureza. A sua geometria simples é um complemento rigoroso, dependente e transformador."[220]

Esta atracção por *lugares amáveis e inexpugnáveis,* que na historiografia passou por *lugares inadequados*[221]*,* pois parecem sempre impeditivos ou perturbadores para a aplicação do modelo de base euclidiana, tem implicadas estratégias de desenho que partem, necessariamente, do reconhecimento hierárquico da estrutura natural do território, que adquire um valor em função da própria capacidade transitável, da tendência direccional e da capacidade de agregação.

Como notou Manuel C. Teixeira, "Em todas as situações há sempre a preocupação de marcar e de valorizar as particularidades topográficas e locacionais de cada lugar."[222] E assim, o acidente, o irregular, o assimétrico não são obstáculos. São enfiamentos, direcções, alinhamentos, referências que à lógica do traçado acrescentam distinção. Eram estas as coordenadas seguras que permitiam à cidade portuguesa uma adaptação o mais lógica e racional, em resposta a uma implantação muito comprometida topograficamente. Não por arcaísmo. Dir-se-ia, antes, um quase *incrustar* da cidade em sítios já, naturalmente, limitados e estruturados. Não se acredite que fosse por desconhecimento das capacidades, à partida, menos limitativas dos sítios planos que não se optava por eles. Na Índia foi a cidade portuguesa *obrigada* a testá-los. Mas não o quis replicado onde teve oportunidade ou antes a liberdade de opção, como nas Ilhas e no Brasil. Houve sempre a procura por elementos na morfologia do território que potenciem sem *esforço destrutivo* as funções inerentes à cidade.

O mar era o limite e a porta. O rio que ao lado desagua, o caminho para o interior, as águas sadias, os terrenos fertéis, um outro limite. O morro que se alonga e sublima no mar, as ilhas que em frente se dispersam, o olhar dianteiro que protege o porto e a cidade. As águas fundas e a curvatura da baía, o porto natural. As colinas que ladeiam a cidade, a retaguarda protegida. Os promontórios, o lugar de referência. A linha de cumeada, de vale e de encosta, o percurso já desenhado.

---

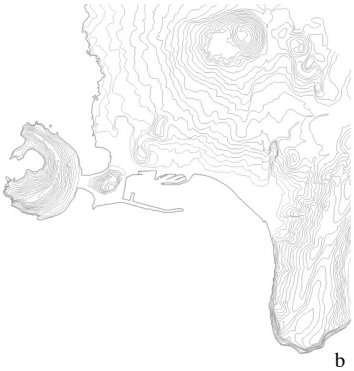
[220] Álvaro Siza Vieira, *Através de desenhos urbanos, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 559-561, p. 559

[221] "E o faziam tão sem cuidado que quase todas as nossas vilas inauguradas nos séculos XVI e XVII foram postas pelos seus fundadores em sítios inadequados;" Nelson Omegna, *A Cidade Colonial*, Brasília: Ebrasa;INL, 1971, p.10

[222] Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999, p.216



a



b



c

077



078

077 | Horta a) Esquema da relação da topografia com o traçado b) a topografia c) o traçado
078 | Vista da cidade da Horta

Siza Vieira assim o resumiu, "O gesto português é mais brando mas igualmente definitivo. Menos construir tudo: o que a Natureza dá não precisa de ser feito." [223]

Assim, da observação dos traçados da cidade portuguesa, permite-se uma compreensão quase directa e imediata da morfologia do território base, porque quer tenha ou não um plano pré-concebido - mas evidentemente mais acentuado na última -, a cidade portuguesa entende o território enquanto substrato material referencial, cujas estruturas físicas, como sejam as da orografia, hidrografia, topografia ou decorrentes da acção humana, desde a sua selecção, à sua leitura e transformação, podem regular e condicionar os traçados urbanos, no sentido da sua melhor conformação.

"O urbanismo português caracteriza-se, sobretudo, pela inteligência do lugar, da escolha ao desenho, numa compatibilização única de organicidade e de racionalidade, do entendimento da paisagem e da funcionalidade urbana."[224]

Se mais lógico adaptar a rua direita à curvatura da baía, como nas ilhas, porque não? Se mais confortável, porque segundo o princípio, percorrer a menor distância usando a menor pendente, desenhar as ruas, porque não[225]? Se colocar a muralha num ponto estratégico, de forma a ser continuada pelos morros que a morfologia do território oferece, como no Rio de Janeiro, porque não? Se mais fácil o desenho da muralha seguindo a mesma linha de cota, ainda que isso implique um desenho irregular, como em Salvador, porque não? Se mais fácil desenhar uma rua recta porque o lugar é plano, como no planalto de Salvador ou em Damão, porque não? Se a inflexão das linhas naturais torna difícil a edificação, porque não estruturar uma praça?

Cruze-se a topografia dos sítios onde as cidades portuguesas se implantaram com o seu traçado e de imediato se revela este sentido expedito na construção. Como contraponto ao plano totalizante, o processo de concepção da cidade portuguesa resulta assim de um equilíbrio prudente entre os fundamentos do modelo e o potencial detectado no território, no sentido da mais racional, ou mantendo a tradição, *pragmática*, composição. Não tão longe quanto o *menosprezo pela regra geral,* antes perto do senso da eficiência. Um primeiro *percorrer e sentir* para depois *pensar e agir*. Não se contrariam as linhas previamente desenhadas. Adapta-se o modelo teórico à realidade concreta, sofrendo as distorções necessárias e sem pesar o remorso da linha recta perdida, se for caso.

---

[223] Álvaro Siza Vieira, *Através de desenhos urbanos, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 559-561, p. 559

[224] Alexandre Alves Costa, *Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p.13

[225] "Isto é, as ruas tinham de ser *tortas*, na sua projecção plana, para poderem ser *direitas* no seu perfil" Manuel C. Teixeira, (coord.) *A Construção da Cidade Brasileira*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.31

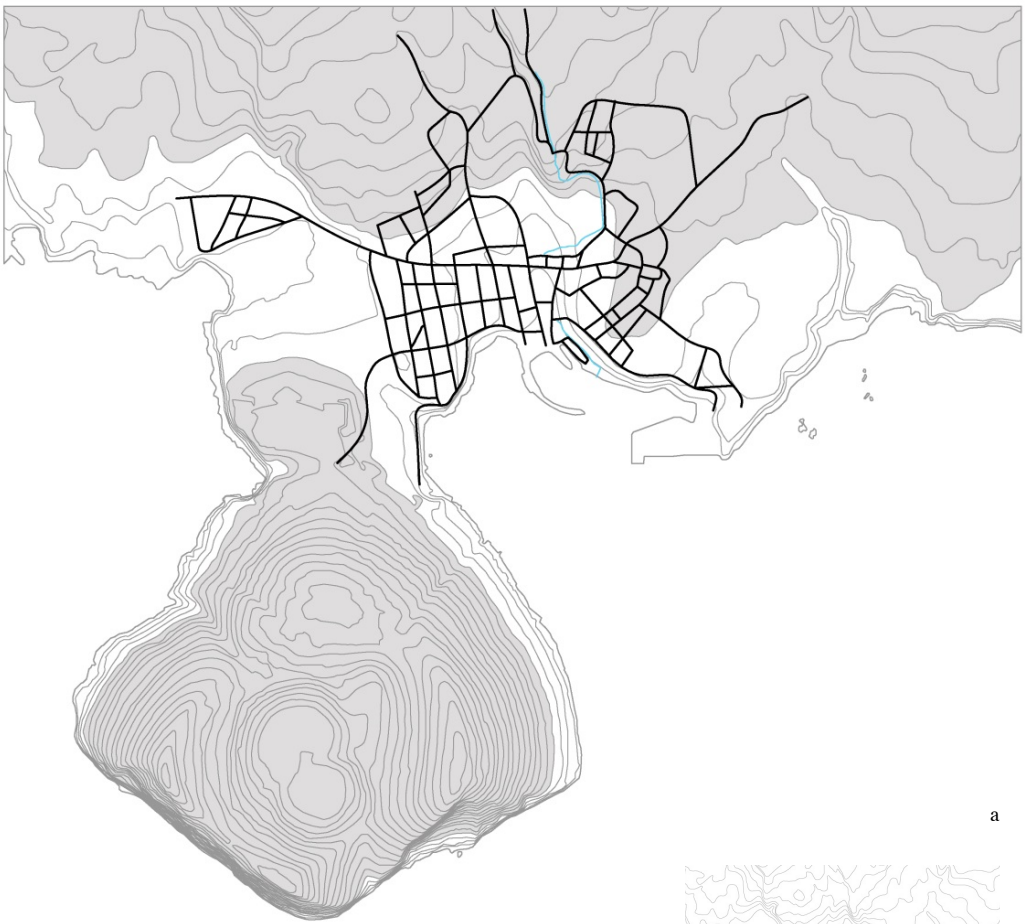


079

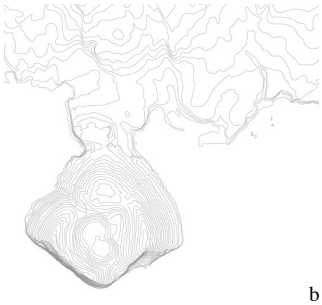
"Colocados no centro da baía de Angra, os passageiros do Seamew podiam contemplar um dos mais admiráveis panoramas com que a terra-mãe alegra o olhar dos seus filhos. Por detrás deles o vasto mar, semeado de quatro ilhéus, os Frades e as Cabras; à direita e à esquerda, rochedos negros e ameaçadores baixando de um e outro lado, como que para formar uma cama imensa onde a cidade de Angra se estendia harmoniosamente. Flanqueada pelos seus fortes, ao norte e ao sul, elevada em anfiteatro aos raios do dia que morria, as suas casas brancas, os campanários com as suas cúpulas. Mais longe, servindo de moldura ao quadro, elevam-se colinas, esmaltadas de quintas, laranjeiras e vinhas, em escada suave até ao campo verdejante e fecundo que coroava os últimos cumes. (...) Encostados à balaustrada do spardeck, os passageiros admiravam este espectáculo, apenas inferior ao que oferece a baía de Nápoles pelas suas maiores dimensões..."

Júlio Verne *cit. in* Álvaro Monjardino, *Vinte anos no Património Mundial*, Centro Cultural e de Congressos, Angra do Heroísmo, 2003-12-13, p.9

079 | Vista aérea de Angra do Heroísmo



a



b



c



081

080

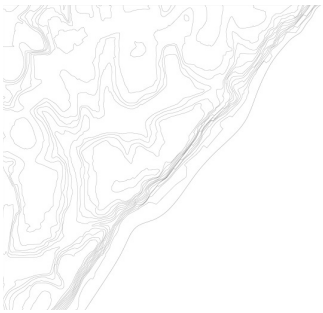
080 | Angra do Heroísmo a) Esquema da relação da topografia com o traçado b) a topografia c) o traçado
081 | Planta de Angra do Heroísmo



a



b



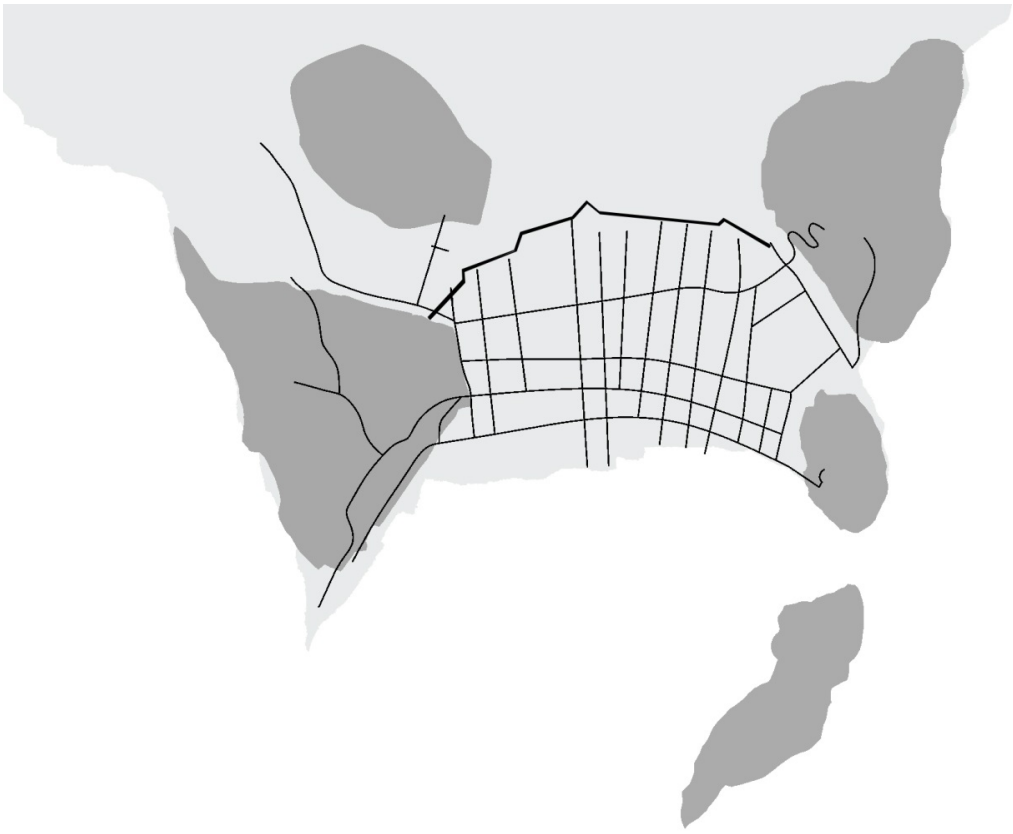
c

082



083

082 | Salvador a) Esquema da relação da topografia com o traçado b) o traçado c) a topografia
083 | Vista da cidade de Salvador



084



085

"Os portugueses trouxeram regras claras... no que diferiam foi na escolha dos sítios... Rio e Salvador são para ninguém botar defeito em matéria de bom aproveitamento de um suporte físico completo."

Carlos Nelson, *cit*. *In* Alexandre Alves Costa, *Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p.13

084 | Rio de Janeiro, esquema da relação da topografia com o traçado
085 | Detalhe de *Explication Du Plan de Rio Janeiro*



086

086 | Detalhe do *Mapa Da Comarca Do Sabará*

E este sentido que o traçado lega ao território, que por vezes, parece redundar, na historiografia, tão só, numa práxis um tanto contingente – porque as geografias também o são -, é, porém, teorizado com autoridade relevante.

O Regimento de Tomé de Souza, do século XVI, que dispõe os princípios, note-se para a fundação de uma capital, Salvador da Baía, apela ao sentido de *conformidade* que deve presidir entre as traças e amostras e o lugar:

"(...) no sítio que vós melhor parecer ordenareis que se faça uma fortaleça da grandura e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes conformando-vos com as traças e amostras que levais praticando com os oficiais que para isso lá mando e com quaisquer outras pessoas que o bem entendam (...)"[226]

No século XVII, aquele que é considerado o primeiro tratado urbano português, *O Methodo Lusitanico* de Serrão Pimentel, invoca *o ajustamento* último a que ao terreno a planta deverá responder.

"o Engenheiro deve proceder com juízo, & boa consideraçaõ, tomando as medidas, & tirãdo a Planta, para que no papel veja primeiro como hem um espelho a representação de toda a obra (...) antes que se risque esta no terreno; onde outra vez se deve considerar tudo com mais particular attenção, melhorandole o que não parecer bem ajustado"[227]

E na Dissertação sobre a Renovação da Cidade de Lisboa, Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino em 1754, que coordenou a reconstrução da cidade de Lisboa, sobre o traçado das novas ruas da cidade, adverte sobre a precedência da demarcação no terreno sobre a planta ideada.

"Advertindo q. p.ª esta innovação de ruas he mais proprio o balizam.to e demarcação sobre o terreno aq. se deve seguir a planta p.ª memoria, doq. fazer pr.º a planta ideada p.ª a demarcação do terreno".[228]

A partir daqui podemos construir uma leitura de continuidade que ao longo dos séculos, tomou o território como importante instrumento de desenho. Uma equação ou um modo de fazer sedimentado no tempo, onde sempre o expedito e o instruído conviveram pacificamente, muito à semelhança daquilo que julgo fazer passar a imagem que coloca em confronto o Índio e o Fidalgo.

Uma alegoria das duas vertentes que pautam a cidade portuguesa. O gesto regular e de substracto intelectual, que decorre da tradição romana e o olhar sensível à circunstância que deriva da tradição mediterrânica. Assim convive estreitamente a rua que o plano desenhou com aquela que o território tem naturalmente definida. O edifício que recebe a

[226] Regimento de Tomé de Souza *cit. in* Paulo F. Santos, *Formação de cidades no Brasil Colonial,* Coimbra : Universidade, 1968, p.39
[227] Luis Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificacoens das Praças Regulares & Irregulares, Fortes de Campanha, e outras Obras Pertencentes a Architectura Militar*. Facsímile da edição de Lisboa: Na Impressão de António Craesbeeck de Mello Impressor de S. Alteza, 1680. Lisboa: Direcção da Arma da Engenharia/ Direcção do Serviço de Fortificação e Obras do Exército, 1993, pp. 321
[228] Manuel da Maya, *1ª Dissertação sobre a Renovação da Cidade de Lisboa por Manoel da Maya, Engenheirº mor do R.no,* in Christovem Ayres, *Manuel da Maya e os Engenheiros Militares Portugueses no Terramoto de 1755,* Lisboa, 1910, p.39

distinção em função da sua implantação e aquele que o plano destaca. A praça que a inflexão das linhas do território ditou e aquela que o plano estruturou. Da síntese final revelam-se as vantagens que muito bem explicitou Maria João Rodrigues:

"(...) a construção da cidade, no caso presente, corresponde a uma atitude mental de substrato erudito mas que se revela por exigência pragmática relacionada com empirismos, o que confere às soluções adoptadas polivalências que substituem o princípio de urbanidade num sistema aberto que permite a inclusão de elementos estruturais autóctones. Ora este princípio é estabelecido com rigor nas cidades coloniais portuguesas que, na ausência de um plano director estrito, optam por fórmulas simples, articulações de circunstância na busca instintiva de uma certa racionalidade mais prática do que especulativa e que se revela no acto voluntário de fazer corresponder ao espaço tornado urbano uma organização próxima da própria vida." [229]

Em paralelo, revela-se e fundamenta-se, a individualidade multiforme da expressão da cidade portuguesa. Ou como, Alves Costa prefere a "polémica expressão de uma complexa multiplicidade"[230]. O pressuposto que negava o reconhecimento de uma identidade é afinal a sua tonalidade mais específica. Pois passam as invariantes mais pelo processo do que pelas formas. Um processo, em que plano, construção e evolução se diluem. E uma forma que decorre da forma do território. Por razões daí decorrentes e porque nunca se repetem as formas do território, as estruturas urbanas portuguesas, consagraram formas cuja leitura uniformizável, dificilmente se apreende no imediato da sua aparência. Mas assim supera o modelo repetível e garante a autonomia da sua expressão.

Porém, no fim, recordando que *quanto mais recuamos na história maior é o compromisso da cidade com o território,* quanto a mim, a cidade portuguesa não será excepção. O fundamental é a partir deste modelo que se viu a este tempo depurado na sua melhor forma, avaliar as tendências da sua evolução e daí e demais, ordenar o território.

Fazer a cidade portuguesa.

[229] Maria João Madeira Rodrigues, *Olinda e Recife – Uma situação de bipolaridade no Urbanismo Colonial Português*, in Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, 3ª série, nº1, Lisboa, 1979
[230] Alves Costa, *Nós somos da Póvoa de Varzim* in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009, p.87

CONCLUSÃO

"Todo o começo é involuntário."[231]

E todo o fim é um novo pressuposto de partida. É esta a convicção que marca este momento final de reflexão. Pois a originalidade, a universalidade e sobretudo a *vitalidade* do projecto urbano português insuflam a vontade de *por aqui* ficar e a *novos portos* chegar.

Por agora, àqueles que se aportou, situam uma cultura urbana que se superou na permanente conciliação de valores, aparentemente, contraditórios, que a contenda da sua *história* revela logo numa primeira instância. E que depois na *alta* e na *baixa*, na *de cima* e na *de baixo*, na *cívica* e na *religiosa*, na *mediterrânica* e na *romana*, no *plano* e no *território*, *cá* e *lá,* se foi declarando e compondo como unidade.

Num projecto que por se expectar marítimo, abriu a construção da cidade à acção do colono, do pedreiro, do piloto de navio, do mestre de obras, do engenheiro militar, do capitão donatário, e por isso brotado da diversidade que compõe uma cultura. Não se traçou e codificou uma cidade como *expressão* do império. Aplicou-se, antes, o *fazer como é habitual* e praticou-se o *caso a caso das circunstâncias*. E por isso manifestou-se, antes, como *extensão* da cidade portuguesa.

Deixou-se permeável à acção de todos, articulando o expedito e o instruído e sintetizando aquilo que havia sido riscado, cruzado, sobreposto, renovado. Numa história, que contada na periferia do velho continente, lhe recusou *o ab initio* como princípio, logo com os romanos e que continuado, legou sentido à definição maior, da *arte portuguesa* dita por Rio-Carvalho, "(...) o querer conservar e querer inovar, e o querer conciliar estas tendências está na base da grande originalidade da arte portuguesa."[232]

Mas exigiu o projecto, um novo sentido, porque era de vulto a tarefa, e o momento, em todos os domínios do pensamento e acção, da *cidade*. Cada vez mais política, humanista e racional, *moderna*. Era, afinal, agora a face de um poder que à escala intercontinental se cumpria. Um movimento em que a *graça real* fazia a cidade. E nunca mais sem uma base teórica a presidir à sua formulação. Até hoje. Fundou-se a teoria do urbanismo. E aqui lembra-se a Trude de Italo Calvino, pois pode a este tempo, quando as relações distantes tornadas próximas, e com a imprensa - antes do google -, ter-se feito veloz.

[231] Fernando Pessoa

[232] Manuel Rio-Carvalho cit.in José Manuel Fernandes, *Constantes e Características da Arquitectura Portuguesa* in AAVV, *Teoria e Crítica da Arquitectura do Século XX, (*coord.) José Manuel Rodrigues, Lisboa: Ordem dos Arquitectos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, pp 1003-1006, p.1004

De Portugal, saiu medieval, fazendo das ilhas atlânticas o seu *último representante europeu* e onde foram *Adão e Eva* os primeiros naturais, nomeando a jeito, a experiência inaugural que viviam. E, sem riscos traçados, fora ali a folha de esquiço do seu modelo na expansão.

Pois tão bem estava nas rotas cada vez mais cruzadas. Para a Índia, onde não aguardava o mítico *Prestes João* e a cidade custava a construir. Era ali preciso afirmar poder e a cidade saber defender, abrindo-se, assim, à tratadística renascentista. À teoria da fortificação, que concedeu ao engenheiro militar o papel de *funcionário do urbanismo* português.

E o Brasil, onde passados trinta anos enquanto praticamente só *terra,* foi fundar Salvador, a cidade capital que teve as primeiras traças e amostras do universo urbanístico português, e ser a síntese dos princípios mais perenes da sua cultura urbana.

Pelo caminho foi-se *ancorando* como *caranguejo*. Como gostava. Junto ao mar, o mesmo que a havia desligado do corpo ibérico e feito autónoma.

Levou consigo a *rua direita*, de Alegrete, Monsaraz, Redondo e daquela experiência, que nomeando, por Afonso III e D. Dinis e pela primeira vez, como *portuguesa* a cidade, havia definido a rede urbana que dilata até hoje. O episódio, que com idênticos propósitos de ocupar e defender um território aos mouros conquistado, proviu à experiência da expansão o seu estágio. Ou prolongamento de "(...) uma nação que mal se constituira desde logo vai buscar fora de si o complemento de espaço e uma possibilidade de actividades que dentro dela não encontra..."[233], como pensou Vitorino Magalhães Godinho.

Mas ousada na designação do seu eixo estruturador, o seu fórum tão *pragamaticamente* condensado numa linha, e que foi nas ilhas tão vigorosamente riscado, a cidade portuguesa exportou também o anátema para o julgamento ironizado do seu traçado[234], que nem sempre foi *direito*. Se por direito, se entende a linha recta precisa. Foi ficando cada vez mais, é certo. Cedendo o traço à racionalidade que o espírito científico em ebulição difundia e ao qual estava atenta, senão na dianteira disciplinar. Não era o domínio marítimo um feito sem exigência científica no domínio da matemática ou geometria.

E compõe, assim, um novo rosto, pelas mãos de D. Manuel, que com a *praça nova* ousa uma nova dinâmica. Mais *formosa* queria a cidade. E *nova,* a praça era mesmo. Como

[233] Vitorino Magalhães Godinho, *cit. in* José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia : evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII,* Porto : Faup Publicações, 1996, p.66

[234] "Suas ruas, ironicamente chamadas *direitas*, eram tortas e cheias de altos e baixos, (...)" Robert Smith, 1954, cit. *in* Paulo Ormindo de Azevedo, *Urbanismo de Traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens,*1990, *in* AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa : CNCDP, p.41

espaço funcional e formalmente desenhado. A praça na cidade portuguesa, é *o terreiro, o largo, o rossio, o adro*. Uma multiplicação e descentralização do espaço público.

Depois, na diligência da acção, afina a sua formosura. À linearidade inicial articula a tendência reticulada, presidida pela ordem do plano. E até desenha *Damão,* tão estranhamente insólito, quando não cede facilmente a cidade portuguesa à aplicação mimética do modelo abstracto. Porque a fundamental cláusula dos seus planos era o *pouco mais ou menos*[235] no concreto das circunstâncias avaliado. E foi, enfim, este sempre o estorvo para o seu entendimento.

Aquele que foi o argumento de autoridade - embriagado pelo esquadro e estirador -, para a um tempo a definir, o *desleixo*, resvalou na desconsideração da sua cultura urbana. Que *desejou ser grega*, quando teve também que ser romana. E assim, foi ambas. Deixou os gregos, fenícios, cartaginenses, mouros ceder o traço às linhas do território e o *olhar* ao edifício colectivo. E aos romanos e ao poder, sempre romano quando age, ceder o traço à ordem geométrica. Soube então construir-se na convivência pacífica de modelos distintos que cruzados afastaram a obcessão do ângulo recto.

Fazendo-se antes, *multiforme*. Porque traçada sincronicamente com o sítio. Que não se gosta horizontal. Monótono. Antes *complementar*. De um desenho que pela razão frui do que já está feito pela natureza. Dizia Alves Costa, que em Machu Picchu se havia lembrado de Portugal, pela "beleza e a força da paisagem escolhida para ser lugar e a necessidade de imposição da razão para que a humanidade não se perca"[236].

Reconduza-se o olhar para Angra, Rio de Janeiro, Lisboa ou a outrora Goa. E acredite-se. Não receia a *indústria humana portuguesa* a escarpa, o promontório como os temeram os holandeses. Foi lá afinal que o seu primeiro gesto, pois não ousemos ser só cultura urbana portuguesa a partir de 1143, se começou por cumprir com os castros. Cicatrizando, de modo indelével, aquilo que Orlando Ribeiro havia de definir por *atracção pelos lugares inexpugnáveis.* E *amáveis*, como acrescentou Siza.

Neles escolheu os pontos topograficamente dominantes para implantar os *belos edifícos e templos,* aqueles que elegeu como elemento estruturador do seu traçado. Foi por eles fundamentado o carácter polinucleado da cidade portuguesa, porque sempre orienta o

---

[235] "Na tentativa de desvendar a especificidade desta enigmática família, tão diferente e tão igual, da arquitectura e da cidade portuguesas encontrei-me com um facto histórico elucidativo que aproveito para contar. No *Regimento a Pêro Vaaz que vay a Alcácer fazer as obras d'Alcacer*, de 22 de Junho de 1502 escreve-se: *E no cabo della se façam dous cubellos redondos que subam sobre ha altura do muro da dita coyraça quatro palmos os quaes cubellos seram vaaos e teera cada hum de vaao em larguo quimze palmos... ao pee dos ditos cubellos mandamus fazer senhos talhamares de pedraria dereitos cotra ho mar d'altura de dez palmos pouco mais ou menos..."* Alexandre Alves Costa, *Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p11

[236] Alexandre Alves Costa, *Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp 7-23, p7

percurso, desenha a praça, estrutura as malhas. E junto ao porto, naturalmente definido na baía que criteriosamente escolhe, faz-se comercial e buliça. *Alta e baixa*.

A leitura geral que se faz desta cidade, é na composição dos temas, que com diferentes ênfases se detectaram reincidentes. Pois não há uma cidade portuguesa imutável, mas sim uma cultura urbana.

Olha-se, hoje, para estas cidades. Nas ilhas, foi brando o tempo, que viu sublimado um cenário, onde quase como *poeira,* é a cidade, como disse Orlando Ribeiro. E nelas se guarda quase intacto o primeiro risco da cidade. Nem o terramoto em Angra, a cidade que guarda o primeiro plano moderno em Portugal, o fez perder. Porque afinal era *Património Mundial da Unesco*. E como foi a sua reconstrução? Quais os princípios que suportaram as opções de projecto?

Na Índia, é hoje ruínas, um percurso entre palmeiras, onde só quase despontam as muralhas que não tiveram tempo para a cidade as absorver e que guardam o gesto forte do poder naquele território. E conventos, igrejas que guardam na sua resistência, o valor do edifício colectivo na cidade portuguesa.

No Brasil, foi veloz na transformação das suas capitais, hoje grandes e extensas, que tornam *tão pequenino* o primeiro gesto. E no Rio de Janeiro, viu-se o possante morro do castelo, onde a vista era priviligiada e a cidade começou, ser desfeito. É a face da subversão quase estóica do território que hoje se faz.

Percursos tão diferentes. Estádios tão distintos. Mas os primeiros riscos em todas se mantêm.

E porque os conceitos de continuidade e contágio na construção urbana são, enfim, incindíveis da sua condição, qual o influxo das culturas urbanas cruzadas nesta diáspora, na cidade portuguesa? Que novo sentido, que alterações foram induzidas no processo de construir a cidade? Uma cultura como a oriental não pode nunca ter sido indiferente aos nossos mestres. Ou mesmo no Brasil, que espera esclarecida a cultura urbana dos Índios. São indícios que se revelam já *culturais*. Mas *como?* E *onde?*

José Manuel Fernandes a propósito de Salvador, declama esse mesmo cruzamento de modos urbanos de que a cidade portuguesa é resultado: "De longe recorda Lisboa; mas de perto, pelo relevo abrupto que opõem a alta e a baixa, é mais o Porto. Lá dentro é afinal muito África."[237]

[237] José Manuel Fernandes, *Cidades e Arquitecturas*, Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.13

É que este tipo de *aproximações,* que se toma agora consciência, poderá articular e explicar uma série "de coisas que a gente nunca soube mas que estavam lá dentro de nós"[238].

Por fim, recupera-se esta pequena contenda acerca da lírica de Camões:

"O meu amigo Vasco Graça Moura pensa que a lírica de Camões seria a mesma coisa se ele não tivesse ido à Índia e ao Oriente. Não é exactamente a minha opinião. Graça Moura tem razão numa coisa, ele não foi à Índia aprender nenhuma técnica poética; mas um homem no Renascimento não teria tido toda a visão que Camões teve do nosso relacionamento com o mundo – que é a coisa fundamental *d'Os Lusíadas* –, a partir de um pequeno país, se não tivesse de lá saído."[239]

Como eu. A *dimensão sensível* para acreditar uma cidade que por muito *concreta*, só no sítio concede o *ajustamento último*. Como todas.

Muito portuguesa? A intuição avulta na cidade que se escusa ao ar monumental e se assume pela relevância paisagística que enquadra, de gesto brando e conciliador, de sentido prático e instintivo.

A certeza, reclama outras culturas urbanas ao confronto, o seu tempo e espaço de evolução, os compromissos firmados no presente, e suplica a *viagem* de Camões.

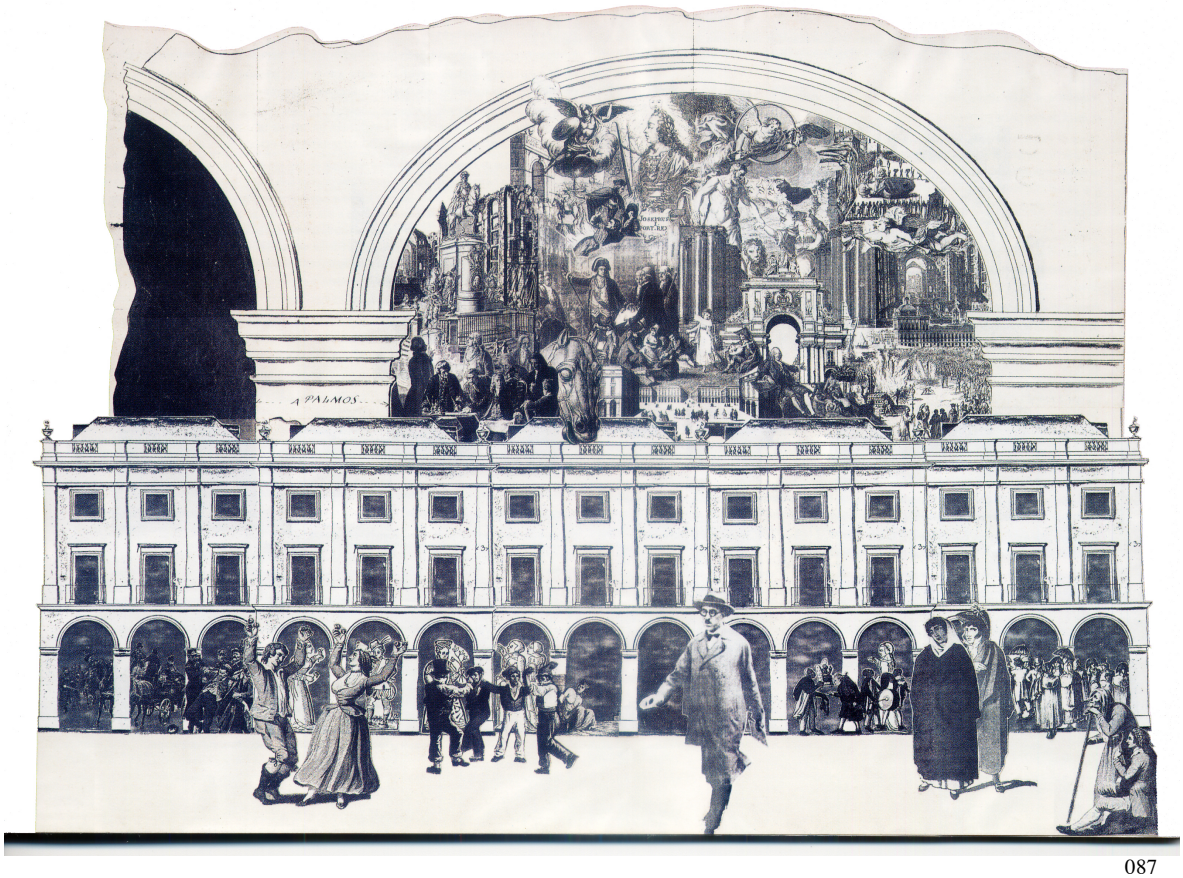
Hoje, pelo menos, percebo melhor porque sou *muito portuguesa*.

> "Quem, que seja português, pode viver a estreiteza de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé?"[240]

[238] "Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube mas que estavam lá dentro de nós" Lúcio Costa, 1929, trecho de escrito para Manuel Bandeira citado em Casa-Grande & Sanzala, de Gilberto Freyre, 1933

[239] Eduardo Lourenço, *Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império* in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português, Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009,* pp.36-48, p.38-41

[240] Fernando Pessoa



087

087 | O palimpsesto português

BIBLIOGRAFIA

AAVV, *Teoria e Crítica da Arquitectura do Século XX,* Lisboa: Ordem dos Arquitectos; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010

AAVV, *Anais do IV Seminário de História da Cidade e do urbanismo : herança, identidade e tendências da cidade Latino-americana*, Rio de Janeiro: UFRJ-PROURB, 1996

AAVV, *O imaginário da cidade,* comunicações apresentadas no colóquio "O imaginário da cidade", Lisboa : F.C.G.. ACARTE, 1989

AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa: CNCDP, 1998

AAVV, *Arquitectura popular dos Açores*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000

ABRAMS, Charles, *The language of Cities: A Glossary of Terms*, Nova Iorque: Equinox, 1971

BRUNO, Jorge A. Paulus (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2003

ALBUQUERQUE, Luís de, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses,* Lisboa: Círculo de Leitores, 1994

AMARAL, Ilídio do, *Cidades Coloniais Portuguesas: Notas Preliminares para uma Geografia Histórica*, in Revista Povos e Culturas, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 193-214

AMARAL, Joaquim Ferreira do, *Pedro Reinel me fez : à volta de um mapa dos descobrimentos*, Lisboa: Quetzal, 1995

ARAÚJO, Emanuel, *O Teatro dos Vícios. Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*, Rio deJaneiro: José Olympio, 1997

ARAÚJO, Renata Malcher de, *As Cidades da Amazónia no Século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*, Porto: Faup, 1998

ARAÚJO, Renata Malcher de, *Lisboa : a cidade e o espectáculo na época dos descobrimentos,* Lisboa: Livros Horizonte, 1990

ARGAN, Giulio Carlo, *Clássico Anticlássico*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999

ASCHER, François, *Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos : um léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010

AZEVEDO, Carlos de, *A Arte de Goa, Damão e Diu*, Lisboa, 1970

BARLAEUS, Gaspar, *História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos de Brasil*, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980

BENEVOLO, Leonardo, *A cidade e o Arquitecto*, Lisboa: Edições 70, 1998

BOCARRO, António, *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da Índia Oriental*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992. 3 vols. (a partir do manuscrito redigido no ano 1635)

BOXER, Charles R., *O Império Colonial Português (1415-1825),* Lisboa: Edições 70, 1977

BOXER, Charles R., *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965

BOXER, Charles R., *The Golden Age of Brazil: 1695-1750*. Berkeley: University of California Press, 1969

BRAZ, Henrique, *Ruas da Cidade: Notas para a Toponímia da Cidade de Angra, da Ilha Terceira e outros Escritos*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985

BRITO, Raquel Soeiro de, *A Ilha de São Miguel: Estudo Geográfico*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Centro de Estudos Geográficos, 1955

BRANDÃO, Pedro, *O Sentido da Cidade: Ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2011

CALVINO, Italo, *As Cidades Invisivéis*, Lisboa: Editorial Teorema, 1990

CAMÂRA, Teresa Bettencourt da, *Urbanismo Angrense: da Fundação Quatrocentista à Cidade do Renascimento*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989

CAMINHA, Pero Vaz de, *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, estudo introdutório e notas de Maria Paula Caetano e Neves Aguas, Mem Martins : Publicações Europa-América, [D.L.1987]

CAMPOS, Viriato, *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*, Lisboa: Europress [s.d.]

CARDOSO, Miguel Esteves, *Não estou a ser português de mais para si, pois não?,* in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009, p.25

CARITA, Helder, *Bairro Alto : tipologias e modos Arquitectónicos*, Lisboa: C.M.L., 1994.

CARITA, Rui, *As Cidades Insulares no Universo Urbanístico Português*, in Revista Arquipélago - História, Universidade dos Açores, 2ª série, vol. III, 1999, pp. 45-54

CARITA, Rui, *A Planta do Funchal na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, in *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1562) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal: Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação, 1984, pp. 47-73

CARNEIRO, António de Mariz, *Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da India*, Lisboa : Fundação Oriente, 1990

CARVALHO, Joaquim Barradas de, *O renascimento português : em busca da sua especificidade,* Lisboa : I.N.C.M., 1980

CARVALHO, Sérgio, *Cidades Medievais Portuguesas: uma introdução ao seu estudo*, Lisboa : Livros Horizonte, 1989

CHICÓ, Mário T., *A cidade ideal do Renascimento e as Cidades Portuguesas da Índia,* in Garcia de Orta: Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Lisboa: Ministério do Ultramar, número especial, 1956, pp. 319-328

CHOAY, Françoise, *A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Coimbra: Edições 70, 2008

CORREIA, João Rosado, *Fortificações Portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina : a fundação do sistema português de comunicação ultramarina : uma redescoberta da origem cultural do livro,* Monsaraz : Convento da Orada, 1998

CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África, Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto: Faup, 2008

CORREIA, Jorge, *Urbanismo*, in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Lisboa: Edições Presença, 1989, pp. 507-513

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa : IN-CM, 1987

COSTA, Alves, Mazagão=mazagan : património edificado de origem portuguesa=patrimoine edificée d'origine portugaise, Porto: Faup Publicações, 2001

COSTA, Alves, *Portugal, Cidade e Arquitectura* in Revista de História da Arte, *Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Instituto de História de Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, nº4, 2007, pp. 7-23

COSTA, Alves, *Nós somos da Póvoa de Varzim* in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009

CURRIER, Richard, *City Planning in Ancient Times*. Minneapolis, Minnesota: Lerner Publications, 1974

DELSON, Roberta Marx, *Novas Vilas para o Brasil-Colónia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*, Brasília: Alva Ciord, 1997

DIAS, Jorge, *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985

DIAS, José Sebastião da Silva, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa: Presença, 1982

DIAS, Manuel Graça, *Manual das cidades*, Lisboa: Relógio d'Água, 1986

DIAS, Manuel Graça, *O homem que gostava de cidades*, Lisboa: Relógio d'Água, 1986

DIAS, Manuel Graça, *Por Involuntário Começo*, in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009, pp.4-5

FARRINGTON, Benjamim, *A ciência grega*, São Paulo: Ibrasa, 1961

FERNANDES, José Manuel, *Cidades e casas da Macaronésia : evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII,* Porto : Faup Publicações, 1996.

FERNANDES, José Manuel, *História ilustrada da arquitectura dos Açores*, Angra do Heroísmo : Instituto açoriano de cultura, 2008

FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura e urbanismo na África Portuguesa*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005

FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura: Sínteses da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Comissariado para a Europália 91-Portugal; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

FERNANDES, José Manuel, *Cidades e arquitecturas*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999

FERNANDES, José Manuel, *Angra do Heroísmo*, Lisboa : Presença, 1989

FERNANDES, José Manuel, *O lugar da Cidade Portuguesa, in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112

FERNANDES, José Manuel, *Índia e Brasil: Para Um Estudo Comparativo das Estruturas Urbanas de Influência Portuguesa,* Lisboa: Comissariado para a Europália 91-Portugal; Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1991

FERNANDES, José Manuel, *O Funchal e o Urbanismo de Raíz Portuguesa no Atlântico – Estudo Comparativo e de Enquadramento Histórico-Estrutural*, Funchal: I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, C*apitão-donatário*, in Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, volume I, A-D, 1963

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, *Donatarias Ultramarinas*, in Dicionário de História e Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol.1, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963

FERREIRA, Tito Lívio; RODRIGUES, Manoel, *História da Civilização Brasileira: 1500-1822*, São Paulo: Gráfica Biblos Ltda., 1959

FONSECA, Luís Adão da, *Os descobrimentos e a formação do oceano Atlântico : século XIV, século XVI*, Lisboa: CNCDP, 1999

FREYRE, Gilberto, *O Mundo que o Português Criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas,* Rio de Janeiro: José Olympio, 1940

FREYRE, Gilberto, *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1983

FRUTUOSO, Doutor Gaspar, *Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1977-1987, 6 livros, 8 vols. (a partir do manuscrito redigido provavelmente entre 1582 e 1590)

GALANTAY, Erwin Y., *New towns : antiquity to the present*, Nova Iorque: George Braziller, 1975

GASPAR, Jorge, *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol. IV, nº 8, pp. 198-215

GASPAR, Jorge*, A propósito da originalidade da cidade muçulmana*, in Finisterra, vol. III, nº 5, Lisboa, 1968, pp. 19-31

GASPAR, Jorge*, Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1975, vol. X, nº 19, pp. 107-152

GASPAR, Jorge*, Do Urbanismo em Espanha e Portugal*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, *Anales de Geograifa de la Universidad Complutense,* n.015, pp. 351-360

GASPAR, Jorge*, Portugal, a terra e o homem, expressão das cidades portuguesas 1981*, in Figueira, J.; Nunes, J.; Milheiro, A.V.; Dias, M.G. (eds.) *Jornal Arquitectos 218/219 - Antologia 1981-2004*, pp. 27-31.

GIRÃO, Aristides de Amorim, *Geografia de Portugal*, Porto: Portucalense, 1949-1951

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 2008

GODINHO, Vitorino Magalhães*, Ensaios*, Lisboa: Sá da Costa, 1971

GODINHO, Vitorino Magalhães*, Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História*, in FERREIRA Maria Emília Cordeiro (coord.), *Reflexões sobre História e Cultura Portuguesa*, Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985, pp. 271-286

GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa: Presença, 2006

GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra: Ed. Darq, 2002

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *As Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 26. ed., 1995

JOHNSON, James H., *Urban Geography: An Introductory Analysis*, Oxford: Pergamon Press, 1972

KOOLHAAS, Rem, *Delirous New York,* New York: The Monacelli Press, 1994

LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000

LE CORBUSIER, *Urbanismo*, São Paulo: Martins Fontes, 2000

LIMA, Filipe de Andrade Abreu e, *A Génese da Idéia de Urbanística no Quattrocento,* VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências - vol. 3, nº1, Janeiro a Junho de 2010

LOPES, Simão A., *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, pp.344-36

LOURENÇO, Eduardo, *Ainda hoje os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do império* in Jornal Arquitectos, nº237, *Ser Português,* Ordem dos Arquitectos, Editorial JA, Out.-Dez., 2009, pp.36-48

MADEIRA, Teresa, *A cidade de São Tomé no Quadro das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa*, Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), 2012. pp. 49-71

MANTAS, Vasco Gil, *As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal*, in Povos e Culturas, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa: 1987

MARINS, Paulo César Garcez, *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, Séculos XVII a XX*, São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2001

MARQUES, Alfredo Pinheiro, *A cartografia dos descobrimentos portugueses*, Lisboa: ELO, 1994

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal quinhentista : ensaios*, Lisboa: Quetzal, 1987

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, 1992. Lisboa: Palas Editores, 2 vols., 1978

MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar, *Atlas de cidades medievais portuguesas : séculos XII-XV*, Lisboa: I.N.I.C., 1990

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Arquitectura dos Açores: Subsídios para o seu Estudo*, Horta: Direcção Regional de Turismo, 1983.

MATTOSO, José (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 3 vols, 2010

MEDEIROS, Carlos Alberto, *Portugal : esboço breve de geografia humana*, Lisboa: Terra Livre, 1976

MEDEIROS, Carlos Alberto, *Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico*, in Revista *Finisterra,* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol.IV, nº 7, pp.95-125

MINDLIN, Henrique, *Modern Architecture in Brazil*, Nova York: Reinhold Publishing Co., 1956

MILHEIRO, Ana Vaz, *A minha casa é um avião*, Lisboa: Relógio d'Água, 1986

MILHEIRO, Ana Vaz, *A construção do Brasil : relações com a cultura arquitectónica portuguesa,* Porto: Faup Publicações, 2005

MOREIRA, Rafael, *Goa em 1535 – Uma cidade manuelina*, 1995, in Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995, nº8, vol.II, pp.177-221

MUMFORD, Lewis, *A cidade na história : suas origens, desenvolvimento e perspectivas* São Paulo: Martins Fontes, 1982

NIEUHOF, Joan, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos; confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981

OLIVEIRA, Marta Maria Peters Arriscado de, *Arquitectura Portuguesa do tempo dos descobrimentos : assento de prática e conselho cerca de 1500,* Porto: FAUP, 2004

OMEGNA, Nelson, *A Cidade Colonial*, Brasília: Ebrasa; INL, 1971

PEREIRA, Paulo (dir), *História da arte portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, 1995

PIMENTEL, Luis Serrão, *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificacoens das Praças Regulares & Irregulares, Fortes de Campanha, e outras Obras Pertencentes a Architectura Militar*, Facsímile da edição de Lisboa: Na Impressão de António Craesbeeck de Mello Impressor de S. Alteza, 1680. Lisboa: Direcção da Arma da Engenharia/ Direcção do Serviço de Fortificação e Obras do Exército, 1993.

PORTAS, Nuno, *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas*, Porto: s.n., 1985

PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2007

REIS FILHO, Nestor Goulart, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil : 1500-1720*, São Paulo: Ed. Universidade, 1968

REIS FILHO, Nestor Goulart, *Notas sobre o Urbanismo no Brasil, Primeira parte: período colonial*, in Cadernos de Pesquisa do LAP, Série Urbanização e Urbanismo, nº 8, São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, 1995

REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001

REIS FILHO, Nestor Goulart, *Quadro da arquitetura no Brasil*, S. Paulo: Perspectiva, 1987

RIBEIRO, Orlando, *Geografia e Civilização : temas portugueses*, Lisboa: Livros Horizonte, [1970-1986]

RIBEIRO, Orlando, *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987

RIBEIRO, Orlando, *Originalidade da expansão portuguesa*, Lisboa: João Sá da Costa, 1994

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico : esboço de relações geográficas*, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991

RIBEIRO, Orlando, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, in Estudos de ciências políticas e sociais, nº 59, 1962, pp. 1- 213

RIBEIRO, Orlando, *Cidade,* in Dicionário da História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963

RIBEIRO, Orlando, *Sítio, Origem, Evolução e Funções de uma Cidade,* Estudos em Homenagem a Mariano Feio (coord. de Raquel Soeiro de Brito), Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1986

RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos*, vol.V - Temas Urbanos, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994

RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.), *História comparada : Portugal : Europa e o mundo : uma visão cronológica*, 2 vol., Lisboa: Temas & Debates, 1997

RODRIGUES, Maria João Madeira *Olinda e Recife – Uma situação de bipolaridade no Urbanismo Colonial Português*, in Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, 3ª série, nº1, Lisboa, 1979

ROSSA, Walter, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa : CNCDP, 1997

ROSSA, Walter, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra: Almedina, 2002

ROSSA, Walter, *A cidade portuguesa*, in História da Arte Portuguesa, 3 vols., Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol.III, pp. 233-323

ROSSA, Walter, *Relatório da unidade curricular desconstrução da cidade portuguesa urbanização e conceito,* Universdade de Coimbra, Fevereiro de 2012

ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Cosmos, 2001,

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992

SALVADOR, Frei Vicente do *História do Brasil (1500-1627),* São Paulo: Melhoramentos, 1954

SANTOS, João Marinho dos, *Os Portugueses em Viagem pelo Mundo: Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1996

SANTOS, Carlos Nelson F. Dos, *A Cidade como um Jogo de Cartas*, São Paulo: Projecto Editores, 1988

SANTOS, José A. *Regionalização. Processo histórico*, Lisboa: Horizonte, 1985

SANTOS, Paulo F., *Formação de cidades no Brasil Colonial,* Coimbra: Universidade, 1968

SENNETT, Richard, *La conciencia del ojo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977

SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, 1956

SILVA, José Custódio Vieira da, *História, Cidades e Urbanismo, algumas reflexões* in Jornal Arquitectos, nº 218-219 (Antologia 1981 – 2004), Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Jan.-Jun. 2005, pp. 99-102

SIZA VIEIRA, Álvaro, *01 Textos*, (ed. Carlos Morais), Porto: Civilização Ed., 2009

SIZA VIEIRA, Álvaro, *Álvaro Siza: uma questão de medida,* Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009

SIZA VIEIRA, Álvaro, *Através de desenhos urbanos,in Povos e Culturas,* Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 559-561

SMITH, Robert C., *The Art of Portugal: 1500-1800*. Nova Iorque: The Meredith Press, 1968

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, Porto: FAUP Publicações, 1996

TEIXEIRA, Manuel C. e Margarida Valla,*O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999

TEIXEIRA, Manuel C., (coord.) *A Praça na Cidade Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001

TEIXEIRA, Manuel C., (coord.) *A Construção da Cidade Brasileira*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004

TEIXEIRA, Manuel C., *Leitura dos Espaços Públicos na Cartografia Urbana Histórica*, Porto; Lisboa: Universidade do Porto, Arquivo Digital de Cartografia Urbana, 2011

TEIXEIRA, Manuel C., *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa*, São Paulo: Editora UNESP, 2012

TEIXEIRA, Manuel C., *Aprender a Cidade Portuguesa*, Lisboa, 2002

TEIXEIRA, Manuel C., *Desenhar a Cidade Portuguesa*, 4 vols, Lisboa, 2002

TEIXEIRA, Manuel C., *Traçados Urbanos Portugueses, Simbiose de Culturas*, in *Espaços e Paisagens, Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*, Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 279 - 288

TEIXEIRA, Manuel C., *A história urbana em Portugal. desenvolvimentos recentes*. Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. 28, nº XXVIII (121), 1993, pp. 371-39

TELKAMP, Robert J. Ross, Gerard J., *Colonial Cities,* Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1985, pp.1-6

THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa: Difel, 1994

VITRÚVIO, *Tratado de Arquitectura,* trad. M. Justino Maciel, Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2006

Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitanias, e mais cargos que nelas ha, e da importância deles in Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953, vol.XXI, pp. 1-144

SÍTIOS NA INTERNET:

Património de Influência Portuguesa – Fundação Calouste Gulbenkian
http://www.hpip.org

Imagens do Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa – Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitectura- ISCTE
http://nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/abertura.htm

Inventário do Património Imóvel dos Açores – Instituto Açoreano de Cultura
http://www.inventario.iacultura.pt

Biblioteca Nacional Portuguesa – Secretário de Estado da Cultura
http://www.bnportugal.pt

Biblioteca Nacional Digital do Brasil – Fundação da Biblioteca Nacional
http://bndigital.bn.br

Fortificações no Mundo – Universidade Federal de Santa Catarina
http://fortalezas.org

LISTA DE FIGURAS

001| *Mappa Da Comarca Do Serro-Frio*, ROCHA, José Joaquim da, 1778, Acervo do Arquivo do Exército do Rio de Janeiro, http://www.scielo.br/img/revistas/anaismp/v17n2/09f05.gif **002|** *Nowel Amsterdam en Lamerique 1672*, JOLLAIN, Gérard, 1672, Biblioteca Pública de Boston, http://maps.bpl.org/id/10099 **003|** *Olissippo Quae Nunc Lisboa...*, BRAUN, Georg, s.d., (*Plano de Lisboa do Século XVI, segundo a gravura do Theatrum Urbium de J. Braunio*), Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/22208 **004|** FERLENGA, Alberto, *Aldo Rossi: tutte le opere*, Milão: Electa, 2000, pág.72 **005|** *La Ville de St. SALVADOR*…, a.d., [1631], *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p.28 **006|** Salvador, Google Earth, 2013 **007|** *Villas Florentinas*, KLEE, Paul, 1926, http://tallerdeencuentros.blogspot.pt/2010/07/las-ciudades-en-el-arte.html
008| ©ce.eaum, http://mdc.arq.br/2013/02/13/extramuros-de-guimaraes/f07-guimaraes-toural-ce-eaum/ **009|** © OUR PLACE The World Heritage Collection, MASON, Geoff, 2006, http://whc.unesco.org/en/list/124/gallery/ **(a)** *Planta Da Cidade De Ouro-Preto*, a.d., [1888], *in* Queiroz, Maria da Graça Soto, *Ouro Preto: Minas Gerais: imagens*, Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2008, p.4 **010|** © Lyssuel Calvet, 2010, http://whc.unesco.org/en/list/189/gallery/ **(a)** *Pascaert van de ghelegentheyt van Parnambuc*, GERRITSZ, Hessel, [163-], http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart527454.jpg **011|** © Fr Antunes, 2007, http://whc.unesco.org/en/list/206/gallery/ **(a)** *Planta Da Cidade D'angra Do Heroismo / Ilha Terceira*, FREITAS, João Baptista Amorim, 1870, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/1399 **012|** Localização do Património Mundial de Origem Portuguesa, http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/ **013|** © UNESCO, BANDARIN, Francesco, 2007, http://whc.unesco.org/en/list/309/gallery/ **(a)** *Geografica Topografica da Cidade Capital de S. Salvador Bahia de todos os Santos*…, GALEÃO, José Gonçalvez, 1785, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 43 **014|** © M & G Therin-Weise, 2007, http://whc.unesco.org/en/list/334/gallery/ **015|** © UNESCO, BANDARIN, Francesco, 2007, http://whc.unesco.org/en/list/234/gallery/ **(a)** *Plan De Goa*, a.d., s.d., *in* PREVOST D'EXILES, Antoine François (1697-1763), *Histoire générale des Voyages, ou Nouvelle Collection de toutes les Relations de Voyages par Mer et par Terre, qui ont été publiées […] Avec les mœurs et les usages des habitans, leur Religion, leur Gouvernement, leurs Arts et leurs Sciences, leur Commerce et leurs Manufactures; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne […]*, Paris: Didot, 1746-1789. http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=723 **016|** © UNESCO, ELOUNDOU ASSOMO, Lazare, 2006, http://whc.unesco.org/en/list/599/gallery/ **(a)** *Carta Topografica Da Ilha De Mossambique*…, BRITTO, Gregorio Thaumaturgo de, 1754, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **017|** © M & G Therin-Weise, 2006, http://whc.unesco.org/en/list/890/gallery/ **(a)** *Planta Do Arraial Do Tejuco*, a.d., s.d., http:/www.cedope.ufpr.br/jose_couto.htm **018|** Casario, http:/www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/128 **(a)** *Planta de Villa Boa Capital da Capitania g.al de Goyás, Levantada no ano de 1782*…, MENEZES, Luis da Cunha, 1782, Arquivo Histórico Ultramarino, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 240 **019|** Localização do Património Mundial de Origem Portuguesa, http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/ **020|** © OUR PLACE The World Heritage Collection, 2008, http://whc.unesco.org/en/list/1058/gallery/ **(a)** *Mazagaõ*, SILVA, Inácio António da, 1802, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **021|** Catedral de S. Paulo, http:/www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/133 **(a)** *Platte Grond vande Stadt Macao*, [Valentim], 1665, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **022|** © CRATerre-ENSAG, MORISET, Sébastien, 2007, http:/whc.unesco.org/en/list/1310/gallery **(a)** *Planta da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Cabo Verde, com as suas Fortificaçoens, e o estado delas e da sua artilharia*, ANDREA, António Carlos, 1769, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/geografica3.htm **023|** Desenhos de Zevi em *II Linguaggio Moderno dell Architettura*, *in* LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000, p.165 **024|** Esquema de localização das cidades de origem portuguesa no mundo segundo Mapas I a VI *in* SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa: 1956 **025| (a)** *Plano de la Ciudad de México dividida en quarteles*, a.d., 1782, *in* ROJAS, Javier Aguilera, REXACH, Luis J. Moreno, *Urbanismo Español en America*, Madrid: Editora Nacional, 1973, p. 83 **(b)** *Plano Scenographico de la Ciudad de los Reyes o Lima*…, a.d., [1748], Biblioteca Nacional de Espanha, http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=2150394&custom_att_2=simple_viewer **026| (a)** *Carta Topographica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeyro*…, FIGUEIRA, André Vaz, 1750, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 169 **(b)** *Pranta, Da Çídade D. Salvador Na Bahia De Todos Os Santos*, ALBERNAZ I., João Teixeira, 1616, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 16 **027|** http://mochilaotrips.com/rio-de-janeiro-cidade-maravilhosa/ **028|** http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=220164&page=7 **029|** Carta náutica de Pedro Reinel, 1504, http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_Reinel_1504.jpg **030|** Mapa de Cantino, a.d., 1502, http://bibliotecaestense.beniculturali.it/info/img/geo/i-mo-beu-c.g.a.2.html **031|** *Septa*, Georg Braun; Frans Hogenberg: *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=568 **032| (a)** © zetonio, Ilha da Madeira, http://static.panoramio.com/photos/large/15414589.jpg **(b)** © ManueldaCosta, http://www.panoramio.com/photo/28799163?tag=AÇORES **(c)** http://dc127.4shared.com/doc/S1DCnAuI/preview_html_4dd04c16.gif **(d)** Luís Silveira, 2007, http://en.wikipedia.org/wiki/File:Cidade_de_Angra_do_Hero%C3%ADsmo,_ilha_Terceira,_A%C3%A7ores.jpg **(e)** http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1482673 **(f)** © TravelJLC., 2005, http://www.panoramio.com/photo/22317202?tag=Portugal%20-%20A%C3%A7ores **033|** *Isle de Madere*, 1683, *in* MALLET, Alain Manesson, *Description de L'Univers*, Paris, 1683, http://www.columbia.edu/itc/mealac/pritchett/00generallinks/mallet/ **034|** *Açores Insulae*, TEIXEIRA, Luís, 1584, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/4004 ou http://de.m.wikipedia.org/wiki/Datei:Azores_old_map.jpg **035| (a)** *Funchal Bay*, VIDAL, Alexander Thomas Emeric, 1843, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/3937 **(b)** *Planta das Forteficaçoens, e Bahias da Ilha Do Fayal*…, ALMEIDA, José Rodrigo de, 1804, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar,
http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(c)** *Planta da Bahia da Villa da Praia : para intilligencia do molhe e projeto do Ill.mo e Ex.mo Sñr. Conde de S. Lourenço Governador e Capitão General das Ilhas dos Açores*, ALMEIDA, José Rodrigo de, 1805, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/newlayout.php?active=1&procura=a%E7ores&mode=procura&n_pag=123# **(d)** *De Cust van Barbaryen van out Mamora tot Capo Blanco*.., GOOS, P., 1666, http://www.swaen.com/item.php?id=20179 **(e)** *Chart Of The Island Of St. Michael*, READ, W. Harding, 1808, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/21965 **(f)** *San Miguel*, VIDAL, Alexander Thomas Emeric, [1850], Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/3355 **036| (a)** © ADROBAT, http://voltaindia.blogspot.pt/2012/08/a-fortaleza-de-diu.html **(b)** Mónica Esteves Reis, Igreja de Nossa Senhora da Vitória e Convento Dominicano, http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=407 **(c)** Bassein Fort, http:/www.east-indians.net/Bassein.htm **(d)** Acervo BBB, UC/DARQ, Chaul vista de sul, http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra/Imagens/Fotografia?a=928 **(e)** Sidh Mendiratta, Igreja de Nossa Senhora da Graça (vista geral das ruínas), http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra/Imagens/Fotografia?a=618 **(f)** António Cunha,
Acervo FCG, Igreja de Nossa Senhora da Vida, http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra/Imagens/Fotografia?a=1577 **037|** *Taboas geraes de toda a navegação, divididas e emendadas por Dom Ieronimo de Attayde com todos os portos principaes das conquistas de Portugal delineadas por Ioão Teixeira cosmographo de Sua Magestade, anno de 1630*, TEIXEIRA, João, 1630, http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Portugues_map_of_India,_1630.jpg **038| (a)** *Ville De Diu*, a.d., s.d., *in* PREVOST D'EXILES, Antoine François (1697-1763), *Histoire générale des Voyages, ou Nouvelle Collection de toutes les Relations de Voyages par Mer et par Terre, qui ont été*

publiées […] Avec les mœurs et les usages des habitans, leur Religion, leur Gouvernement, leurs Arts et leurs Sciences, leur Commerce et leurs Manufactures; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne […], Paris: Didot, 1746-1789, http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=748 **(b)** *Damaõ*, RESENDE, Pedro Barreto de, 1635, Biblioteca Pública de Évora, *in* BOCARRO, António. *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da Índia Oriental*, Goa, 1635, http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=747 **(c)** *Baçaim*, a.d., 1539, http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=745 **(d)** *Chaul*, RESENDE, Pedro Barreto de, 1635, Biblioteca Pública de Évora, *in* BOCARRO, António. *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da Índia Oriental*, Goa, 1635, http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=746 **(e)** *Plan De Goa*, a.d., s.d., *in* PREVOST D'EXILES, Antoine François (1697-1763), *Histoire générale des Voyages, ou Nouvelle Collection de toutes les Relations de Voyages par Mer et par Terre, qui ont été publiées […] Avec les mœurs et les usages des habitans, leur Religion, leur Gouvernement, leurs Arts et leurs Sciences, leur Commerce et leurs Manufactures; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne […]*, Paris: Didot, 1746-1789, http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=723 **(f)** *Plan de la Ville de Cochin*, a.d., [1761], *in* PREVOST D'EXILES, Antoine François (1697-1763), *Histoire générale des Voyages, ou Nouvelle Collection de toutes les Relations de Voyages par Mer et par Terre, qui ont été publiées […] Avec les mœurs et les usages des habitans, leur Religion, leur Gouvernement, leurs Arts et leurs Sciences, leur Commerce et leurs Manufactures; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne […]*, Paris: Didot, 1746-1789, http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=715 **039| (a)** http:/turismoparaense.blogspot.pt/2012/05/patrimonio-arquitetonico-de-belem-e.html **(b)** Meireles Junior, http:/g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/06/lugar-com-uma-luz-magica-o-ano-todo-diz-fotografo-sobre-sao-luis.html **(c)** http://my.opera.com/seufeitosa/albums/showpic.dml?album=599573&picture=8849493 **(d)** http:/www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=653835 **(e)** Vista aérea do Centro Histórico de Salvador, http:/www.monumenta.gov.br/site/?p=53 **(f)** http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=583610 **040|** Atlas do Brasil, HOMEM, Lopo, 1519, Biblioteca Nacional de França. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002607s.r=.langPT **041| (a)** *Plano Do Pará*, a.d., [Séc. XVIII-XIX], Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 279 **(b)** *Vrbs S. Lodovici In Maragnon*, a.d., [1647], Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart,*Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 142 **(c)** *Afbeelding der stadt fortressen van Parayba*, Chez Nicolas Iansz Visscher, 1635, Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano, http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170302/cart170302.jpg **(d)** Vila de Olinda, a.d., [1586], Biblioteca da Ajuda, *in* TEIXEIRA, Manuel A. C. 2008. *Património Urbano e Arquitectónico dos Países de Língua Portuguesa*, Urbanismo de Origem Portuguesa, p.7 **(e)** *Pranta Da Cidade Do Salvador Na Bahia De Todos Os Santos*, ALBERNAZ I., João Teixeira, 1605, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 18 **(f)** *Planta da Cidade de Saõ Sebastiaõ do Rio de Janeiro, Com suas Fortifficaçoins*, MASSÉ, Brigadeiro João, 1714, Arquivo Histórico Ultramarino, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 165 **042|** *Descoberta da ilha de S.Miguel, tempera sobre papel,década 1940*, Domingos Rebêlo, Colecção Privada, http://domingosrebelo.com/?p=471 **043|** *A chegada de Vasco da Gama a Calecut em 1498*, GAMEIRO, Alfredo Roque, [1900], Biblioteca Nacional de Portugal, http:/purl.pt/6941 **044|** *O desembarque dos portuguezes no Brazil ao ser descoberto por Pedro Alvares Cabral em 1500*, GAMEIRO, Alfredo Roque, [1900], Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/6942 **045|** LAMAS, José M. Ressano Garcia, Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000, p.169 **046|** ROSSA, Walter, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p.270 **047|** ROSSA, Walter, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p.271 **048| (a)** *Plano da Capital de Villa Bella do Matto groço(…)*, a.d., 1777, Acervo da Casa da Ínsua, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 260 **(b)** *Planta Da Villa de S. Jozê do Macapa…*, GRONFELDE, Gaspar João de, 1761, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/16.2.htm **(c)** *Planta//Da Villa Nova De Mazagão*, a.d., 1770, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/16.11.htm **(d)** *Planta Geral da Villa de Santo António de Arenilha*, a.d., [1775], Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *in* TEIXEIRA, Manuel C., *Leitura dos Espaços Públicos das cidades portuguesas na Cartografia Urbana Histórica*, ed. 1. Porto / Lisboa: Universidade do Porto, Arquivo Digital de Cartografia Urbana, 2011, p. 10 **(e)** *Planta Thopographica da Cidade de Lisboa arruinada, tambem segundo o novo Alinhamento dos Architétos Eugenio dos Santos e Carvalho, e Carlos Mardel*, SANTOS, Eugénio dos, MARDEL, Carlos, [Séc. XVIII], M.C.L., http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(f)** *Plan De La Ville De Lisbonne En 1650 Éxistant Aux Archives Municipale*, [TINOCO, João Nunes], [1650], M.C.L., http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **049| (a)** a **(g)** LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000, p.161 **(h)** GASPAR, Jorge, *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol. IV, nº 8, p. 203 **(i)** GASPAR, Jorge, *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol. IV, nº 8, p. 206 **(j)** GASPAR, Jorge, *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol. IV, nº 8, p. 204 **050| (a)** GASPAR, Jorge, *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*, in Finisterra, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol. IV, nº 8, p. 210 **(b)** http:/www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=859454&page=6 **(c)** © Majoca, http:/www.panoramio.com/photo/43375825?source=wapi&referrer=kh.google.com **(d)** a **(f)** AAVV, *Universo Urbanístico português 1415-1822: colectânea de estudos*, Lisboa: CNCDP, p. 66 **051|** Esquema da autora **(a)** *Planta das Forteficaçoens, e Bahias da Ilha Do Fayal…*, ALMEIDA, José Rodrigo de, 1804, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(b)** *San Miguel*, VIDAL, Alexander Thomas Emeric, [1850], Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/3355 **(c)** *A Cidade De Angra Na Ilha De Iesv Xpo Da Terceira Qve Esta Em 39. Graos*, LINSCHOTEN, João A., 1595, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **052| (a)** http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta_fichas/71_11_163.html **(b)** Fotografia Vicentes, ARM, coleção fotográfica, http://armdigital.arquivo-madeira.org/armdigital/madeira-em-imagens/espacos-urbanos-do-funchal-antigo-rua-de-joao-tavira-rua-do-bispo-e-rua-dos-ferreiros.html **(c)** Rua da Misericórdia, Ponta Delgada, https://maps.google.pt **(d)** © martinqz, https://ssl.panoramio.com/photo/75223194 **(e)** Igreja e Torre dos Clérigos - Enquadramento geral a partir da Rua dos Clérigos, Porto, http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70401/ **053| (a)** Esquema da autora, sobre *Planta da Cidade de Saõ Sebastiaõ do Rio de Janeiro, Com suas Fortifficaçoins*, MASSÉ, Brigadeiro João, 1714, Arquivo Histórico Ultramarino, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 165 **(b)** Marc Ferrez, foto a partir do Morro do Castelo, 1885, http://rio-curioso.blogspot.pt/2008/07/rua-direita.html **054| (a)** *Planta Da Cidade Do Funchal, Capital Da Ilha Da Madeira*, ROSA, Agostinho José Marques, [Séc. XVIII], Biblioteca Pública Municipal do Porto, *in* TEIXEIRA, Manuel C. e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 67 **(b)** http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=483979 **(c)** Carro de bois frente à Sé do Funchal com vista da Rua do Aljube, 1900 (c.), Funchal, ilha da Madeira, http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/imagePopUp.php?details=1&id=48089 **055| (a)** Angra do Heroísmo, a.d., s.d., Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/22841 **(b)** http://xpto-contactos.blogspot.pt **(c)** Carlos Luis M C da Cruz, 2008, http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igr_se_angra_1.jpg **(d)** *A Cidade De Angra Na Ilha De Iesv Xpo Da Terceira Qve Esta Em 39. Graos*, LINSCHOTEN, João A., 1595, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **056|** *Pranta, Da Çídade D. Salvador Na Bahia De Todos Os Santos*, ALBERNAZ I., João Teixeira, 1616, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São

Paulo: USPIANA, 2001, p. 16 **057|** TEIXEIRA, Manuel C., *Leitura dos Espaços Públicos das cidades portuguesas na Cartografia Urbana Histórica*, ed. 1. Porto / Lisboa: Universidade do Porto, Arquivo Digital de Cartografia Urbana, 2011, p.24 **058| (a)** *Mazagaõ*, SILVA, Inácio António da, 1802, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(b)** *Plantaforma De La Fortaleza De Daman*,Cf. Faria e Souza, 1674, Biblioteca Nacional do Brasil, http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=747 **059|** Esquema realizado pela autora **060| (a)** a **(c)** TEIXEIRA, Manuel C., *Leitura dos Espaços Públicos das cidades portuguesas na Cartografia Urbana Histórica*, ed. 1. Porto / Lisboa: Universidade do Porto, Arquivo Digital de Cartografia Urbana, 2011, p.13 **(d)** http://citania.csarmento.uminho.pt/ **061|** Esquema de localização das cidades: Horta, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Funchal, Olinda, Rio de Janeiro, Salvador da Baía, Diu, Cochim, Goa, Damão e Baçaim, realizado pela autora **062| (a)** Baía de Todos os Santos, ALBERNAZ, João Teixeira, 1640, Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, http://www.bahia-turismo.com/mapas/baia-historico.htm **(b)** *Plan de la Baye et de la Ville de Riogénaire…*, BRULOT, Capitão engenheiro, 1711, Biblioteca Nocional de Paris, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo : USPIANA, 2001, p. 161 **(c)** *Perfecte Caerte der gelegentheyt van Olinda de Pharnambuco, Maurits-Stadt end t'Reciffo…*, GOLYATH, Cornelis, [1648], *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 88 **063| (a)** *Planta Da Cidade D'angra Do Heroismo Ilha Terceira*, FREITAS, João Baptista Amorim, 1870, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/1399 **(b)** *Horta And Pim Bays; Fayal Channel*, VIDAL, Alexander Thomas Emeric, 1864, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/3359 **(c)** *San Miguel*, VIDAL, Alexander Thomas Emeric, [1850], Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/3355 **(d)** *Planta da villa da Praya da Victória*, FREITAS, João Baptista Amorim de, 1842, Biblioteca Nacional de Lisboa, http:/www.arquipelagos.pt/arquipelagos/newlayout.php?active=1&procura=a%E7ores&mode=procura&n_pag=123# **(e)** *CIDADE DE S. THOMÉ*, GARCÊS, Bernardo Heitor Pereira, 1889, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/3643 **(f)** *Planta da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Cabo Verde, com as suas Fortificaçoens, e o estado delas e da sua artilharia*, ANDREA, António Carlos, 1769, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/geografica3.htm **(g)** *Isle of Madeira with the dezertas and Porto Santo Islands*, JOHNSTON, William, 1788, http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512737.jpg **064| (a)** *Cochim*, VINCBOONS, J., Séc. XVII, BPADE, *in* ROSSA, Walter, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa: C.N.C.D.P., 1997, p. 21 **(b)** *Carta Topographico-Agrícola Do Districto De Diu*, a.d., Séc. XX, Arquivo Histórico Ultramarino, *in* ROSSA, Walter, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities : contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa: C.N.C.D.P., 1997, p. 17 **(c)** *Planta da Praça de Damão*, a.d., s.d., Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(d)** Ilha de Goa, *in Livro das plantas das fortalezas, citades e provoaçoes do Estado da India Oriental com as descriçoes do maritimo dos Reinos e Provincias onde estão situadas e oultros portos principais daquelas* partes, http://www.e-corpus.org/notices/73154/gallery/401111 **(e)** *Mostrador de parte da Costa do Norte da Barra de Bombaim, thè a de Baçaim. Em que se comprehende a ilha de Salcete e Costa da terra firme com varias ilhas adjacentes e seus rios*, 1739, Sociedade de Geografia de Lisboa, *in* ROSSA, Walter, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p. 159 **065| (a)** *Olinda De Phernambuco*, a.d., s.d., *in* LUYKEN, Jan, *La galerie agreable du Monde*, à LEIDE: Par PIERRE VANDER Aa, Marchand Libraire, [1700-1730?], http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es/webclient/DeliveryManager?pid=3302509&custom_att_2=simple_viewer **(b)** *Planta do Plano da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco…*, a.d., [1773], Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 99 **(c)** Olinda e Recife, a.d., [1630], Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano, http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395869.jpg **(d)** *Caerte Vande Van Pharnambocqve met de Stadt Mouritius en Dorp Reciffo…*, VINGBOONS, Johannes, [1773], Algemeen Rijksarchief, Haia, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 87 **066| (a)** © Ormuzd Alves, http:/www.deputadaluciana.com.br/uploads/161_1recife3.jpg **(b)** © Lyssuel Calvet, http://whc.unesco.org/en/list/189/gallery/ **(c)** Antônio Melcop/Prefeitura de Olinda, http://www.olinda.pe.gov.br/cultura/olinda-comemora-477-anos-de-historia#.UkGslIash8E **067| (a)** *Olisipo. Lisabona*, a.d., [1593] (com base na gravura de Lisboa de Georgio Braunio de 1593), Biblioteca Nacional de Portugal, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(b)** Opoto, documento avulso, Ed. Câmara Municipal do Porto/Departamento Municipal de Turismo, Agosto 2010 **(c)** *A View of the City and university of Coimbra*, Cadell & Davies, 1797, Biblioteca Pública Municipal do Porto, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **068| (a)** e **(b)** *Vue de la Ville de St. Salvador du coté de la Baye / Plan De La Ville De St. Salvador*, FRÉZIER, Amédée François (engenheiro militar), 1714, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 30 **069|** © thallesfrederico, http://www.flickr.com/photos/thallesfrederico/183060926/sizes/o/in/photostream/ **070| (a)** *Diu*, BRAUN, G., HOGENBERG, F., 1580, http://www.swaen.com/item.php?id=12434 **(b)** *Goa*, BALDAEUS, P., 1672, http://www.swaen.com/item.php?id=14437 **(c)** *Olinda De Phernambuco*, a.d., s.d., *in* LUYKEN, Jan, *La galerie agreable du Monde*, à LEIDE: Par PIERRE VANDER Aa, Marchand Libraire, [1700-1730?], http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es/webclient/DeliveryManager?pid=3302509&custom_att_2=simple_viewer>. **(d)** *S.T. Sebastien Ville Episcopale du Bresil*, a.d., 1700, Biblioteca Pública Municipal do Porto, *in Relation du voyage de Mr. de Gennes au Detroit de Magellan*, p.72 **(e)** *St. Salvador / Ville Capitale du Bresil*, a.d., [1698], *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 35 **(f)** *Vista da Baía da Cidade da Horta na Ilha do* Faial, RUSSEL, Benjamin, PURRINGTON, Caleb, [1848], in TEIXEIRA, Manuel C., *Leitura dos Espaços Públicos das cidades portuguesas na Cartografia Urbana Histórica*, ed. 1. Porto / Lisboa: Universidade do Porto, Arquivo Digital de Cartografia Urbana, 2011, p.22 **(g)** *Funchal Bay*, VIDAL, Alexander Thomas Emeric, 1843, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/3937 **(h)** *Chart Of The Island Of St. Michael*, READ, W. Harding, 1808, Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/21965 **(i)** *Elevação e Fachada que mostra em Prospecto a Cidade de: //Santo Antonio na Ilha do Principe do Mar de Ethiopia para o Norte a hum grau, e 37 minutos de La//titude, e 28 graus e 50 minutos de Longitude*, CALDAS, José António, 1757, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/11.6.htm **(j)** *Vista sobre a ilha de Santiago,* KEULEN, Joannes van, 1635, Arquivo Histórico Ultramarino, colecção Iconografia, Estampas **(k)** *A Villa Da Praia É Atacada Pela Esquadra Do Uzurpador, Em 11 De Agosto De 1829*, a.d., s.d., http://historiadastransmissoes.wordpress.com/2012/01/31/o-posto-de-sinais-do-monte-brasil-angra-do-heroismo-ilha-terceira/ataque-vila-da-praia/ **071| (a)** *Funchal Bay*, VIDAL, Alexander Thomas Emeric, 1843, *in* TEIXEIRA, Manuel C. e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal – Brasil*, Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 68 **(b)** *San Miguel*, VIDAL, Alexander Thomas Emeric, [1850], Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/3355 **(c)** *Planta das Forteficaçoens, e Bahias da Ilha do Fayal…*, ALMEIDA, José Rodrigo de, 1804, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(d)** *A Cidade De Angra Na Ilha De Iesv Xpo Da Terceira Qve Esta Em 39. Graos*, LINSCHOTEN, João A., 1595, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(e)** *Planta da Cidade de Saõ Sebastiaõ do Rio de Janeiro, Com suas Fortifficaçoins*, MASSÉ, Brigadeiro João, 1714, Arquivo Histórico Ultramarino, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 165 **(f)** *Planta Da Restituição Da Bahia*, ALBERNAZ I., João Teixeira, 1631, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 27 **(g)** *Planta Da Antiga Cidade E Fortaleza De Baçaim*, FERNANDES, A.Brás, 1924, *in* ROSSA, Walter, *Cidades Indo-Portuguesas=Indo-Portuguese cities: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental=a contribution to the study of portuguese urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa: C.N.C.D.P., 1997, p. 63 **(h)** *Planta da Praça de Damão*, a.d., s.d., Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **072| (a)** © Vanessa Campos, Largo do Amparo, Olinda, http://ne10.uol.com.br/canal/recife-e-olinda/noticia/2009/03/31/conheca-os-vencedores-da-promocao-de-aniversario-do-recife-e-olinda-183266.php **(b)** © UNESCO, , Sachiko Haraguchi, http:/whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31&l=en&id_site=189&gallery=1&&maxrows=17 **(c)** Vila de Olinda, a.d., [1586], Biblioteca da Ajuda, *in* TEIXEIRA, Manuel A. C. 2008. *Património Urbano e Arquitectónico dos Países de Língua Portuguesa*, Urbanismo de Origem Portuguesa, p.7 **073| (a)** Esquema realizado pela autora, com base em *A Cidade De Angra Na Ilha De Iesv Xpo Da Terceira Qve Esta Em*

39. *Graos*, LINSCHOTEN, João A., 1595, Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/textos_06.htm **(b)** Rua de São Pedro, https://maps.google.pt/ **(c)** Carlos Luis M C da Cruz, http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8e/Igreja_conceicao.jpg **(d)** Carlos Luis M C da Cruz, http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/10/Igr_se_angra_1.jpg **074| (a)** *Planta da Cidade de Saõ Sebastiaõ do Rio de Janeiro, Com suas Fortifficaçoins*, MASSÉ, Brigadeiro João, 1714, Arquivo Histórico Ultramarino, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 165 **(b)** *S.T. Sebastien Ville Episcopale du Bresil*, a.d., 1700, Biblioteca Pública Municipal do Porto, *in Relation du voyage de Mr. de Gennes au Detroit de Magellan*, p.72 **(c)** *Morro do Castello com o Largo do Paco e a Praca do Mercado*, SCHUTZ, Jan Frederik, [18--], http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393040/icon393040_06.jpg **(d)** *Largo da Carioca, com o Chafariz da Carioca na frente e o Convento de Santo Antônio no fundo*, HILDEBRANDT, Eduard, 1844, http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eduard_Hildebrandt_A_Carioca_1844.jpg **(e)** *Port of Rio de Janeiro and Guanabara Bay (detail of showing the Monastery of Saint Benedict)*, SINETY, Jules Marie Vincent de, [1841], http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:DeSinety1841.jpg **075| (a)** *Planta Da Restituição Da Bahia*, ALBERNAZ I., João Teixeira, 1631, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 27 **(b)** *St. Salvador / Ville Capitale du Bresil*, a.d., [1698], *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 35 **(c)** © UNESCO, Francesco Bandarin, http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31&l=en&id_site=309&gallery=1&&index=13 **(d)** http://www.360meridianos.com/2013/01/uma-visita-ao-pelourinho-em-salvador.html **076| (a)** Walter Rossa, http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra/Imagens/Fotografia?a=340 **(b)** © Anannya Deb, http://static.panoramio.com/photos/large/80238084.jpg **(c)** Gladson Machado, http://en.wikipedia.org/wiki/File:Vasai_fort_facade.jpg **(d)** Walter Rossa (dir.), *maquete de reconstituição da cidade de Baçaim*, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, *in* ROSSA, Walter, *A urbe e o traço : uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra : Almedina, 2002, p. 134 **077|** Esquema realizado pela autora, curvas de nível e traçado no sítio da Câmara Municipal da Horta **078|** http://canonympus.blogspot.pt/2010/05/canon-450d-18-55-is-f4.html **079|** © Mário Nelson, 2005, http://www.panoramio.com/photo/3851311?tag=Angra%20do%20Hero%C3%ADsmo **080|** Esquema realizado pela autora, curvas de nível e traçado no sítio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo **081|** *ANGRA OP TERCEIRA*, a.d., s.d., Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/5915 **082|** Esquema realizado pela autora, curvas de nível e traçado no sítio da Câmara Municipal de Salvador **083|** http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=465744 **084|** Esquema realizado pela autora, com base em *Carta Topographica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeyro…*, FIGUEIRA, André Vaz, 1750, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 169 **085|** Detalhe de *Explication Du Plan de Rio Janeiro*, a.d., [1717-1730], Biblioteca nacional de Paris, *in* REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: USPIANA, 2001, p. 166 **086|** *Mapa Da Comarca Do Sabará*, ROCHA, José Joaquim da, 1778, Acervo do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, reprodução de Tibério França, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200009#f3 **087|** TEIXEIRA, Manuel C., *Leitura dos Espaços Públicos das cidades portuguesas na Cartografia Urbana Histórica*, ed. 1. Porto / Lisboa: Universidade do Porto, Arquivo Digital de Cartografia Urbana, 2011, p.29

ANEXOS [8 CIDADES]


Angra do Heroísmo
Horta
Ponta Delgada
Funchal
Damão
Baçaim
Salvador da Baía
Rio de Janeiro
0 500 1000 km